



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

**Esforços iniciais e relevância da elaboração de bibliografias nacionais
correntes no Brasil (1886 a 1927): uma sinfonia inacabada**

KAREN MAEDA

BRASÍLIA
AGOSTO DE 2016

KAREN MAEDA

**Esforços iniciais e relevância da elaboração de bibliografias nacionais
correntes no Brasil (1886 a 1927): uma sinfonia inacabada**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciência da Informação (FCI), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Msc. Carlos Henrique Juvêncio

BRASÍLIA
AGOSTO DE 2016

M184n Maeda, Karen.

Esforços iniciais e relevância da elaboração de bibliografias nacionais correntes no Brasil (1886 a 1927): uma sinfonia inacabada / Karen Maeda. – Brasília, 2016.
114 f.; 30 cm.

Inclui Referências, il. color.

Orientador: Prof.^a Msc. Carlos Henrique Juvêncio.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2015.

1. Bibliografias Nacionais (Brasil) . 2. Depósito Legal (Brasil). 2. Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do rio de Janeiro – História. I. Título.

CDU 015(81)



Titulo: Esforços iniciais e relevância da elaboração de bibliografias nacionais correntes no Brasil (1886 a 1927): uma sinfonia inacabada.

Aluna: Karen Maeda.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 22 de agosto de 2016.

Carlos Henrique Juvêncio da Silva - Orientador
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Ciência da Informação

Rodrigo Rabello da Silva – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Ana Lúcia de Abreu Gomes – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em História Cultural

Para o Adoniran, “na saúde e na doença” crônica... por sua coragem, força, fé, persistência, paciência, dedicação, vontade de viver e amor.

AGRADECIMENTOS

Aos professores: Márcio, sem o qual eu não estaria aqui, Marcílio, por toda paciência e atenção, Ana Lúcia pela inspiração, competência, amizade e por ter me apresentado este campo de estudos (memória, nacionalismo, patrimônio...) fascinante na disciplina MPM além de ter me conduzido ao professor Carlos, que tornou tudo possível, respeitou meus limites, apoiou todas nós e teve mais fé neste projeto do que eu. Para o professor Rodrigo, pelo esmero nas correções que fez no TCC e pela música.

Por acreditarem em mim desde o começo: Cosme (STM) e Dione (CAM) e me ensinarem muito nos estágios: Dirce (BDB) e Renata (SEN).

Para Elvis, Mirelly e Carol, amigos nos dias bons, mas principalmente nos ruins. Também para Agostinha, Daniel, Tainara e Natasha que foram companheiros nesta longa jornada.

“(...) ele pensou na distância que há entre o que lembramos e o que aconteceu, na distância entre o que prevemos e o que vai acontecer. E no espaço criado por essa distância, (...) havia espaço suficiente para se reinventar... espaço suficiente para se transformar em algo (...), para refazer sua história de um jeito melhor e diferente... espaço suficiente para renascer, quantas vezes quisesse (...)”

John Green – O teorema Katherine

“(...) À medida que nosso estudo e promoção do patrimônio assumam os conflitos que o acompanham, poder-se-á contribuir para a afirmação da nação, não como algo abstrato, mas sim como aquilo que une e concentra num projeto histórico solidário os grupos sociais preocupados com a forma como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida.”

Néstor García Canclini – O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender o que são bibliografias e sua função na sociedade com foco nas bibliografias nacionais. Identifica as iniciativas governamentais de construção de uma Bibliografia Nacional na história do Brasil desde a transferência da família real até 1927. Busca compreender os esforços iniciais de elaboração de bibliografias nacionais correntes como parte da construção da identidade nacional a partir das ações no âmbito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apresenta mediante um resgate histórico, aspectos relevantes tocantes à elaboração de uma bibliografia nacional corrente no Brasil. Os procedimentos metodológicos consistiram em duas frentes: pesquisa bibliográfica e histórico-documental; na primeira recuperamos as fontes utilizadas no referencial teórico; a segunda utiliza os relatórios dos diretores contidos nos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e os dois primeiros projetos editados pela Biblioteca: o Boletim das aquisições mais importantes feitas pela Bibliotheca Nacional e o segundo Boletim Bibliographico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Como resultados, a pesquisa lança uma luz sobre o hiato ocorrido entre a publicação do primeiro e do segundo no período de 1889-1917, revelando a mobilização ocorrida no processo de aquisição, via depósito legal, em seus anos iniciais após a promulgação do Decreto nº 1.825 de 20 de Dezembro de 1907 e que os principais problemas que levaram a esse esquecimento da memória bibliográfica nacional de acordo com os relatórios foram: falta de prerrogativa legal que amparasse a captura em nível nacional, descumprimento da lei por parte dos editores e falta de pessoal especializado para efetuar o trabalho bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliografias nacionais - história (Brasil), Depósito legal - história (Brasil), Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio De Janeiro - história (Brasil)

ABSTRACT

This work presents a survey which sought to understand what are bibliographies and their role in society focusing on national bibliographies. Identifies government initiatives to build a National Bibliography in the history of Brazil starting from 1886 to 1927. It sought to understand the initial efforts in the development of current national bibliographies as part of the construction of national identity within the actions of the National Library from Rio de Janeiro. It points out historical aspects about the development of a current national bibliography in Brazil. The methodological procedures were: bibliographic and historical-documentary research; the second uses as source the reports of the directors contained in the *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* and the two projects: *Boletim das aquisições mais importantes feitas pela Bibliotheca Nacional* e o *segundo Boletim Bibliographico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Among the results it enlightens what happened in relation to the acquisition process in the period of 1889-1917 (gap occurred between the publication of the first edited project of national bibliography made by the library on 1886 and the second in 1918), it also shows the mobilization occurred after the legal deposit law was enacted and points out that the major problems that led to this neglect of national bibliographic memory, according to the reports were: lack of legal prerogative to supporting basis capture at the national level, violation of the law by the editors and lack of specialized personnel to work out the bibliographic work.

KEYWORDS: Current National Bibliographies - history (Brazil), Legal Deposit – history (Brazil)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vozes que originam a polifonia do termo Bibliografia	14
Figura 2 – Mapa mental ramos da disciplina Bibliografia, aspectos e palavras-chave	18
Figura 3 – Cópia do gráfico que mostra o grau de interação entre os fundamentos teóricos da Bibliografia de acordo com os ramos da Bibliografia.	20
Figura 4 – Linha do tempo dos projetos bibliográficos nacionais.	36
Figura 5 – Imagem cópia da tabela de aquisição de obras.	47
Figura 6 – Capa do Boletim lançado em 1921 como separata do Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública.	63
Figura 7 – Interior do Boletim lançado em 1931, sem organização pela CDU.	64
Figura 8 – Extrato do folheto Exposição cem anos de atividades: (1853-1953) que mostra publicações periódicas da Biblioteca Nacional. O boletim é citado no item 43.	67
Figura 9 – Colagem de duas páginas do Relatório de Manoel Cícero Peregrino do ano de 1901 mostrando a variação da descrição bibliográfica	75
Figura 10 – Gráfico ilustrando a dinâmica do depósito legal entre 1907 e 1917.	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Eventos envolvendo a pesquisa e seus desdobramentos.	07
Tabela 2 – Tipologias de bibliografias de acordo com características ou finalidade:	24
Tabela 3 – População & Educação no Brasil.	45
Tabela 4 – Linha do tempo envolvendo as ciências biblioteconômicas, o contexto brasileiro e a BNRJ.	50
Tabela 5 – Anais contendo relatórios dos diretores.	60
Tabela 6 – Dados referentes ao 1º projeto Bibliografia Nacional da BNRJ	65
Tabela 7 – Obras recebidas via depósito legal no período de 1894-1900 durante a gestão de José Alexandre Teixeira de Mello.	71
Tabela 8 – Obras recebidas via depósito legal no período de 1900-1907 durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva.	74
Tabela 9 – Obras recebidas via depósito legal no período de 1908-1911 durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva.	78
Tabela 10 – Obras recebidas via depósito legal no período de 1912-1917 durante a gestão de 3 diretores.	82
Tabela 11 – Justificativas para ausência ou atraso do boletim.	85
Tabela 12 – Dados referentes ao 2º projeto de Bibliografia Nacional da BNRJ.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Library Association
BCE-UnB	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BNC	Bibliografia Nacional Corrente
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CB	Controle Bibliográfico
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ
DL	Depósito Legal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FID	Federation for Information and Documentation
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
RBU	Repertório Bibliográfico Universal
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Um não exatamente memorial	1
1.2. Motivação e contexto da pesquisa	2
1.3. Formulação do problema e objetivos	4
1.4. Justificativa.....	5
1.5. Procedimentos metodológicos	6
1.6. Organização do trabalho	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1. Bibliografia	11
2.1.1. Etimologia.....	11
2.1.2. Histórico	14
2.1.3. Aspectos teóricos	18
2.1.4. Aspectos práticos	20
2.1.5. Projetos de Bibliografia Nacional no Brasil.....	32
2.2. Bibliotecas Nacionais e o Patrimônio Cultural	37
2.3. Depósito Legal	39
2.4. O que não entra na lista	42
2.5. Contexto histórico da BNRJ	50
2.5.1. A origem dos Anais e a construção da imagem da BNRJ	54
2.6. Apresentação	59
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
3.1. 1º Projeto	65
3.2. Os anos invisíveis (1889-1917)	69
3.3. 2º projeto	88
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
4.1. Sugestões para trabalhos futuros	98
5. REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE – Legislação do depósito legal	112

1. INTRODUÇÃO

Meus pensamentos são estrelas que eu não consigo arrumar em constelações.

John Green – A culpa é das estrelas

1.1. Um não exatamente memorial

Este tema praticamente caiu em minhas mãos de paraquedas e isso pode ser notado no modo como o método escolhido foi delineado com muita insegurança e reflete-se também no meu receio de utilizar os autores do campo memória, identidade e nacionalismos na revisão bibliográfica. De fato, foram as aulas de MPM - Museologia, Patrimônio e Memória que despertaram o interesse que culminou com esse tema. Agora reflito sobre ele o tempo todo.

Tenho três momentos particulares a relatar, sem tecer considerações sobre sua ligação direta com o TCC:

Sobre o nacional e identidade:

1) Nasci de pais japoneses; meus pais são filhos de migrantes da última onda do pós II Guerra. Esse fato por si só, considero uma região de fronteira, plataforma para observar algumas tensões indenitárias. Ao longo da minha vida escutei muito coisas como: "você é japonesa" (ou chinesa) de crianças e adultos que reconheciam na minha aparência essa distinção e também "você não é japonesa", dos meus pais, porque, diferente deles, não nasci lá. Também acompanhei muitas pessoas que por afinidade com a cultura japonesa às vezes se expressavam como tendo "alma japonesa" ao ponto de se negarem brasileiros. Dá no que pensar...

Sobre as tensões da memória em bibliotecas:

2) Em meu segundo estágio meu primeiro trabalho consistia no processamento técnico de uma seção específica. A biblioteca tinha em seu acervo um local reservado para obras de escritores locais. Para ter sua obra inserida, era necessário ter naturalidade em alguma cidade do entorno e preencher uma ficha obrigatória para a criação do perfil do autor e também para obter dados mínimos para a representação descritiva. Muitos usuários apenas entregavam suas obras

sem preencher a ficha e os itens, muitos deles artesanais e carecendo de elementos essenciais para descrição, deixavam de ser inseridos. Então quando o usuário buscava sua obra no acervo, ficava frustrado, para não dizer revoltado, ao não encontrar sua obra, suas memórias, aquele esforço intelectual, artístico, parte de si do qual estava tão orgulhoso confiado à longevidade e compartilhamento com o público através daquela biblioteca, simplesmente não estava lá.

Sobre herdar discursos e sua influência na coesão nacional:

3) Recentemente enquanto discutia o que foi aprendido nas aulas com meu namorado ele comentou algo muito interessante: um de seus professores que já fizera intercâmbio longo no Japão relatou que estudar a Segunda Guerra Mundial no Japão era completamente diferente de estudá-la aqui ou nos Estados Unidos. Fiquei pensando nisso tudo... mesmo que superadas as barreiras da língua, essas obras, as narrativas, os discursos desses autores dificilmente nos alcançariam em outras épocas. Sem dúvida, essas perguntas, essa herança e a capacidade de repensá-la vão seguir comigo hoje e para sempre.

Assombroso.

1.2. Motivação e contexto da pesquisa

O II Seminário Internacional “A Arte da Bibliografia” ocorrido em dezembro de 2015 marcou o retorno nas discussões de uma disciplina que, segundo Alentejo (2015, p.25), tem sido “dizimada” das matrizes curriculares de –cursos de Biblioteconomia de nível superior nas universidades brasileiras.

Hoje, lidamos com listas bibliográficas diariamente como base das ciências, mas colhemos as consequências dessa redução curricular: toda riqueza da disciplina Bibliografia, suas técnicas, sua história e importância tem sido esquecida. Faço parte desse grupo de alunos que aprendeu sobre a Bibliografia de um ponto de vista puramente pragmático: como fazer listas bibliográficas tendo em vistas as necessidades do usuário, de modo que foi muito enriquecedor estudar a temática disposta na primeira seção deste trabalho que acompanha a trajetória das listas inventariais de pequenos acervos, a evolução dos suportes do conhecimento e as técnicas desenvolvidas para estudá-los em sua materialidade, até sua transformação em instrumento essencial da organização do conhecimento e base da

comunicação científica. Nesta etapa os trabalhos de Eduardo Alentejo (2011, 2015), publicações emanadas da UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization e da IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions, principais instituições que orientam os sistemas bibliográficos de grande abrangência, e Reyes Gómez (2010) foram essenciais.

É com essa passagem da bibliografia que refletimos sobre como realizar essa organização do conhecimento a nível mundial da utopia para a realidade, a partir das Bibliografias Nacionais e das Bibliotecas Nacionais com seu papel de guardiã do pensamento humano na forma escrita. Compreender o que é e para que serve uma bibliografia nacional, quais seus objetivos e, ao confiar a responsabilidade de sua produção a uma instituição só: a Biblioteca Nacional, o que dizer da função social desta para com a nação? Foram os questionamentos que levaram à produção das seções seguintes nesse trabalho; tendo em vista o relacionamento entre os temas: memória e patrimônio. Aqui utilizamos os conteúdos de vários autores, sendo os principais Pinto (2011), Bettencourt (2014), Magalhães (2014) e Beaudiquez (1992).

Mas o que é a nação ou quem seria esse complexo usuário a quem a Biblioteca Nacional deve prover o serviço bibliográfico? Para chegar a um nível empírico de observação do nacionalismo discutido por autores como Anderson (2008), escolhemos o período que vai de 1886 a 1930. Segundo Octávio Ianni (2004 *apud* CARVALHO, 2012), a questão nacional foi colocada pelo menos três vezes: com a Declaração de Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Revolução de 1930, as duas últimas divisões coincidem com as primeiras iniciativas de bibliografia nacional no Brasil por parte daquela que se tornaria a única Biblioteca Nacional do Brasil durante décadas.

No presente, o mapeamento realizado por Fonseca em 1972 de bibliografias brasileiras correntes e que foi atualizado por Caldeira e Carvalho em 1980 e agora por nós, mostra que a maior lacuna deixada na memória bibliográfica ocorre entre os anos de 1890 a 1920. Pelo alinhamento da temática de nossa pesquisa com os trabalhos recentes de Juvêncio e Rodrigues (2013, 2015, 2016) e Caldeira (2009), esses autores constituíram a base de referência de nosso trabalho, principalmente no que tange ao contexto que vai do fim do período Império até 1927.

Considerando que as bibliografias tem papel fundamental como instrumento de pesquisa, na organização e disseminação do conhecimento podendo ser vistas

como memória da produção bibliográfica elaboramos a proposta de pesquisa cujos resultados trazemos aqui.

1.3. Formulação do problema e objetivos

Juvêncio e Rodrigues afirmam que “a ausência de uma Bibliografia Nacional tem impacto direto na memória intelectual brasileira, não sabemos, afinal, quais áreas do conhecimento produzem mais ou menos no país” o que poderia “servir de subsídio para o direcionamento de políticas públicas educacionais para alguns campos do saber” (2016, p.16).

O período selecionado para a pesquisa coincide com um momento político importante para a definição de uma identificação do nacional. É também significativo para a história da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (daqui para frente mencionada como BNRJ¹) se firmar como instituição responsável pela guarda do patrimônio bibliográfico nacional, pois ela institui o depósito legal centralizado, constrói um novo prédio e adota técnicas oriundas do Instituto Bibliográfico de Bruxelas para construir a Bibliografia Nacional. Tanto a capital quanto a BNRJ modificam-se em busca do ideal de Modernidade.

Considerando o período da instauração da República um momento chave para observar esse movimento que conecta memórias e identidades e o nacional no Brasil, optamos como problematização a seguinte **pergunta**:

As bibliografias nacionais têm relação com a construção da noção de nação? Se sim, como essa relação acontece?

Diante disso, nos propusemos como **objetivo geral compreender os esforços iniciais de elaboração de bibliografias nacionais correntes como parte da construção da identidade nacional a partir das ações no âmbito da BNRJ.**

¹ Neste trabalho evitou-se chamar a Biblioteca Nacional pela sigla BN por três razões: 1) pode ser confundido com Bibliografia Nacional, termo que utilizamos com frequência, mas que também optamos por não utilizar como sigla, 2) para evitar ambiguidade ao nos referirmos à Biblioteca(s) Nacional(is) sem ser referência à BNRJ quando nos reportarmos ao contexto histórico de bibliotecas reais que se tornam nacionais e 3) porque há momentos em que nos referimos a BNRJ sem que Biblioteca Nacional fosse seu nome oficial na época.

Embora historicamente seja após o período da independência de Portugal que o Brasil se torna uma nação distinta da metrópole, somente no período da República é que surge o primeiro projeto de uma bibliografia nacional, para tanto, nossa pesquisa terá como foco o período de lançamento do Manifesto Republicano indo até quase o fim da Primeira República (1889-1930).

Tem como **objetivos específicos**:

- **Compreender** o que são bibliografias e sua função na sociedade.
- **Identificar** as iniciativas da construção de uma Bibliografia dita Nacional na história do Brasil no período de 1886 a 1927;
- **Apresentar** mediante um resgate histórico, aspectos relevantes tocantes à elaboração de uma bibliografia nacional corrente no Brasil.

1.4. Justificativa

A nosso ver esse estudo justifica-se por trazer como discussão a importância da Bibliografia Nacional, que por diversos motivos tem sido esquecida tanto pelas categorias de profissionais da informação, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro quanto pela nação a quem deveria servir.

Também porque o primeiro projeto localizado nesse período é mencionado sempre como tentativa artesanal, embrião, seguido por um hiato, lacuna de quase três décadas e o projeto seguinte como fase áurea, gloriosa da bibliografia nacional. Ao revelar o que houve por detrás desse período, contribuimos para a história das bibliografias no país e observamos a dinâmica dos processos que levaram a essa mudança. No centro da discussão está a Biblioteca Nacional enquanto guardiã da produção documental, que é uma forma de representação, convidando-nos a pensar de que forma uma Bibliografia Nacional pode ser um artefato da memória nacional e como isso pode afetar a consciência nacional e, por conseguinte, a identidade nacional.

1.5. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória e foi delineada em duas frentes: a bibliográfica e a documental.

Na bibliográfica utilizamos uma abordagem histórico-conceitual e sócio-histórica para recuperar conceitos e a historiografia da disciplina Bibliografia, da Biblioteca Nacional, do Depósito legal e do Brasil no período republicano.

A bibliográfica segundo Gil (2008, p.50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e é indispensável em estudos históricos onde “não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com dados secundários” e constitui-se basicamente da revisão de literatura.

Na documental analisamos os relatórios dos diretores disponíveis nos **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro** num total de 25 relatórios em 25 volumes, período que encobriu a gestão de cinco diretores e os dois primeiros projetos de Bibliografia Nacional editados pela BNRJ, retirando deles nosso *corpus*. Nessa etapa tentamos encontrar informações sobre como aquele projeto de Bibliografia Nacional foi concebido, seus antecedentes, contexto, pessoas envolvidas na sua criação, desdobramentos e também buscamos através da análise do discurso verificar o posicionamento e a visão sobre a Bibliografia Nacional desses sujeitos: diretores, bibliógrafos e chefes das seções.

Os anais e os relatórios dos diretores também fazem parte da revisão de literatura uma vez que, com frequência, informações encontradas durante as leituras dos mesmos permitiram a ampliar nosso conhecimento sobre período e contexto estudado, levando-se em consideração que o país e a capital (Rio de Janeiro) passavam por transformações. Além de referências sobre a bibliografia nacional, também demos atenção a informações relativas aos processos de organização da informação.

Nas leituras procuramos verificar que forças (internas, ambientais, etc) estiveram atuando e interferindo na produção da Bibliografia Nacional; esperamos ser possível obter um quadro geral do que foram esses projetos e, quando estes não foram bem sucedidos, quais foram os principais entraves. Buscamos enfim,

informações, que possam prevenir e auxiliar na gestão dos desafios que até hoje impedem a consolidação de uma bibliografia nacional.

Este trabalho sofreu inúmeras alterações fato que dificultou inclusive sua estruturação em um documento coeso. Inicialmente pretendíamos analisar todas as bibliografias ditas nacionais, independente de serem iniciativas públicas ou privadas. A falta de material acessível e completo nas bibliotecas que tivemos acesso presencial (Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Biblioteca do Senado, Biblioteca da Câmara e Biblioteca do IBICT), no entanto, condicionou a busca por outra abordagem.

Outro problema encontrado foi o tempo de resposta entre a solicitação de informações ao Serviço de Atendimento a Distância da BNRJ sendo que nem sempre obtivemos resposta. Assim, em certo ponto da pesquisa limitamos o TCC aos dois primeiros projetos tendo como base os relatórios dos diretores contidos nos anais uma vez que esses se encontram disponíveis integralmente em ambiente virtual, revelando-se fonte preciosa de informações.

A tabela abaixo exhibe os principais percursos trilhados por nós:

Tabela 1. Eventos envolvendo a pesquisa e seus desdobramentos.

Nº	Evento	Data	Resultado
1	Busca pelas bibliografias e material de referência na BCE-UnB	2015 - Junho	Fechada devido à greve dos servidores
2	Busca pelas bibliografias e material de referência no IBICT	2015 - Junho	Coleção Incompleta
3	Busca pelas bibliografias e material de referência na Biblioteca da Câmara e Senado	2015 - Julho	Coleção incompleta
4	Contato por formulário de solicitação de pesquisa com a BNRJ, sondagem sobre projeto atual de Bibliografia Nacional	2015 - Agosto	Resposta: Negativa, recomendando entrar em contato com a Câmara Brasileira do Livro.
5	Contato via fale conosco Câmara Brasileira do Livro*	2015 - Agosto/ Setembro	Sem retorno.
6	Contato com o Centro referencial SiBI UFRJ para obtenção de dissertação de mestrado A criação intelectual e artística no Brasil : uma análise da bibliografia nacional corrente durante o período de 1951/1962	2015 - Setembro	Resposta: Entrar em contato com a Biblioteca do CFCH/UFRJ
7	Contato via fale conosco com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros*	2015 - Outubro	Sem retorno.

8	Contato com a Biblioteca do CFCH/UFRJ para obtenção de dissertação de mestrado de Rolim.	2015 - Outubro	Resposta: fornecimento somente via COMUT
9	Contato via formulário de pesquisa com a BNRJ, solicitando texto de apresentação das obras não encontradas e outros trechos.	2015 - Novembro	Sem retorno.
10	Solicitação ao COMUT-BCE-UnB da dissertação de mestrado de Rolim.	2015 - Novembro	Até março a BCE-UnB não obteve retorno da instituição.
11	Cadastro no COMUT-IBICT	2016 – Março**	Valor e tempo extrapolam o disponível.
12	Contato via formulário de pesquisa com a BNRJ, solicitando instruções para uso do catálogo de obras depositadas no ano anterior (2015)	2016 - Abril	Resposta: A instrução é utilizar a sigla de Bibliografia Nacional Brasileira acrescido do semestre no endereço acervo.bn.br. Ex: BNB 01/14
13	Contato por formulário de pesquisa com a BNRJ, solicitando relação das oficinas gráficas e casas editoras visitadas por Alfredo Mariano de Oliveira	Abril - 2016	Resposta: Foram recuperadas referências para livros de registro das casas editoras localizados no acervo do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional
14	Contato por formulário de pesquisa, solicitando saber se os relatórios de Mário Behring correspondentes aos anos 1924 a 1931 de sua gestão existem e foram remetidos ao ministério.	Junho - 2016	Resposta: alguns relatórios encontrados na Divisão de Manuscritos e parte na Divisão de Obras Raras, a responsável informou que estava solicitando cálculo do valor e não retornou até o fim do tempo disponível para apresentação do TCC.

* Veremos no mapeamento que os dois projetos de bibliografia de iniciativa particular mais duradouros entre as décadas de 40-90 foram os publicados por essas instituições, por isso tínhamos interesse, no início, em confirmar com as mesmas quanto a disponibilidade, iniciativas atuais, confirmar datas oficiais e motivos do fim da publicação, etc.

** Entre os eventos 10 e 11 interrompemos a pesquisa por problemas pessoais.
 FONTE: Elaboração própria

As referências em língua espanhola como o livro de Reyes Gómez (2010) na seção de Bibliografia e as publicações emanadas de órgãos internacionais em inglês como as da IFLA e da UNESCO, tiveram as citações incorporadas ao texto na forma de traduções livres; quando em dúvida sobre a tradução de um termo mencionamos o mesmo entre parênteses.

Seguindo o exemplo de Juvêncio (2016a) optamos por não fazer a atualização dos vocábulos das citações dos textos de época selecionados no recorte para as normas gramaticais e gráficas atuais como forma de manter a fidedignidade dos mesmos e preservar o contexto implícito no uso da língua escrita.

1.6. Organização do trabalho

Este trabalho está organizado em 5 partes incluindo as referências.

Seção 1 - Introdução no qual é apresentado o contexto, a problemática da pesquisa e a metodologia adotada para análise do *corpus*.

Seção 2 e suas seções compõem a Revisão de literatura.

Na primeira parte abordaremos a Ciência da Bibliografia, seu histórico, conceitos, técnicas e tipologias dentro da qual se inserem as bibliografias nacionais. Apresentamos também um mapa dos projetos de Bibliografias Nacionais nascidas no Brasil; situa Biblioteca Nacional em sua trajetória até o período da Primeira República (1889-1930), seu papel no controle bibliográfico nacional e os instrumentos que utiliza para exercê-lo. Considerando essa superestrutura no qual está inserida, também explanamos sobre os pontos cegos na captura desse patrimônio bibliográfico que perpassa, desde a produção de livros e conflitos entre grupos dominantes. Esta apresentação leva em consideração tanto por parte de limitações derivadas de quem detém dos meios de produção quanto da estrutura e condições sociais da época. Também é apresentado o cenário internacional biblioteconômico que alcançaria a BNRJ através do diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva, levando-o a estruturar a biblioteca para a edição do segundo projeto de Bibliografia Nacional.

Seção 3 Resultados e Discussão, onde fazemos a análise das bibliografias tendo por *corpus* os dois primeiros projetos de Bibliografia Nacional da BNRJ e discursos presentes no interior dos anais acerca desses projetos. Considerando o hiato de três décadas entre os projetos, expomos - através de tabelas criadas com as estatísticas disponíveis nos anais desses anos sem bibliografia - os efeitos da lei do depósito legal na captura desse material, levantando considerações sobre as possíveis implicações da ausência de uma bibliografia nacional no período.

Seção 4 contendo as **considerações finais e sugestões para trabalhos futuros**.

Com relação a essa divisão do raciocínio, é possível notar a ausência de uma seção que sintetize os temas memória, identidade e nacionalismo mesmo que de forma funcional – para os fins e dentro do recorte da pesquisa. Tal fato foi consequência de uma escolha particular. Avaliamos que em certos momentos

parecia que estávamos desviando dos objetivos para propor outros em que era necessário argumentar longamente tentando demonstrar se os projetos de bibliografia nacional analisados eram ou não resultado das ideais em voga na época [dentre eles o Positivismo explorado na tese de Juvêncio (2016a)] através das ações dos diretores. Tudo isso resultou num conflito o qual que não conseguimos adaptar aos textos já construídos. Após diversas tentativas frustradas decidimos excluir² a seção e voltar nosso foco para tentar explicar como o movimento dos nacionalismos envolveu as bibliotecas e optamos, com base no material encontrado, por dar ênfase ao depósito legal e explorar esse instrumento em termos de acessibilidade dos diversos grupos que compõe a nação à memória documental.

A identidade nacional em evidência neste trabalho é mais observável em relação à política de acervamento da instituição e do ponto de vista do trabalho de elaboração de bibliografias nacionais, além de considerações de inclusão e exclusão com base na lei do depósito legal vigente no período.

Como não seria possível excluir totalmente a questão do nacionalismo e o seu relacionamento com a elite intelectual brasileira no período ligado à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi limitada em uma seção que antecede a apresentação do *corpus* da pesquisa: A origem dos anais e a construção da imagem da BNRJ baseado no trabalho de Ana Paula Sampaio Caldeira intitulado Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882). Trata-se de um trabalho com o qual travamos contato um tanto tardiamente ao andamento das seções, mas que pareceu o mais claro ao relacionar o nacionalismo como ideal a uma publicação emanada pela biblioteca de modo que não conseguimos abrir mão de sua presença – mesmo após desistir da seção já mencionada.

² Os autores consultados, mas não citados, e suas obras foram inclusos na seção de Referência tendo em vista a continuidade desses estudos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Bibliografia

Esta seção procura explorar o termo “bibliografia” e suas acepções ao longo do tempo demonstrando como o mesmo saiu do uso restrito, utilizado somente por livreiros e bibliotecários, para o amplo com o qual é utilizado atualmente por diversos grupos de modo que o leitor possa ao longo do trabalho compreender sua aplicação, evitando ambiguidades. Em seguida será apresentado um histórico da bibliografia ao longo do tempo e as principais técnicas de compilação bibliográfica.

Na sequência apresentaremos um histórico específico acerca das bibliografias nacionais, abordando as leis e as iniciativas públicas e privadas de realização de uma bibliografia nacional. Para finalizar a seção, apresentaremos uma linha do tempo que resume as iniciativas da BNRJ elaborado a partir de nossa pesquisa inicial. Em seguida, expusemos alguns conceitos sobre a Bibliografia enquanto disciplina e produto para expor as interconexões com outras disciplinas as quais compartilha técnicas e metodologias em comum como a Catalogação e a Classificação. Destaca-se assim, que a Bibliografia (enquanto output, produto, resultado do trabalho bibliográfico) apresenta partes com características similares às de outras disciplinas que lidam com a organização da informação, muito embora, com objetivos distintos, as interfaces teóricas e práticas por vezes sustentam uma evolução conjunta.

Por fim, são apresentados os ramos da Bibliografia: enumerativa ou sistemática e descritiva ou analítica bem como outras características de sua composição que estão presentes numa Bibliografia Nacional.

2.1.1. Etimologia

A palavra “bibliografia” (*βιβλιογραφία*) é de origem grega e é a soma de dois vocábulos: *biblion* (livro) e *graphé* (descrição). Para Faria e Pericão (*apud*, ARAÚJO, 2015, p.121), era usada originalmente no sentido de "escrever livros" e,

posteriormente, no de "escrever sobre livros" estendendo-se então para o de descrever livros, transcrever livros (FIGUEIREDO; CUNHA, ©1967, p. 15) ampliando-se para mapear e representar os saberes neles contidos (ARAÚJO, 2015, p.122). Os novos significados da palavra "bibliografia" foram sendo acrescentados ao longo do tempo a medida que a atividade bibliográfica evoluía.

A palavra "bibliografia", assim como a produção de livros, evoluiu conjuntamente ao longo do tempo. No século XVII a palavra começou a ser empregada significando "lista de livros" e no século seguinte, século XVIII, a palavra bibliografia firma-se com seu significado amplo e restrito podendo ser tanto o produto como a técnica ou ciência (PINTO, 1987). Apesar de a bibliografia sempre estar presente no desenvolvimento do conhecimento humano, segundo Figueiredo e Cunha, em 1751 não havia o termo "bibliografia" na *Encyclopédie de Diderot e d'Alembert*, mas havia o termo "bibliógrafo" significando "decifrador de manuscritos".

Vários profissionais utilizam a palavra Bibliografia com diferentes acepções. Harris (2004) explica que a maioria das definições foram produzidas por bibliógrafos descrevendo a si próprios, resultando em ideias divergentes. Tal atitude ressalta a fluidez conceitual presente no termo quanto à finalidade do trabalho (considerando a dependência da experiência pessoal de cada teórico). Harmon (*apud* ALENTEJO, 2011, p.12) exemplifica: "alguns promoveram estudos literários, outros abordaram a arte do livro ou o desenvolvimento de coleções"; no entanto, em linhas gerais, prevalece o entendimento de que a Bibliografia "gira em torno do livro, sua gênese, sua produção, sua forma e seu conteúdo (SERRAI, *apud* GONÇALVEZ, p.7).

A palavra costuma ser frequentemente utilizada no dia a dia de pessoas do meio acadêmico mesmo como se referindo a projetos de pesquisa, em ementas disciplinares, listas de livros sugeridos a biblioteca. Segundo Alentejo vários autores como Harmon (1998) Varry (2011), Reuben (1937), Belanger (1977) explicam que o que estudantes, professores, acadêmicos, etc. consideram como sendo bibliografia amplia ainda mais a polifonia e "perpetua o senso comum à vulgarização do termo". Serrai (*apud* ALENTEJO, 2015) diz que a polissemia acaba resultando em desfavor para a área da Bibliografia porque os diferentes significados atribuídos à palavra distanciam o significado das funções. Os diferentes significados de bibliografia para Beaudiquez (*apud* ALENTEJO 2015), variam também conforme o contexto: "redigir

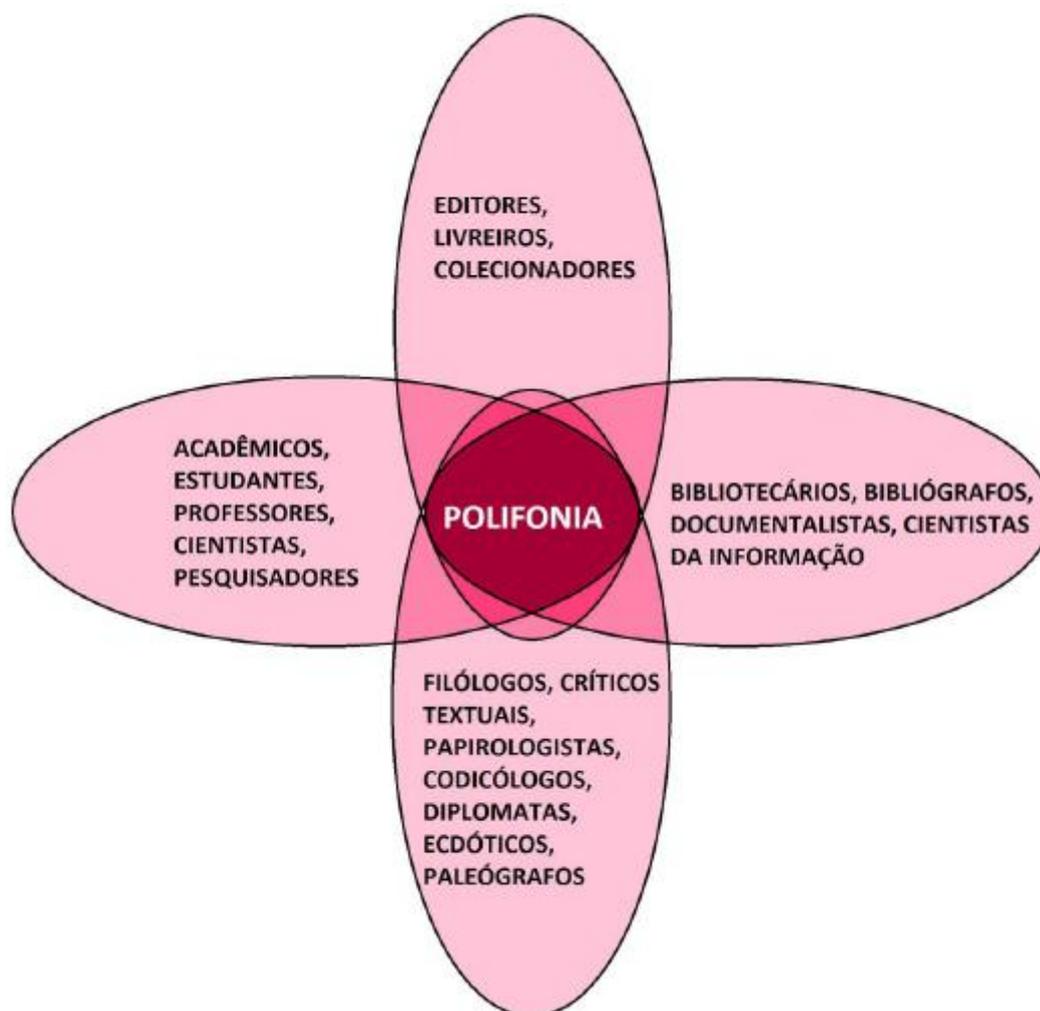
uma bibliografia, consultar uma bibliografia ou planejar uma bibliografia, e outras expressões, escondem realidades diferentes”.

Não há um único conceito consagrado na literatura biblioteconômica que seja suficiente para explicá-la. O que existe é fruto dos vários paradigmas com que as sociedades, ao seu tempo, empreenderam em favor do modo de controle bibliográfico que necessitavam empreender. Ora para efeito de inventário ora pela busca de atualização de conteúdos. Desse modo, a Bibliografia já foi considerada como a ciência dos livros sob todos os aspectos. A Bibliografia é aperfeiçoada pelas sociedades concomitante com sua capacidade e necessidade em tornar o conhecimento produzido importante para a manutenção de sua memória e acessível para gerar o acúmulo de mais conhecimento. Diante do crescimento exponencial da produção de registros informacionais e do aumento de espaços destinados ao controle bibliográfico (bibliotecas, arquivos, museus, laboratórios etc.), sua aplicação se tornou precípua para essa inesgotável atividade humana: a produção intelectual. (ALENTEJO, 2011, p.7).

Eduardo Alentejo (2015, p.23) citando McCrank (1979) diz que “a Bibliografia é de difícil caracterização, pois, nem todos os recursos de descrição ou referência são bibliografias, e muitas compilações são imprecisamente assim intituladas”.

Alentejo (2015, p.28) ao revisar os trabalhos de Harmon (1981; 1998) também relata que o termo Bibliografia é empregado por muitos acadêmicos como ‘lista de livros’, ‘repertório’, ou seja, no sentido de ‘produto’ resultante de um empreendimento de pesquisa. Diante dessa afirmação, listamos as possíveis vozes que dão origem a essa polifonia abaixo:

Figura 1. Vozes que originam a polifonia do termo Bibliografia



FONTE: Elaboração própria.

No mesmo artigo do ano de 2015 o autor alerta que a disciplina tem sido deixada de lado no currículo nas instituições de ensino superior que contém cursos de Biblioteconomia, o que em parte explicaria esse mau uso mesmo entre os profissionais da informação, bem como o limitado conhecimento dos mesmos sobre os diversos ramos que a Bibliografia e suas teorias são aplicadas.

2.1.2. Histórico

A bibliografia é uma área do conhecimento que está essencialmente ligada à produção de livros e seu desenvolvimento acompanha a evolução da produção bibliográfica sendo esta, a produção de livros, a condição mínima para a existência

da atividade bibliográfica. Podemos observar o desenvolvimento da bibliografia através do tempo, começando pela Antiguidade, período que vai do século VII a.C. com o surgimento da poesia grega de Homero, até o século V d.C. no ano de 476, ano da queda do império Romano fato que marca o fim da Antiguidade. As obras que são consideradas as primeiras bibliografias da história foram dois catálogos elaborados na Biblioteca de Alexandria. Esses catálogos foram produzidos por Ptolomeu Philadelphus e um deles registrava as obras de comédia e o outro as tragédias da literatura grega. As bibliografias iniciadas na Antiguidade possuíam características, ainda em formação, diferentes da que possui hoje em dia, sendo ela na prática uma lista inventarial mais do que documentos bibliográficos. Seu foco também era diferente do atual, dando ênfase aos autores ao invés dos livros, o que as caracterizam como biobibliografias (PINTO, 1987). Apesar dessas diferenças essas obras antigas possuem em seu cerne a essência das bibliografias, pois segundo Alentejo, “todo trabalho bibliográfico condensa informações primárias e secundárias em favor do controle bibliográfico” (ALENTEJO, 2011, p.1).

Durante a Idade Média a produção de livros foi baixa e restrita, o que não ocasionava uma necessidade de produção de compilações bibliográficas. A Idade Média, no que tange as bibliografias foi marcada pela produção de poucos catálogos bibliográficos que ainda não dispunham de métodos bem elaborados e “falta de arranjo e transcrição sucinta e pouco precisa de títulos, quando estes existiam”. De destaque das obras produzidas durante a Idade Média podemos citar a utilização de símbolos para localizar livros nas estantes, indicação de edições de obras e indicação de obras encadernadas juntas no século XIV. No século XIII houve a tentativa de criação de um catálogo coletivo, o **Registrum Librorum Angliae** (PINTO, 1987, p. 144).

Considerando a baixa produção de livros, o número de bibliografias era mínimo antes do advento da imprensa, quando a produção bibliográfica aumentou vertiginosamente. Após a invenção da imprensa, no século XV, os livros se popularizaram e a grande quantidade de livros produzidos começou a exigir uma forma mais sistemática de organização dos mesmos. Um bom exemplo dessa necessidade de organização é a utilização de títulos para identificar os livros, que até então não era utilizada. Em 1494, foi produzida a primeira bibliografia da era da Imprensa de Guttemberg, uma bibliografia chamada **Liber de scriptoribus**

ecclesiastic, de Johann Trithem, pai da bibliografia segundo Alentejo. Essa obra compilava 7000 títulos e 982 autores eclesiásticos (PINTO, 1987 p. 145). Um ano depois, em 1495, surge o que pode ser considerada a primeira Bibliografia Nacional, a **Catalogus Illustrium Viroru Germaniae** também de Johann Trithem. Ambas as obras de Joham Trithem foram elaboradas através de técnicas de pesquisa, compilação, arranjo e classificação, conforme nos explica Alentejo citando Shera e Egan (©1953, p. 18-19 *apud* ALENTEJO, 2011). Torna-se claro, então, que a bibliografia não se trata, já nessa época, de uma simples compilação de títulos, mas um processo que envolve mais etapas em sua elaboração.

No século seguinte, em 1545, Gesner cria a **Bibliotheca Universalis** que reunia 1000 títulos e 3000 autores. Tratava-se de uma tentativa de criar uma bibliografia universal. A obra em questão era organizada por autor e possuía índice de acordo com o assunto. Ainda nessa época não estava bem definida a distinção entre o que era um catálogo e o que era uma bibliografia. O próprio Gesner sugeria que sua **Bibliotheca Universalis** fosse usada como catálogo pelas bibliotecas devendo-se apenas acrescentar os números de chamada. Nessa mesma época, no século XVI, há uma proliferação de bibliografias e catálogos com finalidades comerciais (PINTO, 1987, p. 145).

As bibliografias comerciais continuam a ser publicadas e a ciência experimental, que começa a se desenvolver nessa época dá um impulso na produção de bibliografias especializadas, ajudando a manter a atividade em funcionamento. No século seguinte, XVIII, surgem as primeiras verdadeiras bibliografias, sendo elas: **Bibliographie Instrutive** (1763- 1793); **Bibliotheca botanica, anatomica, chirurgica, medicinae, practicae** (1771 – 1777). A bibliografia se firma como instrumento primordial no comércio livreiro e as bibliografias especializadas aumentam de número.

A partir do século XIX a questão do controle bibliográfico foi sendo estabelecida e sistematizada. Isso se deve a diversos fatores como a influência de instituições importantes entre elas a *Library Congress*, *British Museum Library*, *Smithoniam Institute*, *ALA - American Library Association*, *UNESCO*, *FID - Federation for Information and Documentation*, *IFLA*, etc; a realização de conferências de especialistas da área; desenvolvimento de serviços e sistemas de catalogação e bibliografia (PINTO, 1987).

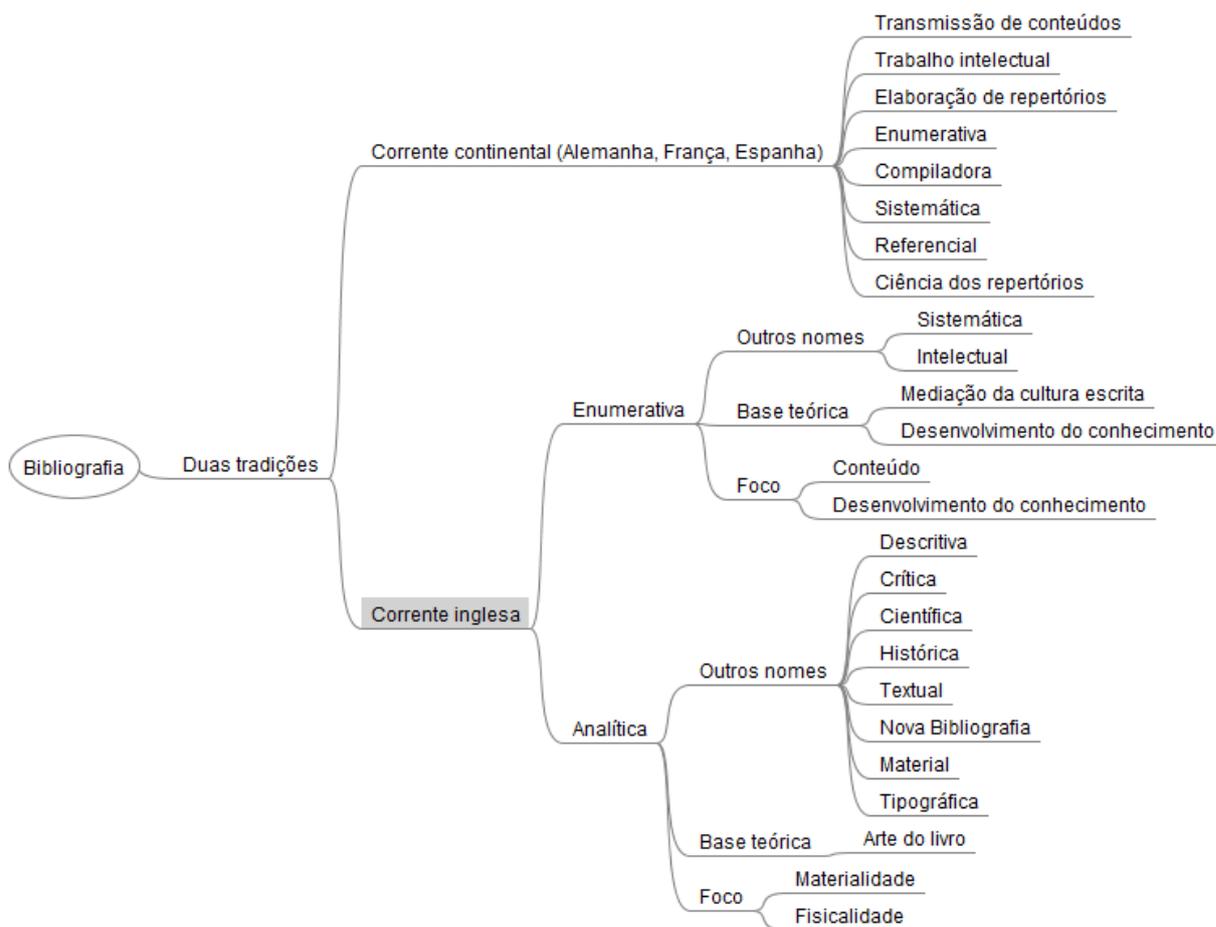
Podemos perceber que não só a bibliografia evoluiu com o tempo, o aprimoramento dos suportes de armazenamento da informação, como os diferentes conceitos de bibliografia. As primeiras bibliotecas possuíam uma bibliografia que lembrava mais uma lista de inventário das obras que determinada biblioteca possuía. Após a Revolução Industrial, a bibliografia tornou-se um dos instrumentos de controle bibliográfico em favor do acesso à informação. Assim, vimos que a bibliografia é uma área do conhecimento que evolui e se expande conforme as necessidades sociais, a tecnologia de armazenamento da informação e a produção do conhecimento evoluem.

As próximas subseções têm como objetivo esclarecer sobre o trabalho de criação dos repertórios e, dentro de seus métodos, apontar que aspectos da bibliografia podem ser relacionados com o nacional.

2.1.3. Aspectos teóricos

Os primeiros conceitos e bases científicas da Bibliografia derivam de duas tradições: a inglesa e a francesa. A corrente anglo-saxã, do qual encontramos mais informações, é dividida em duas vertentes como mostra a figura abaixo:

Figura 2. Mapa mental ramos da disciplina Bibliografia, aspectos e palavras-chave



FONTE: Elaboração própria com base em Alentejo (2014, 2015) e Reyes Gómez (2010)

A primeira, a bibliografia enumerativa (também chamada sistemática), resulta de estudos dos livros ou outros materiais como recurso de comunicação de ideias. Para Alentejo, citando Harmon (1981, p. 50-53), esse é o ramo da Bibliografia que lista estrategicamente materiais, de modo sistemático, contendo informação suficiente para identificação de cada item. Já Araújo (2015, p.134) afirma que “[...] a Bibliografia se transforma em uma disciplina que se ocupa tanto dos aspectos

descritivos quanto dos semânticos dos documentos, articulando sua fisicalidade e os saberes inerentes a eles.”.

Enquanto produto consiste numa lista de descrições sequenciais de materiais de uma determinada área do conhecimento cuja variação do arranjo e da descrição dependem do uso a que destina determinada obra. E é em si um repositório temático.

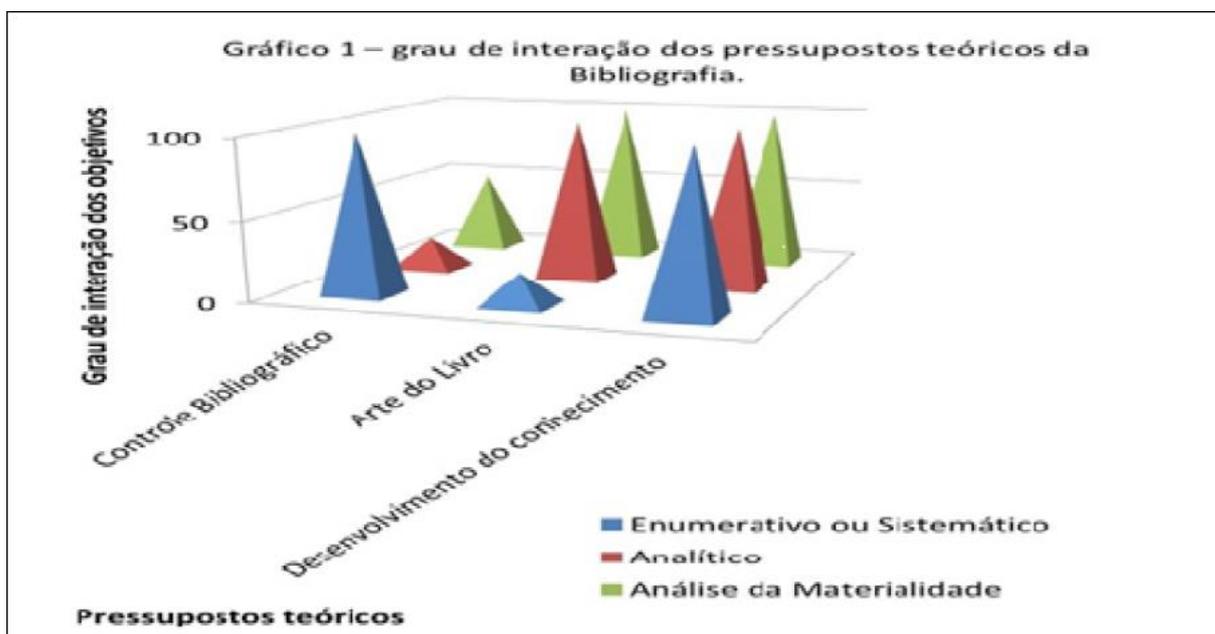
A segunda, a bibliografia analítica constitui o estudo dos livros e outros materiais enquanto objetos tangíveis e se divide em: bibliografia analítica histórica, bibliografia textual, bibliografia descritiva. Esse ramo, ainda de acordo com Alentejo (2011), aprofunda a pesquisa a partir da análise do suporte. Aborda sua manufatura, modos de produção, tecnologia, contexto histórico. Sua base teórica é a ‘arte do livro’ e consiste no exame físico de documentos (livros, periódicos, discos, mapas etc.) para extrair a partir deles algum conhecimento que não está registrado formalmente no suporte do documento; ou seja, nem sempre depende do conteúdo.

- **Bibliografia Histórica** – possui caráter arqueológico, a motivação para sua elaboração envolve questões do tipo: como esses livros foram feitos? quais forças nortearam essa produção? De um modo geral, lidam com a história do livro e das pessoas, instituições e tecnologias usadas na produção do suporte informacional.
- **Bibliografia Textual** – Apresenta a relação entre o texto impresso/editado com o texto concebido pelo seu autor. Poderíamos pesquisar, por exemplo, qual a versão original de um texto.
- **Bibliografia Descritiva** – Ocupa-se da arte do livro em termos de produção do documento. Envolve a descrição extrínseca do suporte físico e características de sua publicação, no caso dos livros, por exemplo: encadernação, composição tipográfica, tipo de papel usado, ilustrações etc. Poderíamos identificar por exemplo, se um exemplar corresponde a uma raríssima primeira edição de um livro.

Assim, interessam aspectos como próprio aspecto físico do suporte como objeto do conhecimento; sobre a história do livro e das bibliotecas, a história da tipografia e do sistema editorial além de outros aspectos de interesse para a bibliologia, a bibliofilia sendo próxima à codicologia (ALENTEJO, 2014).

Para Alentejo (2015, p. 37), em comum ambos os ramos têm como resultado o desenvolvimento do conhecimento. Conforme podemos visualizar no gráfico abaixo, mesmo quando o pressuposto teórico do empreendimento bibliográfico é promover o Controle Bibliográfico via técnicas da Bibliografia Enumerativa também são produzidos conhecimentos nos outros aspectos. Assim, também as Bibliografias Nacionais enquanto produto poderão ser abordadas pelo aspecto analítico, crítico.

Figura 3. Cópia do gráfico que mostra o grau de interação entre os fundamentos teóricos da Bibliografia de acordo com os ramos da Bibliografia.



FONTE: Alentejo (2015, p.37). A explicação do autor pode ser assistida no vídeo I FOLIAR - 2ª sessão / parte I (27/10/2014), disponível em: <https://youtu.be/EwCdo4VMOMk> aos 18 minutos e 30 segundos do vídeo.

2.1.4. Aspectos práticos

Para a UNESCO (1950, p.1), Bibliografia é a técnica de produzir sistematicamente listas de registros publicados (especialmente livros e materiais similares). Seu propósito seja geral ou especializada é permitir ao usuário identificar registros de publicações de um ponto de vista que possa interessá-lo. Esse propósito pode se especializar em outras instâncias como: encorajar a compra ou leitura de determinada publicação, permitir obter informação acerca de fontes da

qual informação deriva, obter informação acerca de material publicado existente em determinado assunto ou tema, etc.

Os tipos de informação que provem das bibliografias são:

- descrições de materiais (nome de autor, título, data, local de publicação, editora, etc);
- localização do material em alguma biblioteca;
- informação sobre o conteúdo dos materiais
- Outras informações: abordagem, método, avaliação sobre a contribuição para o desenvolvimento de determinada área do conhecimento;

Se o propósito é permitir identificação de registro e prover informações de vários tipos acerca deles o modo como deve fazê-lo é de forma sistemática tornando-os acessíveis de forma eficaz para o usuário em seus diversos interesses.

Segundo Alentejo (2011, p.48) três princípios regem a elaboração do trabalho bibliográfico: o da **verificação**, no qual está implícito o “acesso direto ao material que será compilado” como forma de garantir a obtenção dos elementos essenciais à descrição bibliográfica. Esse é o princípio “mais importante que rege a avaliação da consistência e confiabilidade na produção de uma bibliografia”. O princípio da **probidade intelectual**, segundo Pensatto (*apud*, REYES GOMÉZ, p.238), dá-se porque existe um dever moral e cultural de trabalhar as publicações de modo que só um exame direto com o livro pode assegurar, sem margem de dúvida, sua realidade bibliográfica (confirmação e validação dos dados originais). Assim, confirmam-se a sua existência e garante-se sua correta descrição, tal precisão é que confere credibilidade ao trabalho realizado dando ao usuário a oportunidade de verificação se necessário (ALENTEJO, 2011, p.48). E por fim, o **planejamento**, visando proporcionar uma produção coerente com as necessidades informacionais que devemos atender tendo em vista elaborar o escopo da obra a ser empreendida (*Idem*).

O trabalho de **compilação** para elaboração de um repertório envolve a seleção de materiais, identificação de suas características e sua descrição. A função desempenhada pela descrição bibliográfica de qualquer documento, em catálogos de bibliotecas, bibliografias, etc. segundo Alentejo (2011, p.49) é a de “representar descritivamente os documentos contidos na coleção do sistema. Ou seja, esse tipo de descrição representa as informações resumidas que singularizam o documento”.

A **seleção** envolve a escolha de fontes que no caso deste trabalho são as arroladas pelo do depósito legal e que especificaremos ao longo das seções apontando as variações em abrangência e tipos de material de acordo com a lei em vigor.

Quanto à **descrição**, como o período selecionado antecede ao de normas formais de descrição bibliográfica, achamos necessário resumir as considerações de Reyes Gómez (2010, p.244) ao especificar recomendações para o processo descritivo que são três: decidir que **elementos ou dados deverão ser inclusos, sequência e ordem que serão dipostos e o desenho que diz respeito ao aspecto e pontuação que serão apresentados.**

1 - Elementos mínimos que permitem a identificação unívoca da obra de preferência, reservando um bloco (áreas) para dados que se referem a características comuns a todos os materiais, outro para características específicas e outro para opcionais.

2 - Segundo normas mais atuais constituem elementos: título, indicação de responsabilidade, edição, tipo de documento, dados de publicação, descrição física, série, notas e números normalizado. No geral, ainda sem que existam normas, esses blocos de informação constituem a ordem que serão apresentados.

3 - Quanto ao desenho refere-se ao tipo de letra, pontuação, maiúsculas, negrito, itálico, espaçamento que variam amplamente sendo que no geral a pontuação separa os blocos ou áreas de informação especificados anteriormente e o uso de letras

Já Alentejo (2011, p.49-52) define que existem quatro etapas na confecção de um trabalho bibliográfico **1ª - Pesquisa, 2ª - Transcrição, 3ª - Descrição 4ª - Classificação** dos documentos. A **Pesquisa** encarrega-se da verificação e seleção das fontes utilizadas e aconselháveis de acordo com o público-alvo, a **Descrição** permite obter no todo ou em parte elementos essenciais para compor a referência dos documentos, já a **Classificação** dos documentos segundo o autor refere-se arranjo escolhido para a organização da bibliografia dos quais os principais são:

- **Alfabético** – as obras aparecem numa única ordem alfabética, geralmente pelo nome do autor, título, assunto, “matérias”;

- **Catálogo-dicionário** – usado para grandes repertórios; é uma modalidade da disposição alfabética das obras com entradas pelo autor, título e assunto numa só ordem alfabética geral.
- **Classificado** – é a distribuição dos elementos segundo determinado ponto de vista sob o qual se pretende encarar a matéria: assunto, cronológico, geográfico, língua, citações etc.

Nos projetos analisados perduram dois tipos principais: o arranjo dicionário e a CDU - Classificação Decimal Universal, que é um tipo de classificação por assunto.

Existem outros instrumentos de apoio na construção de bibliografias tendo em vista torná-las instrumentos úteis à recuperação de informação que devemos mencionar:

- **Índice analítico**: lista sistemática de palavras, nomes próprios, fórmulas, conceitos, etc. que podem ocorrer no meio do texto da obra bibliografia, representa um estágio seguinte na análise no qual é necessário fazer conexão entre as bibliografias com outros textos.
- **Índice onomástico**: lista, ordenada alfabeticamente contendo o nome de entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, que pode ser uma pessoa ou entidade coletiva (uma organização(ões) ou grupo de indivíduos).e remete às páginas onde que são citados.
- As bibliografias podem ser **anotadas** ou não conter anotações (**sinaléticas**). São consideradas anotações: transliteração de títulos, explicações quando título não é evidente, descrições físicas ou históricas das obras, resumos e avaliação dos conteúdos das obras listadas.

Por fim, resta abordar a questão da tipologia é um modo de classificar e examinar as características da Bibliografia de acordo com seus possíveis usos.

As bibliografias podem ser organizadas segundo diversos critérios não mutuamente excludentes que comentaremos nos próximos parágrafos; ilustrando com exemplos. De acordo com a ênfase que caracteriza cada produção, as bibliografias podem ser:

Tabela 2. Tipologias de bibliografias de acordo com características ou finalidade:

Tipo	Especificações
Espaço	Tem o escopo focado pelo aspecto geográfico: região, país ou continente. Regionais: norte da Europa, Vale do Paraíba, América do Sul, Recôncavo baiano etc. Nacionais: <i>Brasil</i> , Canadá, países de língua francesa, Grécia, literatura sobre Brasil. Continentais: Européia, Asiática, Oceania ou Africana. Internacionais/Universais: ampliação internacional: por exemplo, o programa CBU.
Tempo	A delimitação temporal pode ser dividida sob dois modos: Retrospectivas: repertório listando itens com dois anos para trás da publicação. Correntes: repertório listando itens publicados de dois anos em diante*.
Assunto	Geral: Não limita ou especifica a cobertura por área de assunto. O foco não é exatamente uma área do conhecimento, mas sim, o conhecimento disponível em algum alcance geralmente público**. Especializada: cobre uma área do conhecimento ou um assunto se destina a um grupo limitado de audiência. Há especificação do conteúdo e do assunto tratado. As bibliografias por ramo profissional se encaixam nesse tipo.
Pesquisa	Exaustiva: procura arrolar tudo o que foi encontrado na pesquisa Seletiva: quando os documentos que darão origem às referências são selecionados a partir de critérios pré-definidos Sinalética – lista os dados essenciais de referência da obra sem a preocupação de analisá-los sistematicamente.
Origem editorial	Quanto a sua natureza de publicação, refere-se à origem a qual o documento foi destinado a publicação, comercial, educacional, eventos, governamental, militar, universitária, científica etc.
Material	Escolha do(s) tipo(s) de suporte arrolado(s). Refere-se a suas formas de registro do conhecimento: impressos (livros/periódicos), multimeios, eletrônicos etc. que vão compor os repertórios.

* há outras definições quanto às periodicidades como veremos abaixo

** Geral é a tradução de “comprehensive” que pode ter como sinônimos amplo; abrangente; extenso; completo (Carvalho, 2013).

FONTE: ALENTEJO (2011) com base em Placer (1955) e Harmon (1981).

O aspecto “corrente” e sua relação com a temporalidade (periódica) merece algumas considerações: tem sua origem como vimos nas bibliografias comerciais com a função de divulgar o que havia de novo no mercado editorial (GONZÁLES, 1989, p.53)³. Alentejo (2011, p.53) considera que o material de interesse para esse tipo de bibliografia são “publicações atuais impressas em uma determinada nação, com periodicidade regular.” De forma similar, Conover (1955) afirma que o ideal

³ o avanço das ciências também ressalta a importância do aspecto corrente uma vez que implica falar em obsolescência do conhecimento, embora, nesse momento da história a superação de conhecimentos científicos não ocorra tão rapidamente quanto no atual, o aparecimento do periódico como resposta às necessidades de maior agilidade na comunicação científica é um indício desse caminho.

bibliografia (nacional corrente) é concebido como: uma lista completa de todos os materiais impressos publicados dentro dos limites de um único país e dentro dos limites de tempo² do ano anterior ou menos. Fonseca explica:

[...] corrente ou retrospectiva indicam se as publicações referenciadas são as do presente ou do passado. Para ser corrente ⁴— isto é, para referenciar publicações impressas no **presente - presente podendo ser uma semana, uma quinzena, um mês, um trimestre, etc. - a bibliografia deve ter a forma não de livro ou publicação avulsa, mas de publicação periódica:** semanal, quinzenal, mensal, trimestral, etc. Uma periodicidade, evidentemente, não exclui as demais, de acordo com o sistema de volumes acumulados : anuais, bienais, etc (FONSECA, 1972, p.1, grifo nosso).

Para Figueiredo e Cunha (1967, p.45), o potencial dessa forma está no fato de que:

A acumulação dos registros faz com que a bibliografia nacional reflita a cultura e evolução do país ao longo do tempo, tendo, portanto, utilidade e valor histórico para pesquisas que poderão revelar tendências, progressos e interesses do país.

Nesse sentido a bibliografia nacional corrente é um espelho que reflete a cultura de um país; permitindo aprender sua singularidade; a ênfase dada a certas áreas da ciência e tecnologia, o que revela seu progresso, também são discerníveis proeminentes autores literários da época e tendências sociais dentro de um país (HANSEN *apud* ZUMMER, 2008; BELL, 1997) . Imaginamos, por exemplo, que uma bibliografia corrente brasileira de 2015 e 2016 deverá conter uma quantidade significativa de obras com foco em *Zika* vírus e crise política.

Como vimos, é a partir do arranjo sistemático característico das bibliografias enumerativas que as mesmas compõem um sistema de recuperação de informação; assim, ela contém em si informação suficiente para identificação de cada obra, bem como posiciona uma obra em relação a outras provendo assim acesso às fontes nela inventariadas (ALENTEJO, 2011, p.17). Tal organização é que permite ao pesquisador detectar as ênfases e tendências.

O aspecto da regularidade é importante para o reconhecimento e confiança nesse instrumento como fonte de informação, legitimando sua função social. Louise Noëlle Malclès (1963) explica: a função dos repertórios gerais é a de reunir os dados

⁴ A manutenção do aspecto ser “corrente” é feita por meio do depósito legal. O depósito legal estudaremos mais detidamente na seção 2.3.

estatísticos relativos à atividade tipográfica de um país informando assim sobre a atividade intelectual deste. Seu êxito depende dos seguintes processos:

- exatidão e regularidade na publicação,
- completude (exaustividade),
- redação de acordo com regras codificadas.

Retomando o Quadro, embora existam outras características de tipologia, para nós interessa saber quais dessas características são utilizadas na construção de uma bibliografia nacional corrente. São elas: escopo no aspecto geográfico que é o de um país, o Brasil; tempo é o corrente; não se limita a nenhum assunto, portanto é geral; procura arrolar tudo que é editado no país sendo exaustiva nesse sentido; sua produção é uma realização de responsabilidade governamental e os materiais variam conforme veremos a seguir.

Para Linder (1959, p.18), uma bibliografia nacional é:

[...] uma lista completa ou quase completa, em uma ou mais partes, de registros de uma nação, sobre a nação, com direitos autorais obtidos na nação, em uma única língua, produzida de forma periódica em intervalos apropriados ao aparecimento dos registros. Como utilizada aqui, a palavra “nação” é interpretada de modo a significar nativos de um país bem como a nação no sentido político ou geográfico.[...]

Assim, verificamos de que forma oposta ao definido anteriormente, uma bibliografia nacional contém em si aspectos de seletividade.

De acordo com Alentejo (2014, p.53) e Linder (1959, p.13-14), há muitas concepções de Bibliografia Nacional. O primeiro refere-se a elas como lista de materiais e o segundo como lista de registros (*records*). Preferimos o segundo entendimento para elaboração dos tópicos abaixo:

- Lista de registros bibliográficos produzidos (Linder opta por *issued* como preferível a *published*) em determinado país;
- Lista de registros na(s) língua(s) do país;
- Lista de registros escritos por pessoas naturais do país (por vezes independente de onde residem ou da língua utilizada);
- Lista de registros sobre o país;
- Lista de registros cujos direitos autorais foram obtidos no país;
- Lista de registros para um determinado país.

Notamos que existe nesse conjunto uma visão pragmática do que compõe ou poderia auxiliar a compor uma bibliografia nacional; essa diversidade tem origem nas diversas definições de cada país sobre o que é nacional ou interessa ao nacional e também com base na sua tradição bibliográfica.

Dentro dessas definições, uma Bibliografia Nacional de Agricultura da Embrapa é nacional do ponto de vista do escopo no aspecto geográfico, mas ainda que reúna materiais na língua do país e de autores do país e mesmo que seja corrente e produzida por uma instituição estatal, por ser especializada só poderia corresponder a uma parte do todo. Com esse exemplo queremos reforçar que nem tudo o que é considerado bibliografia e nacional corresponde ao nacional referido na Bibliografia Nacional Corrente e nesse sentido o aspecto “geral” se destaca.

Para Campello (2006), foi Frank Campbell (1862-1906), autor inglês, em 1896, quem primeiro apontou a necessidade de se reunirem sistematicamente os registros bibliográficos da produção editorial do país a partir dos registros elaborados pelas Bibliotecas Nacionais, que idealmente receberia os materiais do depósito legal e seria depositária das publicações. Tais registros deveriam ser periodicamente publicados compondo assim a Bibliografia Nacional. Tal concepção

[...] diferia daquela das antigas bibliografias, que eram obras fechadas, no sentido de que não havia perspectiva de continuidade regular de sua publicação. Algumas dessas obras possuíam suplementos, mas estes constituíam complementações esporádicas, que dependiam da vontade dos seus compiladores (CAMPELLO, 2006, p.43).

Elaboradas pelo esforço individual, com base em coleções de bibliotecas particulares ou públicas, embora tivessem o objetivo de reunir e preservar a memória do país, não possuía o alcance de uma bibliografia nacional corrente (CAMPELLO, 2006, p.43).

Segundo a autora, esse novo conceito, além de reforçar a base nacional dos registros, preocupava-se em mantê-los correntes, transformando-a em um instrumento dinâmico (idem, p.44).

Finalmente, um último parêntese do aspecto do tempo, de acordo com Beaudiquez (1992, p. 120), não devemos esquecer que historicamente países recém estabelecidos antes de se lançarem a tarefa da construção de uma BNC deparam-se com uma situação em que precisam recorrer à bibliografias retrospectivas como forma de recuperar parte de sua cultura. Por isso, para a autora, as bibliografias

retrospectivas de muitos países com tradições política e editorial recentes frequentemente utilizam por princípio o país como assunto (não dependendo então da nacionalidade do documento que está sendo inventariado).

Quanto à captura, o alcance também varia de país para país. O Reino Unido, por exemplo, até o momento de finalização deste trabalho, é a união política de quatro países: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales e a Bibliografia Nacional Britânica publicada pela British Library abrange o depósito legal do Reino Unido e da Escócia (BRITISH NATIONAL LIBRARY, 2016) embora a Escócia publique também uma bibliografia nacional.

Notamos então que, quanto à seleção de material a ser registrado, de forma geral cada país pode ter diferentes políticas de inclusão. Podem ser consideradas partes da coleção nacional qualquer publicação relacionada a quaisquer aspectos do ambiente cultural, histórico, geográfico e linguístico do país (IFLA, 1979, p.27) e exemplifica:

- a Bibliografia Nacional da República Federal da Alemanha inclui registros de publicações em língua alemã obtidas de outras bibliografias nacionais, como a austríaca; a bibliografia da Hungria tem uma seção para publicações em magiar (húngaro) publicadas fora do país.

E, de forma pontual, podem incluir:

- obras de autores que tenham sido publicados em outros países e que sejam consideradas relevantes. É o que ocorre em alguns países pequenos, cujos autores ganharam reputação internacional e dos quais as obras tenham vendas a nível mundial como é o caso de alguns autores caribenhos;
- registros de publicações produzidas por organizações intergovernamentais e outras organizações internacionais localizadas dentro do país como na Suíça.
- publicações e artigos de periódicos externos quando o assunto é o próprio país reconhecendo que a cobertura de tais publicações desse tipo jamais será completa.

Evidenciamos com isso que nem “geral” ou “seletiva” são formas de organizar inflexíveis uma vez que estão sempre subordinadas a uma implícita política de seleção das instituições responsáveis pela elaboração da BNC. Mais aspectos dessas inflexões serão discutidas na seção 2.5 O que não entra na lista.

Assim, a Bibliografia Nacional em sua mais recente definição datada de 1998 é mais genérica:

[...] bibliografia nacional, no sentido moderno da palavra, é definida como uma acumulação dos registros de autoridade⁵ e abrangentes da produção nacional (ou seja, produtos da indústria editorial nacional) de um país, publicado regularmente, e com o menor atraso possível. É produzido de acordo com as normas internacionais pela agência bibliográfica nacional. Detalhes da publicação e autoria são investigadas e verificadas em detalhe. (BELL *apud* ZUMER, 2008, p.1, tradução nossa).

As duas orientações mais recentes com respaldo da IFLA (IFLA, 1998; ZUMMER, 2009) também deixam claro que, quando necessário, critérios de seleção devem ser definidos. A *Library of Congress* já declarava a impossibilidade de recolher e incluir em seu acervo todas as publicações, tendo em vista a responsabilidade de guarda e preservação (MURRA, 1950).

Revelamos, assim, o caráter indissociável que deve haver entre a coleção registrada pela BNC e sua guarda. Nesse sentido, diferencia-se do catálogo da biblioteca, dentre outros aspectos, por registrar apenas as publicações atuais.

Marcelle Beaudiquez (1992) afirma que: a memória nacional está irrevogavelmente ligada à coleção nacional e que essa coleção não é apenas uma coleção potencial, sendo, sobretudo, uma coleção que tenha recebido meios suficientes para ser preservada. E exemplifica: expor o catálogo da biblioteca de Alexandria é intelectualmente satisfatório, mas quão mais útil teria sido se esses documentos tivessem sido preservados e não apenas seus títulos? Já Malclès (*apud* ARAÚJO, 2015, p.135) relata um episódio inverso: uma das motivações para a elaboração da *Bibliotheca Universalis* de Conrad Gesner teria sido o fato dos turcos terem incendiado e saqueado a biblioteca de Matias Corvino, Rei da Hungria em Buda, levando-o a trabalhar com o propósito de salvaguardar os testemunhos do pensamento, no caso dos livros desaparecerem.

Quanto às funções da BNC, segundo a UNESCO, a bibliografia tem um propósito social: tornar público o conhecimento desenvolvido por um país para todos os países (UNESCO, 1950, p.29). Segundo Larsen:

[...] nenhuma cultura nacional é rica o suficiente para viver sua vida sem fertilização das outras. [...] atualmente, mais do que nunca o mundo forma

⁵ tradução de *authoritative*

uma unidade do ponto de vista das ciências e humanidades e conseqüentemente pesquisadores devem ter acesso livre aos resultados obtidos em outros países. É um dos deveres de um governo tanto quanto seus fundos permitam tornar a literatura disponível para todos; mas especificamente os serviços bibliográficos em particular devem divulgar para o público onde encontrar os livros que precisam, e devem ajudar a organizar a política de aquisição das bibliotecas de modo que seus fundos limitados possam ser aplicados com melhor vantagem” (LARSEN,1954 p.4)

Otlet (1934), segundo Juvêncio e Rodrigues (2016, p.16), afirma que, enquanto o catálogo remete à própria biblioteca, ou seja, tem início, meio e fim no mesmo local, a bibliografia, joga o livro no mundo, instigando a curiosidade, a cooperação e preservando do esquecimento total os “frutos do espírito humano” enfatizando assim o caráter de tornar público das bibliografias bem como seu amplo alcance.

Quanto ao público alvo, a IFLA identifica os seguintes segmentos:

1 - Bibliotecas e serviços de informação:

- Quando é publicada prontamente (*timely*) uma bibliografia constitui importante recurso informacional para:
- seleção e aquisição para bibliotecas;
- catalogação por compartilhamento dos registros, apoio para verificação de autoria e histórico da publicação; isso é possível porque a sistematização de procedimentos permite a consistência dos registros de modo que possam ser intercambiados.
- fonte de informação para pesquisa e recuperação de documentos.

Lewis (1991) afirma que para servir de apoio aos serviços bibliotecários, os dados têm de estar disponível imediatamente após a sua publicação, de preferência ainda antes da publicação.

2 - Indústria livreira

- contagem estatística da produção editorial de um país
- fornece evidências do impacto das políticas governamentais em relação à educação, à língua, aos programas econômicos, etc.
- revelar a extensão da autossuficiência do país na produção das publicações de que necessita.
- promoção da indústria editorial

O fato do alcance de uma BNC ser todo o país (nem sempre delimitado de modo geográfico; como território nacional⁶) e que deve ter por princípio: abranger toda produção editorial publicada num período em seus mais diversos suportes se reflete, hoje, na institucionalização do Controle Bibliográfico.

Para Monteiro (2003, p.111):

A reunião de obras editadas em um único país, a primeira vista parece uma tarefa impossível, ainda mais quando se pensa na reunião das obras editadas em vários países como um todo, construindo assim controle bibliográfico universal. O registro de todas as obras de todos os lugares do mundo apresenta-se como uma utopia, mas espera-se a definição de uma política em que haja a adesão de: bibliotecários, editores e autores. Esta política consiste, principalmente, em adotar normas para a representação documentária aceita internacionalmente, tendo em mente a cooperação bibliográfica permitindo assim a troca de informações e o intercâmbio de dados.

A noção de controle bibliográfico que temos hoje vem sendo construída ao longo do tempo. Até o século XVIII, a disseminação da informação era realizada somente em forma de livros, com o avanço do conhecimento científico surgiram os periódicos seguidos por outros suportes informacionais desvinculando a disseminação de seu formato tradicional e fazendo com que esta diversidade acarretasse maior complexidade para a realização de um controle bibliográfico (CAMPELLO, 2006, p.11).

Neste trabalho utilizamos a definição da UNESCO (1950, p.1) de que o CB - Controle Bibliográfico visa o domínio sobre registros publicados e é fornecido pela e para os propósitos da bibliografia sendo sinônimo de "acesso efetivo através de bibliografias". Em outras palavras, prover controle bibliográfico em medicina significa "acesso efetivo através de bibliografias à fontes de informação em medicina.

As recomendações de prioridades de uma BNC tomaram essa forma na medida em que as discussões e trocas de experiências entre bibliotecas nacionais foram sendo realizadas de forma que hoje, compõe guias para nações que pretendem aprimorar ou iniciar um serviço bibliográfico nacional em seus países.

⁶ A base territorial tem dois propósitos principais: o primeiro diz respeito ao alcance da lei para a captura dos materiais e o segundo para evitar duplicação de registros caso a obra tenha sido impressa fora do território nacional. Segundo Pinto (2011, p.48), "Larivière (2000, p. 17) assinala que somente pode ser exigido o depósito de publicações editadas em território nacional ou que tenham sido importadas para venda por importador, isto porque segundo um ponto de vista estritamente legal, uma lei de depósito legal somente pode ser aplicada dentro do território da nação."

Assim, desde 1970 é a UNESCO em parceria com a IFLA que vem desenvolvendo o programa conhecido como CBU – Controle Bibliográfico Universal, cujo objetivo “[...] é reunir e tornar disponíveis de maneira eficiente, os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando uma rede internacional de informação.” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 4).

O ideal de controle bibliográfico universal já estava presente desde Alexandria às primeiras bibliografias gerais como a **Bibliotheca universalis** de Conrad Gesner, o programa CBU tem sua origem em 1895 com o Instituto Internacional de Bibliografia em Bruxelas e o *Répertoire Bibliographique Universel* de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Tendo como objetivo a reunião da produção bibliográfica mundial em forma de catálogo em fichas, através do trabalho cooperativo e tendo como meio as bibliografias, veremos na próxima seção que suas ideias alcançam o Brasil através das ações de Peregrino da Silva.

Ressaltamos que as discussões acima (sobre Bibliografias Nacionais e CBU enquanto programa) são posteriores ao nosso recorte, que foca nos anos de 1886-1927 e também que sua utilização nesta seção foi feita tendo em vista compreender bibliografias e bibliografias nacionais. Não estamos definindo o que eram na época.

Assim, nos interessa dos parágrafos anteriores a título de conexão com as próximas seções: a ligação entre a BNC e a Biblioteca Depositária encarregada de sua produção e também da guarda dos exemplares analisados para gerações posteriores e as estratégias para reunir essa produção bibliográfica o qual, no período, se limita ao Depósito Legal.

A seguir explanamos sobre as tentativas de estabelecer uma bibliografia nacional no Brasil.

2.1.5. Projetos de Bibliografia Nacional no Brasil

Ao estudar o desenvolvimento da Bibliografia Nacional no Brasil percebemos que um problema bastante frequente nesta atividade é quantidade de instituições que cuidam das publicações e de lacunas indicando interrupções dos projetos. Os problemas mais frequentes foram: obras que começam e subitamente são interrompidas; outras que atrasam e fogem da periodicidade proposta; há também

períodos em que simplesmente não há bibliografia (FONSECA, 1972; HALLEWELL, 1979; CALDEIRA & CARVALHO 1980; LELLIS, 1989; JUVÊNCIO, RODRIGUES, 2016).

A bibliografia nacional do Brasil começou a ser produzida por meios oficiais em 1885 pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e era chamada de **Boletim das aquisições mais importantes feitas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. No entanto, existem registros de bibliografias produzidas de maneira particular anteriormente a essa. Antes de listarmos as bibliografias brasileiras dando o devido destaque para as mais importantes cabe aqui explanarmos rapidamente sobre o contexto no qual essa primeiras iniciativas surgiram a fim de compreendermos melhor a história do desenvolvimento das bibliografias brasileiras.

Quando ainda era uma colônia de Portugal, a edição de livros era proibida de ser feita em nosso país e nas demais colônias, mas tinha sua publicação assegurada em Portugal. A chegada da imprensa ao Brasil se deu de forma um pouco conturbada. Fugindo das tropas napoleônicas, a família real de Portugal desembarcou no Brasil trazendo, dentre várias coisas, toda a Biblioteca Nacional e assim pudemos então fazer nossos livros aqui mesmo (HALLEWELL, 1973). Em 1886 foi publicada a primeira bibliografia realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Desse modo, para este trabalho, foi o primeiro projeto realizado através de meios oficiais. Antes dessa são relatadas somente tentativas particulares de se publicar uma bibliografia nacional.

Um bom exemplo de bibliografias realizadas antes da Biblioteca Nacional partindo de iniciativas particulares é a obra que é considerada a primeira bibliografia nacional brasileira, segundo Rocha (1974). A primeira bibliografia de destaque é a Biobibliografia elaborada por Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, o **Diccionario Bibliographico**. A biobibliografia de Blake foi inspirada na obra portuguesa **Dicionário Bibliográfico Português** iniciada por Inocêncio Francisco Silva em 1858 e completada em 1923 com 22 volumes por Pedro W. De Brito Aranha. Para publicar essa bibliografia Blake enfrentou dificuldades econômicas por não ter nenhum apoio governamental ou particular. A publicação também sofreu atrasos devido a dificuldades de encontrar um editor. Além das dificuldades de publicação essa obra foi pobremente embasada em livros. Segundo Hallewell (1973), muitas

das informações foram adquiridas a partir de depoimentos e incluiu muitas obras regionais.

Antes de Sacramento Blake também houve uma tentativa de publicação de bibliografia, mas, devido a atrasos, ela só foi lançada anos depois de Blake. Essa bibliografia tratava sobre obras lançadas de 1808 a 1831, sendo lançada em 1881 por Alfredo do Vale Cabral. Trata-se dos **Anais da Imprensa Nacional**. Essa obra fez a descrição bibliográfica das obras publicadas pelo Departamento de Imprensa Nacional. Segundo Rocha (1974, p.3), essa foi a primeira tentativa.

Já Juvêncio e Rodrigues (2016, p.9) relatam que além dos projetos mencionados, descobriram de forma inédita no Brasil a existência da **Bibliographia Brasileira**, publicada pelo Centro Bibliographico Vulgarizador. A **Bibliographia Brasileira** foi arrolada no **Bulletin de L'Institut International de Bibliographie** em 1908, sendo nomeada como a bibliografia corrente brasileira e editada mensalmente na **Revista Sul Americana**. Tratando-se de uma edição independente publicada em 1888 para depois ser incorporada à **Revista Sul Americana** em 1889 quando foi encerrada.

Retomando, após o lançamento da última edição do Boletim de aquisições mais importantes feitas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1888, registramos em nossa pesquisa uma lacuna que durou 30 anos sem a edição de bibliografias nacionais. Esse hiato foi quebrado em 1918 com o lançamento do **Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro** que perdurou até 1921. 16 anos após o lançamento da última edição do boletim mais uma bibliografia foi editada, o **Boletim do Ministério da Educação e Saúde**. Após essa publicação não houve mais períodos longos como esses sem uma bibliografia nacional. Registramos ao todo um total de 17 bibliografias diferentes entre iniciativas públicas e particulares de 1938 até o ano corrente sendo a última virtual, de 1997 a 2015. Muitas delas não chegaram até o ano de 2015 e tiveram uma vida de curta duração.

Para melhor visualização dos dados da pesquisa, elaboramos um gráfico, apresentado abaixo, no qual podemos ver a duração das obras bibliográficas listadas, a instituição responsável pela elaboração e qual a natureza da instituição, se é pública ou privada. As publicações foram divididas entre iniciativas governamentais e particulares; optamos pela linha do tempo como forma de mapear

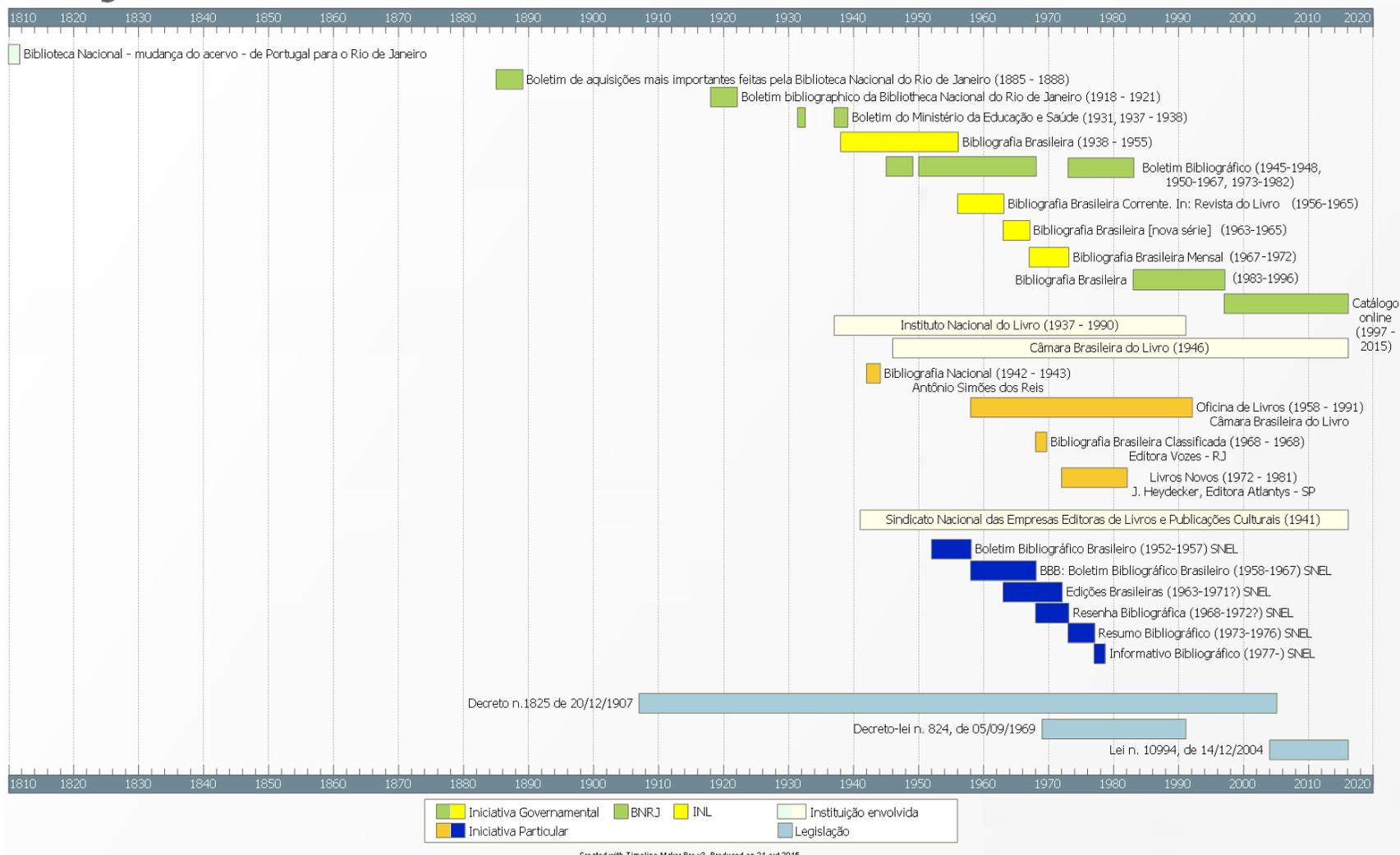
quais projetos privados inventariaram os anos em que uma iniciativa pública se fez ausente. Do total⁷ exposto, apenas os dois primeiros projetos de iniciativa governamental serão alvo de nossa análise neste trabalho.

Concluindo, as bibliografias brasileiras, assim como em outros países, partiram e partem de iniciativas privadas e públicas. A divergência entre autores quanto a qual foi a primeira bibliografia brasileira se dá principalmente por essa diferença de entendimento como “oficial do Brasil”.

⁷ Tivemos um problema com o *software* utilizado. A versão gratuita utilizada expirou antes que pudéssemos efetuar mudanças exigidas para o novo rumo do TCC, como excluir as iniciativas particulares e acrescentar a legislação disponibilizada na Tabela 4.

Figura 4: Linha do tempo de projetos bibliográficos nacionais

Bibliografias correntes no Brasil



FONTE: Elaboração própria com base em Caldeira e Carvalho (1980) e Fonseca (1972).

2.2. Bibliotecas Nacionais e o Patrimônio Cultural

Para Baratin e Jacob (2006), as bibliotecas sempre estiveram ligadas a grupos específicos, sendo sua história é também a história do que uma sociedade e as instâncias de poder que a constituem decidem transmitir. Segundo Caldeira (2009), as bibliotecas possuíam um papel de fornecer possibilidades de um saber sobre o mundo.

No medievo o clero controlava o acesso a esses saberes, sendo os principais detentores das coleções e livros das bibliotecas existentes na Europa. Também os monarcas formavam suas próprias bibliotecas como um sinal do seu prestígio e símbolo da sua posição social (SCHWARTZ, 2002). Tais coleções eram acessíveis apenas a um estreito círculo de pessoas (aristocratas, membros do clero, artistas) permanecendo fechadas ao resto da população até o fim do século XVIII. Nesse momento da história, segundo Benedict Anderson (1989), ocorre o enfraquecimento de um sistema cultural vigente: as comunidades religiosas e os reinos dinásticos (monarquias) sendo substituídas pela possibilidade de uma comunidade imaginada.

A própria possibilidade de imaginar a nação surgiu quando «três concepções culturais fundamentais» deixaram de possuir um carácter axiomático que se impunha à mente humana. Por outras palavras, quando (1) uma linguagem sagrada — como o latim — deixou de ser vista como inseparável da própria verdade religiosa, abrindo assim a possibilidade de a mensagem religiosa ser expressa por outras línguas, o que terá lugar com a Reforma. O «destronamento» do latim contribuiu, entretanto, para a erosão da comunidade sagrada da cristandade.

Quando (2) se pôs em causa o carácter natural de sociedades organizadas em torno de «centros elevados» que as dominavam — soberanos separados da sua comunidade e com algum atributo sagrado, cosmológico-divino. Por outras palavras, quando a figura do monarca foi aproximada do comum — o que permitiria a imaginação de uma fraternidade colectiva. E quando (3) se substituiu uma concepção da temporalidade, que não distinguia entre cosmologia e história, por uma dessacralizada, produto do impacto das descobertas científicas.

Simplificando, enquanto a Bíblia ligava a história humana aos planos de Deus, construindo uma totalidade em que passado, presente e futuro estavam interligados, pois o divino estava sempre presente, a nova concepção introduzia um tempo em que não havia prefiguração do futuro pelo passado, como na Bíblia, com a sua dimensão teleológica, surgindo um tempo transversal.

Este, marcado pelo relógio e pelo calendário, permitia pensar um colectivo como algo que existia em simultâneo em locais muitos distintos.

A formação das nações e o nacionalismo A novela, com o seu relato de acções simultâneas de agentes em múltiplos lugares, relatos pormenorizados de um ponto de vista da descrição, e o jornal, com as notícias em simultâneo de vários pontos distantes (permitindo, assim, ligar quem nunca se conheceria pessoalmente, identificar um território, etc.), são,

para Anderson, os meios por excelência para imaginar a nação (id., *ibid.*, pp. 20-40; Smith, 1998, 133-134).

A nação é uma comunidade imaginada, porque aqueles que a constituem nunca encontrarão ou conhecerão a maioria dos outros e o colectivo vive na mente de cada um (Anderson, 1986 [1983], p. 15). A génese dessa comunidade imaginada deve-se à conjugação de dois factores: o capitalismo e a tipografia. O livro — em língua vernácula — teria sido a primeira mercadoria a ser produzida em massa. Os efeitos de tal conjugação fizeram-se sentir no plano da consciência nacional, pois tal permitiu a um público mais amplo comunicar e identificar-se entre si. (SOBRAL, 2003, p.1100-1101)

Assim, o enfraquecimento gradual teria ocorrido através do declínio das línguas sagradas fato que modificou a relação de dependência entre aqueles que intermediavam determinada concepção cosmológica do mundo e o povo provocando mudanças na lealdade. Além disso, o mercado editorial passou a privilegiar o uso da língua vulgar potencializando a expansão dos meios de comunicação de massa e modificando assim o modo como as pessoas se relacionavam umas com as outras e pensavam em si mesmas e o mundo.

Koselleck (*apud* CALDEIRA, 2009) afirma que a decadência das certezas que por tanto tempo vinham conduzindo a sociedade configuram o período (séc. XVIII e XIX) como um momento de crise, em que certos referenciais foram quebrados sendo, portanto, necessária a busca por novos referenciais. Para Sousa (2008, p.1) a partir da Revolução Francesa ocorre uma mudança substancial na forma de encarar a história: com o ideal de progresso, não se busca mais os conselhos do passado, mas a transformação do mundo e a forma para realiza-la seriam as ciências.

Neste momento, a História, com “h” maiúsculo, aparecia como um porto seguro, pois ela acalmava os homens, dando a eles a dimensão de um futuro melhor e previsível. Ao mesmo tempo, construindo uma ligação entre passado, presente e futuro, o homem oitocentista passava a se entender no mundo a partir da História e tornava-se capaz de, entendendo o seu percurso, compreender as mudanças que vivia e vislumbrar o próprio futuro, entendido, em larga medida, dentro da lógica do progresso. [...] (CALDEIRA, 2009, p.68).

Assim, entre os séculos XVIII e XIX, grupos que outrora foram excluídos do acesso ao conhecimento passam a manifestar o desejo de acesso aos materiais das coleções e livrarias. A formação das primeiras bibliotecas, arquivos e museus públicos saiu fortalecida por uma nova comunidade agora com acesso ao ensino

público, inspirada pelo iluminismo e com uma crescente necessidade de se relacionar com seu passado histórico⁸.

As bibliotecas reais passaram “por um processo de democratização, em que foram abertas ao público e, por sua capacidade e estrutura, foram em geral associadas com a responsabilidade de preservação do patrimônio intelectual das nações” (CAMPELLO, 2006, p. 20). A BNRJ segue esse paradigma: teve origem na Real Biblioteca da Ajuda, sendo trazida por ocasião da transferência da corte portuguesa em 1808 fugindo das tropas napoleônicas. O acervo foi transferido para o Rio de Janeiro em três lotes a partir de 1810 (SCHWARCZ, 2002) sendo enriquecido por doações, compras e pelas chamadas propinas”. Segundo Bettencourt (2014,p.79), as propinas⁹ foram

[...] instituídas em 1805 por alvará real, e que obrigavam a entrega de um exemplar de todos os papéis impressos em Portugal, como também na Impressão Régia, instalada no Rio de Janeiro. Com a vinda da Real Biblioteca para o Brasil, o mesmo alvará passou a valer também para a cidade do Rio de Janeiro, como relatado por Marrocos em carta enviada a seu pai, também bibliotecário. “Com bom custo, consegui dar-se para esta Biblioteca Propina da Impressão Regia de tudo quanto se é aqui impresso e houver de imprimir-se” (Biblioteca Nacional (Brasil), 1939, p. 53).

2.3. Depósito Legal

Como vimos, o interesse em estabelecer um controle político da produção bibliográfica antecede o estabelecimento de uma política de acesso público a esse patrimônio. Inicialmente, o que era produzido era sequestrado para enriquecer bibliotecas particulares como forma de fomentar o prestígio social da classe dominante, passando para a fase seguinte quando se tornou uma forma de censurar os conteúdos produzidos antes que os mesmos fossem disseminados.

⁸ Segundo Lawrence (2013) muitos produtos culturais que não sejam da palavra escrita podem prover às populações um senso de passado compartilhado, a história escrita produzida por especialistas tem sido frequentemente privilegiada nos discursos nacionalistas em parte devido ao sucesso da profissão histórica em alegar sua objetividade científica em parte pelo laço próximo entre historiadores e os estados emergentes forjados durante o século XIX.

⁹ A edição de livros estava proibida no período autores residindo na colônia precisavam recorrer à casas impressoras na Europa para publicarem suas obras. Além disso, Laurence Hallewell (2005) afirma que até 1822 a Impressão Régia teve o monopólio da impressão no Rio de Janeiro existindo também a censura prévia (extinta 28 de agosto de 1821) e é somente neste momento, em 1922, que a Real Biblioteca se torna Biblioteca Imperial e Pública. Antes disso seu uso era condicionado à aprovação dos regentes.

Segundo Pinto (2011, p.45):

[...] historicamente, o depósito legal se configurava como uma forma eficaz que os Estados dispunham para manter o controle, não como forma de garantir a liberdade de expressão, mas, ao contrário, para servir como instrumento de uma política de Estado de controle sobre o conteúdo daquilo que era publicado.

Com o Estado assumindo papel de administrador dos interesses públicos, as bibliotecas como instituições também se ajustaram às mudanças sociais passando a ter papel fundamental no acesso à informação.

Desta forma também ocorre à passagem das propinas, o confisco passa a servir como processo para garantir aquisição da produção documental tendo em vista a proteção da memória nacional.

Segundo Larivière (2000, p. 4-5) traduzido e citado por Pinto (2011, p.45):

A legislação de depósito legal serve a um claro interesse de política pública nacional por assegurar a aquisição, o registro, a preservação e a disponibilização da memória publicada de uma nação. [...] O papel de um sistema de depósito legal é assegurar o desenvolvimento de uma coleção nacional de material publicado em vários formatos. Deve também apoiar a compilação e publicação de uma bibliografia nacional com o objetivo de assegurar o controle bibliográfico sobre uma coleção de depósito abrangente. Finalmente, uma legislação de depósito legal efetiva garante, aos cidadãos e pesquisadores dentro do país e no exterior, acesso à uma coleção de pesquisa do material publicado no país.(grifo nosso)

Para Ana Kelly Lameira:

[...] a conexão entre a memória nacional e o depósito legal é que este é o dispositivo que temos para o agrupamento da memória nacional, essa é a possível contribuição do depósito legal à memória nacional: reunir toda a memória documental nacional.[...] (LAMEIRA, 2015, p.27)

O modo como tal agrupamento é realizado, segundo Lellis (1989, p.210), é a “exigência amparada por lei da contribuição de um ou mais exemplares de cada edição, de todo o tipo de publicação reproduzida por qualquer processo para distribuição pública”; dessa forma, o DL se consolida como “instrumento básico do governo de controle¹⁰, registro e preservação da produção bibliográfica nacional”.

¹⁰ Vimos na seção 2.1.4 que a palavra controle está ligada a ideia de domínio de registros, pelo viés de acessibilidade ao conteúdo e acessibilidade física do documento. Shera (1975 *apud* MACHADO, 2003) visualiza o processo de Controle Bibliográfico como parte do sistema geral de comunicação da sociedade sendo a mesma a própria produtora e consumidora da informação. Assim, para a Shera

De acordo com Fonseca (1980 *apud* CALDEIRA & CARVALHO, 1980, p.211), as bibliografias nacionais emanadas de órgãos oficiais têm por base o depósito legal sendo dois os requisitos básicos para a produção de uma bibliografia nacional corrente: a) acordo entre editores e b) remessa obrigatória de todas as obras editadas no país à Biblioteca Nacional ou a outro órgão que, sem fins lucrativos, produz a bibliografia nacional oficial.

Almeida (1989, p.16) explica que a definição de depósito legal no Brasil expressa a designação de biblioteca central depositária, sendo esta uma “agência arrecadadora, em benefício do patrimônio cultural local, e por extensão, da memória nacional”.

Assim, segundo o modelo de controle bibliográfico proposto pela UNESCO em 1977, a biblioteca nacional é aquela que coordena o sistema de depósito legal, preserva esse patrimônio cultural e produz a bibliografia nacional como forma de tornar o patrimônio bibliográfico visível aos diversos grupos e indivíduos que compõe a nação.

Para Pinto (2011, p.66), vários dirigentes da BNRJ apontam nos relatórios que, sem uma legislação eficaz, esta memória nacional estaria seriamente comprometida, pois as falhas enormes nas coleções dos estados da federação podem ser consideradas como perda irreparável; mesmo que se quisesse e pudesse comprar os títulos em falta já não seria possível fazê-lo por absoluta falta de exemplares disponíveis ressaltando assim a prontidão prioritária que seria necessária entre o momento de lançamento de uma obra e o seu envio à biblioteca.

O Depósito legal diz respeito então às obras impressas no presente e estabelece que tão logo sejam publicadas tenham exemplares enviados à BNRJ para salvaguarda, garantindo, assim, completude na coleção nacional do ano corrente.

Para Beaudiquez (1991, p.121), a Bibliografia Nacional deveria inventariar todo material reunido pelo Depósito Legal, pois ela não é seu crítico e cabe ao futuro decidir se a memória também é patrimônio, ou seja, a Bibliografia Nacional não

(*Ibidem*), o âmbito geral trata da responsabilidade do governo federal que visa beneficiar qualquer cidadão do país e refere-se ao controle dos registros dos materiais bibliográficos que interessam à nação; no âmbito interno acontece quando um grupo de pessoas com necessidades informacionais específicas demanda um tipo especial de CB.

deveria selecionar o que deve ser inventariado, porém, segundo a autora, na prática não é isso o que acontece.

2.4. O que não entra na lista

Depreende-se das seções anteriores que o Controle Bibliográfico enquanto programa amparado pela lei do depósito legal apresenta alguns pontos cegos no que tange à captura de materiais. Se uma obra não existe no acervo da Biblioteca Nacional ela não entra na Bibliografia Nacional e o Depósito Legal é a principal estratégia que existe para manter o aspecto corrente da BNC; falhas nesse sistema de coleta implicam em falhas no inventário realizado e, conseqüentemente, falhas no mapeamento da produção editorial.

- O DL, segundo Beaudiquez (1992, p.121), no geral se preocupa mais com documentos que alcançam o mercado através da rota comercial de editoras e (*producers*); somente quando a obrigação legal se estende a impressores é que obras não comercializadas eventualmente são inclusas na BNC.
- Segundo Rocha(1974), a lei do depósito legal, de modo geral, não faz referências a publicações oficiais. No Brasil durante muito tempo elas apareciam na Bibliografia Nacional sem distinção e seu registro, segundo a autora, deu-se muito provavelmente pela “oportunidade de recebimento”. Esse paradigma se manteve mesmo após a Convenção de Bruxelas¹¹ que “forçou a elaboração de uma bibliografia de publicações oficiais” que deveria ser atualizada anualmente (ROCHA, 1974, p.3).
- Novos tipos de mídias e de documentos demoram a ser ponderados como passíveis de captura pela lei, ficando também dependentes da oportunidade de recebimento acima mencionada, pois as rotas de comercialização e distribuição das novas tecnologias de suporte estão sempre à frente da determinação legal que as incluiria na captura (BEAUDIQUEZ, 1992).

¹¹ “Diversas conferências diplomáticas, como o Congresso de Bruxelas em 1858 e as Conferências de Berna celebradas entre 1884 e 1886, culminaram na Convenção de Berna, que foi assinada em 9 de setembro de 1886.” (FONSECA, 2011). “A Convenção da União de Berna nasce na década de 1880, fruto dos trabalhos que resultaram na *Association Littéraire et Artistique Internationale* de 1878, desenvolvida por insistência do escritor francês Victor Hugo. Antes da sua adoção, as nações frequentemente recusavam reconhecer os direitos de autor de trabalhos de estrangeiros.” Após a convenção, [...] autores oriundos de outros países signatários passaram a ser tratados da mesma forma que os autores locais” (WIKIPÉDIA, 2016).

- Para Beaudiquez (*ibidem*), a BNC não reflete sempre o que é reunido pelo DL. É possível achar exemplos em que por três motivos em geral ela deixa de refletir a totalidade do DL: 1) Censura, 2) julgamento de valor e 3) falta de recursos. Com relação ao primeiro, a autora exemplifica que existem documentos que são motivo de processos entre editores e autores e documentos proibidos de venda e destinados à destruição não por decisões políticas, mas legais. Além dessas seleções existe aquela que as agências nacionais, não dispendo de pessoal para processar a massa de documentos que entra via DL, escolhe (considerando que as BNC são empreendimentos altamente custosos) de acordo com o tipo de documento depositado e dentro desses tipos, por nível de interesse.

Como outras estratégias que não dependem de rotas comerciais temos a entrada de novas obras por meio de doação dos autores independentes. De acordo com Juvêncio e Rodrigues (2016), há ainda editores que, diante dos custos de registro e envio das obras, acabam por optar por não realizar a remessa de suas obras.

Além dos pontos cegos do programa considerados acima, existem fatores econômicos, sociais e históricos que também levam à exclusão e falhas na formação da coleção nacional.

Para Canclini (1994), as atividades destinadas a definir, preservar e difundir o patrimônio cultural "incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos" ao afirmarem que "grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais." (idem, p.96).

Segundo o autor, os bens reunidos por cada sociedade na história "não pertencem **realmente** a todos, ainda que **formalmente** pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos" (Idem. grifos do autor). A maneira como se transmite o saber de cada sociedade demonstra que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as instituições de acesso sejam gratuitas e promovam sua ação difusora, "à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições" (Idem.). O autor afirma, assim, que existe uma hierarquia de capitais culturais. Os capitais simbólicos dos grupos subalternos

tem lugar subordinado, secundário dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos.

Por conseguinte, “grupos sociais hegemônicos gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens; o autor vai mais além dizendo que, “os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais para usufruí-los.” (*Ibidem*, p.97). Canclini explica que produtos gerados pelas “classes populares”¹² costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às necessidades presentes do grupo que os fabrica constituindo assim seu próprio patrimônio, mas que, ainda que alcancem altos graus de criatividade e valor estético tem menor possibilidade de realizar várias **operações** indispensáveis **para serem convertidos em patrimônio generalizado e amplamente reconhecido**:

[...] **acumulá-los historicamente** (sobretudo quando sofrem de pobreza ou repressão), **convertê-los numa base do saber objetivado** (relativamente independente dos indivíduos e da simples transmissão oral), expandí-los mediante uma educação institucional e **perfeccioná-los através de uma investigação e experimentação sistemática**. (CANCLINI, 1994, p.97, grifo nosso).

Lameira (2015, p.33) nos permite fazer uma aproximação com a questão patrimonial bibliográfica. O Decreto 1.825, de 20 de dezembro de 1907, mobilizado pelo diretor Manoel Cícero Peregrino trouxe como inovação um episódio único de gratuidade no porte para envio das obras como forma de tentar ampliar a captação de obras num território extenso como o do Brasil. Lameira aponta que mesmo com a isenção de franquias, muitos estados não cumpriam a legislação. E ilustra citando o relatório de Behring, analisado por Mônica Rizzo Soares Pinto (2011, p.58), destacando que “Os dados denotavam que o recebimento continuava com grandes prejuízos referentes ao envio de publicações de fora da capital federal”.

Para Lameira:

Tal fato nos mostra que o problema de recolha de depósito legal, à época, não era um problema ligado apenas aos custos do envio. Havia outros motivos, que geravam o descumprimento dessa legislação. Rubens Borba de Moraes, diretor da BN de 1945 a 1947, nos indica dois dos motivos que influenciavam a falta de cumprimento da legislação: falta de fiscalização e

¹² Expressão utilizada por Canclini (1994, p.97). Segundo Mikhail Bakhtin (1993), citado por Gomes (2016) e Fressato (2009) as clivagens: cultura erudita e popular se referem a apenas a um conceito analítico. Em seu lugar Bakhtin propõe o conceito de Circularidade cultural.

falta de publicidade (MORAES, 1946 *apud* PINTO, 2011). Plínio Doyle, diretor da BN de 1979 a 1982, também nos indica outro problema: a falta de funcionários para os serviços de controle e cobrança (DOYLE, 1981 *apud* PINTO 2011).

A observação da autora de que o prejuízo era maior no envio de publicações de fora da capital federal nos ressalta que **a situação dos estados não podia ser comparada à capital. Mesmo com a isenção da tarifa postal, que resolvia o problema dos custos expressos na distância territorial, havia uma distância ainda maior: a distância entre as diferentes realidades de cada região do país. Realidades culturais, informacionais e de letramento.** Quando Rubens Borba de Moraes aponta a falta de publicidade como um dos problemas do descumprimento, ressalta que as realidades informacionais entre o Rio de Janeiro e os estados eram realidades diferentes. Estas diferenças, que são desconsideradas sob o manto de uma igualdade, geraram – e ainda geram – uma desigualdade entre os estados, favorecendo o domínio do poder de representar o nacional à alguns estados – principalmente o Rio de Janeiro, onde se encontra a dita “capital cultural do Brasil”. (LAMEIRA, 2015, p.34, grifo nosso).

Pensando nessas “realidades”, expomos abaixo alguns dados extraídos do livro de Hallewell (2005) sobre o Brasil da época.

Tabela 3. População & Educação no Brasil

Ano	População (em milhões)			Matrícula escolar		
	Total	Livres	Branços	Alfabetizados	Primário	Secundário
				Total		
1888	13,67	12,95	5,47		258.302	
1890		14,33	6,30	2,12		
1895		15,96				
1900		17,32		4,45		
1905		20				
1907		20,86			638,378	20.000
1910		23,17				
1915		24,67				
1920		30,64		7,49	1.250.729	50.000
1925					1.700.000	
1930		33,57			2.084.000	83.000

FONTE: adaptado de HALLEWELL, (2005, p.176)

Assim, verificamos que apenas uma reduzida parte da população era alfabetizada tornando difícil imaginar como poderiam associar-se identitariamente ao patrimônio bibliográfico que estava sendo depositado na biblioteca uma vez que a biblioteca

[...] É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, política de conservação de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação (JACOB, 2000, p. 10 *apud* PINTO, 2011, p).

Somemos a população escrava que certamente existia em número muito significativo, aos índios e outros grupos não reconhecidos nas estatísticas acima, a questão da exclusão e não representação se amplia ainda mais.

Pinto (2011, p.22) selecionou a seguinte citação que ilustra bem essa invisibilidade.

[...] os traços que nos chegam do passado “são aqueles deixados pelas classes dominantes ou pelos poucos privilegiados treinados na arte da escrita, da custódia dos arquivos [...]”. A biblioteca é, no entanto, instituição de mediação entre os grupos do passado e do presente, mesmo se considerarmos que “o que restou foi apenas o que o dominador permitiu” (GARCIA GUTIERREZ, 2008, p. 52).

Acerca desses grupos dominantes observaremos ao longo da análise que foi uma prática recorrente os diretores utilizarem o espaço dedicado ao relato das aquisições nos anais para mencionar nomes e tecer elogios a doadores. Muitos doadores eram figuras, personalidades importantes de sua época com proximidade a seu círculo social. Esse destaque era cedido quer as personalidades tivessem doado um item ou uma coleção (uma biblioteca particular inteira) o que nos leva a questionar qual seria o motivo determinante na concessão desses destaques, além é claro da relevância da(s) obra(s) e doadas para o conjunto documental da biblioteca.

Garcia Gutierrez, segundo Pinto (2011 p.21), considera os bibliotecários (entre outros profissionais nos quais incluímos aqui os diretores) que administram o conhecimento e a memória como mediadores, e assinala que:

Suas operações longe de serem assépticas ou banais, estão enraizadas em profundos substratos ideológicos e culturais que deixam aflorar, de maneira consciente ou inconsciente, preconceitos, tendências e interesses nos resultados de tais operações que, não tendo seu caráter político questionado, estão a serviço do status quo dominante, ou seja, do

establishment que só advoga que tudo fique como está em todas as “ordens” (GARCIA GUTIERREZ, 2008, p. 44, grifos do autor).

No entanto, quando olhamos a tabela referente à aquisição de obras no período entre 1872 e 1874, veremos que a quantidade de doações recebidas de particulares eram significativas.

Figura 5. Imagem cópia da tabela de aquisição de obras.

Tabela 4: Aquisição de obras

AQUISIÇÃO DE OBRAS					
Ano	Número de volumes (não inclui revistas)	Oferecidos pelas províncias ou secretarias de estado	Remetidas por tipografias	Oferecidas por particulares	Compradas
1863 (Frei Camilo)	442	115	205	69	53
1869	315	ND	ND	ND	ND
1870	493	36	290	51	116
1871	757	51	278	45	383
1872	4727	ND	343	2483	ND
1873	ND	ND	477	56	311
1874	3705	118	439	672 ¹⁴²	2476
1875 e 1876*	4417	ND	ND	ND	ND
1877 e 1º semestre de 1878	1368	ND	ND	ND	ND
2º semestre de 1878 até 31 de março de 1879**	3159	CP	374	1238	1547
1879 (a partir de 1º de abril)	2039	CP	377	1466	196
1880 e 1881***	5536	CP	848	3725	963

Fonte: Relatórios do Ministério do Império.

ND: Não discriminado no relatório ministerial daquele ano.

CP: Computado conjuntamente com as obras oferecidas por particulares.

*Os relatórios do ano de 1875 e do primeiro semestre de 1876 foram feitos conjuntamente, não sendo possível identificar os volumes ou obras adquiridos especificamente em cada ano. Optamos, então, por apresentar nesta tabela os dois anos conjuntamente. Não encontramos informações suficientes para preencher os demais itens desta tabela.

**O relatório abrange todo este período e não especifica as aquisições de cada ano.

¹⁴² Destas 672 obras, 543 foram oferecidas pelo bibliotecário.

FONTE: Caldeira (2009).

Segundo Bessone (*apud* JUVÊNCIO, 2016), as bibliotecas da capital não eram tão ricas nem tão sofisticadas como as da Europa, mas ainda assim eram

importantes oferecendo possibilidade de atualização aos leitores e, acerca dos recursos limitados, afirma:

[...] Acrescento, ainda, todas as dificuldades inerentes à ampliação dos seus universos culturais, como a parca renovação de títulos nas mais prestigiadas bibliotecas, em face dos limitados recursos financeiros das instituições, **à dependência em relação a doadores e mecenas**, e à ausência de uma política eficiente de atualização científica (BESSONE, 1999, p. 117-118, grifo nosso).

Vemos assim que os agradecimentos tinham, nesse ponto de vista, motivação e que este ato, com a passagem do tempo, acabou por se tornar *praxe* mesmo quando os números se inverteram, pois Ramiz Galvão criou um espaço comumente reservado para fazê-lo nas publicações. Agradecer doadores tornou-se, portanto, parte da cultura dos diretores, além disso, acreditamos que se as instituições nascem e se atualizam para responder às necessidades sociais de sua época, a necessidade de memória também se manifestava pelas doações - ainda que existisse nos grupos uma preocupação por reservar seu lugar na história da BNRJ.

Segundo Nora os lugares de memória são constituídos por um jogo da memória e da história: “é preciso que haja vontade de memória, quando não há vontade de memória os lugares de memória serão lugares de história” E se os lugares de memória são “[...] os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade. [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 12-13) podemos afirmar que tais grupos mencionados ali estavam reconhecendo a BNRJ como lugar de memória, contribuindo para formação de seu acervo, cedendo seu patrimônio, enfim, dando conteúdo ao nacional.

A título de exemplo, Juvêncio (2016) em seu artigo **Símbolos e representações a Biblioteca do Nacional** questiona os motivos da coleção Benedicto Ottoni ter sido incorporada ao acervo da Biblioteca Nacional. Herança de uma vida acumulada por José Carlos Rodrigues (Benedicto Ottoni) o autor exemplifica que, embora a incorporação de sua biblioteca particular e de seu arquivo pessoal ao acervo tenha inegável valor para a memória nacional, a biblioteca estaria preservando não apenas aqueles itens, as obras que narram a história da América e do Brasil, mas também o ideal de um homem e de seu grupo, pois se tratava de uma figura política, uma das personalidades mais conhecidas na época, progressista,

defensor da República, um personagem do Nacional como os republicanos almejavam ser lembrados, preservá-los seria então preservar a memória e identidade de certo círculo social.

Em alguns casos, as próprias personalidades em questão ou, em casos póstumos, as famílias dessas personalidades, elegiam a Biblioteca Nacional (instituição do Estado) como local com competência para gerir essas coleções implicando sua doação talvez como uma contribuição à missão institucional da biblioteca e, conseqüentemente, para com memória nacional.

É um gesto que pode ter acepções patrióticas e denotar um certo nível de sentimento nacionalista ou localista: ceder seus bens privados para que se tornem propriedade coletiva ainda que a coletividade que se identificará com esses bens seja aquela a quem Juvêncio se refere (2015, p.3) ao dizer que “não será toda a memória nacional a preservada, mas sim a memória dos grupos dominantes, das elites daquele momento”.

Há nesse momento da doação uma troca de responsabilidade das famílias para a BNRJ que enquanto instituição do Estado passa a ser sua guardiã.

Francisco Mendes da Rocha, diretor no ano de 1893 (*apud* PINTO, 2011, p.55), ao observar o decréscimo no envio de publicações em cumprimento à legislação expõe no trecho abaixo o contra-dom¹³ (GOMES, 2015) que tornaria recíproco o benefício da doação de exemplares à Biblioteca:

[...] os editores e principalmente os autores deveriam ter interesse em que suas obras ficassem guardadas nas estantes de um estabelecimento dessa natureza, para que mais tarde, quando a ação destruidora do tempo houvesse feito desaparecer da circulação os exemplares uma ou mais vezes editados de seus trabalhos, não houvesse dificuldade em chegar ao conhecimento dos vindouros o merecimento dos seus talentos e esforços nobremente aplicados ao culto sacratíssimo das letras (ROCHA, 1894, p.20).

O trecho acima também evidencia o papel da biblioteca como instituição de memória que, para Nora (1993, p.16), teria como razão de ser a habilidade de “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo o sentido num mínimo de sinais”.

¹³ Mencionado nas aulas de Museologia, Patrimônio, Memória

No relatório do ano de 1917, Cícero Peregrino também comenta a respeito da incorporação por doação do acervo da Biblioteca Fluminense, fechada após 67 anos de atividade. Nas palavras do diretor, ele estava ali abrindo um destaque “para deixar nas páginas dos "Annaes" da Repartição a lembrança de cidadãos benemeritos, que não duvidaram em renunciar ao próprio interesse em benefício da causa commum, em proveito da patria e da coletividade.” (1923, p.679-80).

Para Caldeira (2009, p.63) “Doar uma obra ou uma coleção à Biblioteca Nacional significava atrelar seu nome a uma instituição que crescia e buscava afirmar-se como um espaço de estudos.”.

2.5. Contexto histórico da BNRJ

Procurando uma forma mais dinâmica e condensada de apresentar o histórico da evolução da Biblioteca Nacional do Rio Janeiro ao longo do tempo em relação a evolução das ciências de organização da informação e suas instituições influentes, da história do Brasil e da legislação do depósito legal elaboramos a tabela-linha-do-tempo abaixo.

Os itens correspondentes à História do Brasil estão sinalizados com um ícone da bandeira do Brasil; o brasão da família real à época foi utilizado pra indicar Portugal, as evoluções das ciências biblioteconômicas com uma lâmpada, símbolo da biblioteconomia; e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com seu logotipo, a presença de um “e” ao lado do logotipo indica que a informação é estatística, as cores de fundo indicam a que século pertencem os períodos, e dão destaque às amostras (anais e projetos de bibliografias nacionais) analisadas no *corpus*.

Tabela 4. Linha do tempo envolvendo as ciências biblioteconômicas, o contexto brasileiro e a BNRJ.

Século	Data, ano ou período	Eventos	
	12/10/1805	Lançado o alvará de 12 de outubro de 1805 por meio do qual “toda e qualquer edição publicada em Portugal, e depois, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, devia-se ‘ofertar’ pelo menos um espécime à Biblioteca da Corte”.	 

	29/10/1810	Abertura da Biblioteca a estudiosos	
	1814	Franqueamento ao público da Real Biblioteca, que antes era restrita apenas a estudiosos, mediante consentimento régio.	
	1821	São redigidos os Estatutos da Real Biblioteca	
	07/09/1922	Separação política do Reino do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e instituição do Império do Brasil.	
	13/09/1822	A Real Biblioteca passa a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública.	
	12/11/1822	José Bonifácio determina, em nome do Imperador, que a Tipografia Nacional remetesse "Um exemplar de todas as obras, folhas periódicas, e volantes, que se imprimirem na mesma Typografia, e de quaisquer reimpressões, que alli se fizerem, na ocasião em que se publicarem, ou se expozerem à venda".	
	1825	Aquisição da Biblioteca por 800 contos de réis. A compra foi regulamentada pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Brasil e Portugal, em 29 de agosto.	
	1846	Charles Jewett organizou a reprodução das fichas catalográficas do catálogo da biblioteca de <i>Smithsonian Institution</i> , nos Estados Unidos, por meio de processo de estereotipia para serem trocadas com as bibliotecas interessadas.	
	03/07/1847	Decreto Legislativo nº 433, que "Obriga os impressores a remetter na Côrte á Bibliotheca Publica Nacional, e nas Provincias á Bibliotheca da Capital, hum exemplar de todos os impressos que sahirem das respectivas Typographias"	
	26/11/1853	Decreto nº 1283 que dá instruções para a execução do decreto nº 433 especificando em seu artigo 1º "Todos os impressos que sahirem das typographias do municipio da Côrte serão remettidos á Bibliotheca Publica Nacional no dia de sua publicação e distribuição."	
	1877	Ramiz Galvão viaja à Europa buscando nas bibliotecas congêneres modelos para modificar a atual biblioteca.	
	04/03/1873	Regulamento baixado por decreto imperial, contendo reformas e dando novo Regimento à Biblioteca.	
XIX	1876	Publicação da CDD na conferência da ALA	
	1876	A instituição passa a se chamar definitivamente Biblioteca Nacional	
	1876	Criação dos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro	
	06/10/1876	Fundação da ALA na Filadélfia	
	1883	Primeiro Catálogo da BNRJ, com base no sistema Brunet	
	1885	Publicada a segunda edição da CDD	
	1886	Brasil adere à Convenção de Bruxellas	
	1886	É publicado o Boletim das aquisições mais importantes vol.1	
	1887	É publicado o Boletim das aquisições mais importantes vol.2	
	1888	É publicado o Boletim das aquisições mais importantes vol.3	
	13/05/1888	Lei Imperial n.º 3.353 declara extinta a escravidão no Brasil	

	1888	Primeiro inventário na repartição Inventariação de livros somam quase 171 mil	
	15/11/1889	Proclamação da República na Praça da Aclamação pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca	
	13/10/1890	Decreto nº 856 contendo Reformas no Regulamento da BNRJ. No qual o ministro da Instrução Benjamin Constante assinou a reforma "republicanizando" a Biblioteca.	
	1891	Promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil (Brasil)	
	1891-1894	República das espadas - censura à imprensa	
	1892	Paul Otlet e Henry LaFontaine fundam o IIB	
	08/08/1894	Novo Regulamento pelo Decreto n.1.766	
	1895-1917	Publicação <i>do Repertoire bibliographique Universel</i>	
	01/08/1898	Primeira lei sobre direitos autorais, 1 de n.496. Registro facultativo	
	16/12/1899	Serviço de registro na BNRJ para validar direitos autorais passa a ser realizado	
	1900	Acervo estimado em 705.332 peças, sendo 292.541 livros	
	1900	População estimada da cidade não chegava a 50 mil habitantes, a média de leitores era de 74 por dia, que consultavam cerca de 100 livros.	
	1902	Primeira Máquina de Escrever é introduzida na BNRJ	
	1903	São inauguradas ainda no prédio da Rua do Passeio, as oficinas tipográficas e de encadernação.	
	1904	É estabelecido o padrão das fichas bibliográficas	
	1904 e 1907	Lançada a CDU baseada na CDD	
XX	1905	Início da construção do prédio atual da BNRJ	
	1907	Funcionários da BNRJ de alto gabarito viajam à Europa e aos Estados Unidos, para estudo, compra ou cópia de documentos sobre o Brasil e a fim de se atualizarem em novos métodos de classificação e catalogação.	
	20/12/1907	Decreto n.1825 Dispõe sobre a remessa de obras impressas à BNRJ e em seu artigo 5º declara que a "Bibliotheca Nacional publicará regularmente um boletim bibliographico que terá, por fim principal registrar as aquisições effectuadas em virtude desta lei"	
	1907	Ampliação do horário de funcionamento da BNRJ e Instalação de telefones	
	1909-1910	Tem início a transferência do acervo para o novo Edifício da Avenida Central	
	1910	Inauguração do prédio da BNRJ	
	1911	Estabelecimento do Serviço de Bibliografia e Documentação na BNRJ	
	11/06/1911	Publicado o novo regulamento da BNRJ via Decreto n.8.835, no qual em seu artigo 68 declara que o "Boletim Bibliographico fará menção das aquisições que se effectuarem, principalmente das que entrarem por contribuição legal e dará em relação a cada uma das ultimas o nome do	

		editor e o preço da venda, sendo mencionadas uma só vez por ano as publicações periódicas”.	
	1914	Início da Primeira Guerra Mundial	
	1915	Fundado o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil	  
	1918	É publicado o Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro vol.1	
	1918	Fim da Primeira Guerra Mundial	
	1919	É publicado o Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro vol.2	
	1920	É publicado o Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro vol.3	
	1927	É publicado o Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro vol.4	

FONTE: elaboração própria com base na linha do tempo disponível no site da BNRJ, Alves e Menegaz (1987), Alentejo (2014), Biblioteca Nacional (1960), Juvêncio (2014, 2015, 2016), Juvêncio e Rodrigues (2013, 2015, 2016) e nos anais analisados.

Porém, cumpre-nos entender a que se refere a expressão “nacional”. Segundo o dicionário Aulete (IDICIONÁRIO, 2012), nacional é o “que representa ou simboliza uma nação”, ou seja, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Arquivo Nacional são símbolos de uma nação. Assim, a maioria dos países modernos, se não todos, conta com tais instituições, e estas são as responsáveis por trazer à tona a imagem desejada por aquela nação. (JUVÊNCIO, 2015, p.2)

2.5.1. A origem dos anais e a construção da imagem da BNRJ

Os **Annaes da Bibliotheca Nacional** foram criados em 1876 por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, dirigente da biblioteca no período de 1870 a 1882 responsável por uma série de reformas (estruturais, administrativas...) ao final do período Império. Ana Paula Caldeira (2009) atribui a tais reformas alguns desdobramentos como: a revitalização da Biblioteca, a formação profissional e a maior visibilidade do profissional bibliotecário no país além de terem sido fundamentais para efetuar uma mudança no perfil da BNRJ. É durante a gestão de Ramiz em 1876 que a Biblioteca tem seu nome modificado definitivamente para Biblioteca Nacional; também é sua a proposta para que a lei 3 de julho de 1847 fosse atualizada visando estender o alcance a todo Império, não se restringindo então aos tipógrafos da Corte, além de ampliar a captura nos moldes franceses à estampas, mapas, planos e fotografias, não somente obras impressas, estendendo os tipos de documentos relacionados à memória nacional.

Segundo a autora, a biblioteca no início de sua administração encontrava-se em total estado de decrepitude. Os problemas já eram conhecidos por seus antecessores, mas por sua atuação pró-ativa e proximidade com o ministro à época (p.51) Ramiz mobilizou meios para a mudança. Os principais problemas eram:

- o horário de funcionamento era limitado das 9 às 14 horas;
- falta de pessoal (6 pessoas quando assumiu o cargo) os quais eram mal remunerados e com pouca instrução;
- e embora muitas coleções que compunham o opulento acervo tivessem inventários próprios, não havia um catálogo sistemático que centralizasse e tornasse visíveis todas as preciosas coleções (BETTENCOURT, 2014, p.81);

Além desses problemas internos, a biblioteca tinha um público frequentador limitado o qual além de consistir apenas de uma pequena parcela da totalidade

letrada da capital (principalmente depois da transferência para a Lapa, mais distante do centro que o Hospital do Carmo), também em sua maioria tinham um gosto literário que era constante alvo de críticas de Ramiz e muito aquém do visado por ele: “enquanto folheavam-se bastante os jornais e corriam de mão em mão a literatura amena e os folhetins, os verdadeiros tesouros históricos dormiam no esquecimento.”, a primeira biblioteca do país em importância deveria, na verdade, “ser um lugar de investigações e estudos sérios, justamente pela qualidade do material que constituía seu acervo” (ibidem, p.63).

É sabido que a nossa mocidade se ocupa mais em geral da literatura de novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas do que da consulta de obras de elevado valor científico e literário. [...]. É claro, pois, que sendo composta a Biblioteca Nacional de obras de valor real, de obras de erudição e, sobretudo, de obras antigas, [...], é claro, digo, que não pode frequentá-la senão um círculo resumido de trabalhadores sérios, de investigadores esclarecidos. Que esse círculo é estreito, excusado é negá-lo [...] (BIBLIOTECA NACIONAL, 1875 apud CALDEIRA, 2009, p.61).

Assim cabia, portanto, não apenas melhorar as instalações da biblioteca e ampliar seu público. Era necessário dar subsídios para que aquele se tornasse um espaço de pesquisa e para que fosse possível manifestar nos leitores o interesse pelas investigações científicas e históricas.

Estavam fixadas assim as bases para a nova função da biblioteca: o Brasil era um país novo e o desejo pelo conhecimento científico não tinha se instalado entre seus integrantes, era necessário que a biblioteca fosse um espaço de estímulo e útil a esse fim (idem, p.63).

Ramiz era, importante frisar, membro do IHGB desde 1872 e segundo a autora: enquanto presidiu a BNRJ implementou projetos que ligavam-se à “preocupação com a construção de um passado para o Brasil e com a preservação e divulgação de documentos que serviriam para a sua escrita.” (idem, p.72). Dentro desse projeto a autora inclui: enviar notícias acompanhadas de um pequeno estudo à redação de jornais da época, a exposição e o catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil e os anais. Seu trabalho tinha um objetivo mais imediato que consistia, juntamente com a mudança do nome para Biblioteca Nacional, em fazer dessas publicações um elogio à nova biblioteca que teria novas funções e um novo papel. Para a autora:

[...] Sua publicação era uma forma de não apenas atrair o interesse do público em geral e de um público mais restrito (os homens de letras, tão ausentes da biblioteca [...] para obras mais seletas, mas também construir uma imagem da Biblioteca Nacional, atribuindo a ela um valor, mostrando que, como principal biblioteca do país, ela possuía documentos capazes de fazê-la caminhar em direção ao lugar ocupado pelas grandes instituições de saber espalhadas pela Europa. Também aqui deste lado do Atlântico seria possível encontrar documentos raros, iconografias primorosas e achados preciosos. (CALDEIRA, 2009, p.76)

Além disso, a publicação dos anais acabava também por “coroar aquilo que seria, para Ramiz, a sua função como bibliotecário: desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los à público possibilitando toda a sorte de pesquisas” (CALDEIRA, 2009, p.48):

Para Ramiz Galvão o catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil era também um “esboço de bibliografia histórica em sua maior amplitude”, tendo importantes funções sendo:

1. reunir a maior massa de publicações e documentos sobre este ponto capital para todo o Brasil: a história de seu país;
2. revelar as fontes aonde as possam beber notícias fidedignas, das quais está frequentemente privado o homem de ciência por ignorar o paradeiro dos documentos;
3. oferecer a oportunidade para a organização de um importantíssimo catalogo, que vai ser o marco miliário dos nossos conhecimentos sobre a história do Brasil, e o mais valiosos instrumento de trabalho que poderemos deixar a geração futura;
4. despertar e aviventar o amor pelos papéis que interessam de perto a este ramo de estudos;
5. vigorar em suma o amor da pátria, este nobilíssimo sentimento que dá vida às nacionalidades e estimula aos comitentes imortais. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1954, p.28)

Com a ampliação do horário e o aumento dos frequentadores conseguidos por Ramiz Galvão, o diretor preocupou-se também em melhorar os salários dos funcionários da biblioteca, pois acreditava que seria impossível mobilizar recursos humanos com a qualificação necessária para a realização dos serviços especializados sem que estes fossem melhor remunerados. Além disso, tendo em vista organizar a entrada e saída de pessoas do prédio e zelar pela integridade do acervo reformulou o regulamento e os estatutos da instituição. Tais reformas não foram realizadas arbitrariamente; tiveram origem nos modelos europeus.

Ramiz, segundo a autora (p.43), ainda não conhecia o “velho mundo” das bibliotecas de lá

[...] só as conhecia pelos livros, pelos comentários de seus pares e pelos catálogos e informações que encomendava aos amigos que iam para o exterior. [...] coletava algumas notícias a respeito das bibliotecas européias e a partir delas buscava pensar mudanças práticas no funcionamento da BN . [...] A observação das instituições européias servia como um norte e um espelho para aquilo que a Biblioteca Nacional deveria se tornar. [...] Se o Brasil desejava fazer parte do concerto das nações civilizadas, era necessário que a sua principal biblioteca se organizasse nos moldes das instituições de saber européias, especialmente dos dois países tomados à época como modelos de civilização e progresso intelectual e científico: a França e a Inglaterra. (CALDEIRA, 2009, p.44)

A viagem à Europa aconteceu quando foi participar da comissão que representaria o Brasil na Exposição Universal de Viena entre 1873 e 1874. Durante a viagem ficou também com a missão procurar documentos referentes à História nacional.

Foi a partir da viagem à Europa que Ramiz passou à realização de um novo catálogo. Segundo Caldeira (2009, p. 47), o bibliotecário “percebeu em sua viagem a necessidade de organizar catálogos inteiramente novos e optou, a partir do que viu nas bibliotecas européias, por fazer um catálogo alfabético ou nominal e outro sistemático ou por matérias”. O catálogo com base no sistema Brunet¹⁴ estabeleceu-se em 1883.

Assim, uma vez tirados do esquecimento e catalogados, era necessário trazer à luz do público os “tesouros” da Biblioteca Nacional.

Agora, já estabelecida - nos moldes das grandes nações, a BNRJ começa sua passagem como modelo para o resto da nação.

Tentando compreender a que veio esta publicação (os anais) a autora aponta que, logo na apresentação do primeiro volume, “figuram notícias e artigos sobre conjuntos de documentos que foram eleitos para representar o que havia de melhor nas estantes da biblioteca” (idem, p.80) exemplifica: a coleção Diogo Barbosa Machado, as cartas do padre José Anchieta, além da coleção Camoneana,

¹⁴ Para maior detalhamento dessa classificação aplicada no acervo da BNRJ, consultar Angela Monteiro Bettencourt (2014, p. 100). Segundo Alentejo (2011,p.28), Charles-Jacques Brunet era um livreiro que publicou em 1810 o “*Manuel du libraire et de l’amateur de livres*”, trata-se de uma Bibliografia Francesa de caráter internacional e destinava-se a colecionadores e a bibliófilos, pois seu valor intelectual era pelo viés da “Antigüidade, originalidade e perfeição literária, é fonte preciosa para estudos sobre livros raros, curiosos ou esgotados, mormente no que se prende à produção francesa e latina ou anterior ao Século XIX”. O arranjo das entradas elaborado por autor com um índice relacionando os assuntos. Brunet empregou a cada entrada uma descrição detalhada que incluía informações técnicas, a localização física bem como notas de edição e os preços de venda. Empreendeu um sistema de classificação por assunto bem como apresenta um histórico dos sistemas de classificação dos anos de 1583 e 1860.

Manuscrito de Luiz D'Alincourt e um precioso manuscrito em língua guarani: a Primeira catequese dos índios selvagens, do Padre Montoya, traduzido pelo especialista Batista Caetano Almeida Nogueira.

Todos esses documentos eram não apenas descritos e classificados, mas vinham também acompanhados de estudos feitos pelos funcionários da própria instituição e sua publicação consistia em divulgar documentos entendidos como capazes de fornecer acesso direto a uma experiência passada e um serviço prestado aos “historiadores de nossas coisas”, auxiliavam assim na constituição de uma história (fornecendo documentos necessários para escrever sobre o passado nacional) e de uma literatura brasileiras (compondo os cânones que representariam a nacionalidade, pois eram instrumentos para se compor cenários e personagens) (idem, p.82).

Caldeira (idem, p.83) ainda acrescenta uma terceira função envolvendo os anais:

[...] a de promover dentro e fora do país a própria Biblioteca Nacional, dando legitimidade ao trabalho realizado ali dentro e construindo sua imagem como espaço de saber e investigação e como uma instituição que buscava ajudar o Brasil a acompanhar o movimento científico, literário e histórico das nações mais adiantadas.

constituíam assim:

[...] uma porta de entrada e reconhecimento do Brasil entre os países que se tinham como modelo. A cada novo volume impresso, exemplares eram enviados a diversas instituições, como a Biblioteca de Santa Genoveva, a Biblioteca de Paris, ou ainda algumas congêneres norte-americanas, como a State Library e a Astor Library, ambas de Nova Iorque, a State Library, de Boston, a Biblioteca da Filadélfia e a Biblioteca do Congresso norte-americano. Os bibliotecários destas instituições costumavam enviar mensagens muito elogiosas e que eram com frequência anexadas por Ramiz aos relatórios que entregava ao Ministério do Império. Ferdinand Denis, por exemplo, exaltou os Anais como um “verdadeiro monumento, de uma necessidade incontestável e cuja utilidade se perceberá com os anos”. Na esteira do reconhecimento externo, vinha também o reconhecimento interno. Periódicos da época, como o Jornal do Commercio, o Globo, Diário do Rio, Apóstolo, Gazeta de Notícias e Reforma não só noticiaram como também louvaram a nova publicação.

Seguido ao reconhecimento, vinha uma mudança da imagem:

O Diário do Rio, em matéria de 25 de novembro, afirmava que a Biblioteca Nacional “foi antes uma aposentadoria honrosa para alguns sábios escritores, que a idade levava a repousar, do que um estabelecimento útil e proveitoso para os literatos brasileiros”. Com a publicação dos Anais e a

gestão de Ramiz Galvão, dizia o jornal, esse quadro começava a mudar e a BN enchia-se de vitalidade.

Para autora (*ibidem*, p.85) todo esse esforço em divulgar o acervo, legitimar o espaço entre os homens de sua época e publicar obras monumentais pode ser entendido dentro do contexto pelo lugar que o Brasil ocupava dentro do “concerto das nações” como país recém-independente perante nações já consolidadas: “Esse lugar era sempre percebido no horizonte da promessa (...) da jovem nação que, espelhando-se na velha Europa, realizar-se-ia num futuro”, assim:

Ao mesmo tempo em que este discurso compreendia a história da nação brasileira dentro da lógica do progresso, ele fornecia um papel e uma função à Biblioteca Nacional, conferindo legitimidade ao trabalho de organização, classificação e divulgação dos documentos, realizado dentro daquela instituição. [...] a BN trabalhava, paralelamente, na formação de um público estudioso e frequentador de bibliotecas, na divulgação dos documentos para se escrever a história do passado do país e contribuía para os futuros estudos nacionais.

Menegaz (1980, p.22) afirma que “Pelo teor de qualidade do material que imprime, os Anais alargam até o universal os limites do interesse nacional”.

2.6. Apresentação

Como exposto na introdução desta seção, os anais tiveram seu início em 1876 e foram criados, dentre outros objetivos, com o intuito de divulgar o acervo da BNRJ. Tanto os anais quanto os relatórios já constavam como responsabilidades¹⁵ do dirigente desde o novo **Regulamento da Bibliotheca Nacional** trabalhado por Ramiz (1876) em seus artigos 6º que acresce às responsabilidades a elaboração Relatório minucioso do que houver ocorrido na biblioteca e do estado desta e 10º dirigir a publicação dos **Annaes**.

Os relatórios dos diretores são introduzidos como seção da publicação somente a partir de 1895 por iniciativa de José Alexandre Teixeira de Mello. Essa prática é mantida por seus sucessores até 1922 quando há uma interrupção que se estende para além do período aqui estudado.

¹⁵ A responsabilidade pela publicação dos boletins só aparecerá no regulamento em 1911 pela reforma de Manoel Cícero Peregrino da Silva.

O formato dos relatórios de maneira geral consiste de seis seções iniciais fixas englobando diversas atividades da instituição:

- Pessoal
- Direitos autorais
- Serviço de permutas
- 1ª seção a 3ª seções e, a partir de 1910, 4ª seção da biblioteca; todas contendo as seguintes subseções:
 - aquisição
 - destaques
 - estatísticas de crescimento do acervo
 - estatísticas de circulação (movimento, obras e classes consultadas)
 - Ao fim do relatório são expostos tópicos diversos como realizações, eventos (palestras, conferências), solicitações da biblioteca, etc.

A tabela abaixo apresenta o *corpus* utilizado. É possível verificar que os atrasos continuaram a fazer parte do histórico da publicação. Também é possível observar o metodismo de Cícero Peregrino reservava uma data certa para a emissão de relatórios.

Tabela 5. Anais contendo relatórios dos diretores.

Diretor autor do relatório	Ano relatado	Data do relatório	Ano de publicação nos <i>Annaes</i>	v.
José Alexandre Teixeira de Mello	1895	Não informada	1897	18
	1896	Não informada	1897	19
	1897	15/02/1898	1899	20
	1898	23/02/1899	1900	21
	1899	19/02/1900	1900	22
Manoel Cicero Peregrino da Silva	1900	15/03/1901	1904	23
	1901	15/02/1902	1904	24
	1902	15/02/1903	1904	25
	1903	15/02/1904	1905	26
	1904	15/02/1905	1906	27*

	1905	15/02/1906	1908	28
	1906**	15/02/1907	1909	29
	1907	15/02/1908	1912	30
	1908	15/02/1909	1913	31
	1909	30/03/1910	1914	32
	1910	15/04/1911	1915	33
	1911	15/04/1912	1914	34
	1912	15/04/1913	1916	35
	1913	28/04/1914	1916	36
	1914	27/04/1915	1918	37
Aurélio Lopes de Souza	1915	07/04/1916	1920	38
	1916	31/03/1917	1921	39
Basílio de Magalhães	1917	31/03/1918	1923	40
	1918	15/02/1919	1925	41-42
Manoel Cicero Peregrino da Silva	1919	15/02/1919	1925	“
	1920	11/04/1921	1931	43-44
Aurélio Lopes de Souza	1921	18/02/1922	1931	“
Mario Behring	1922	09/04/1923	1931	45
não contém relatórios ***	1923 a 1927	-	-	46 a 50

*a partir do v.27 passa a ser intitulada A Bibliotheca Nacional em (ano corrido)

** a versão digital não contém o final do relatório que normalmente são fechados por uma despedida e assinatura do diretor.

*** Os relatórios só voltam a ser publicados em 1939, no volume 54, que recomeça o relato a partir do ano de 1932.

FONTE: elaboração própria com base nos volumes disponíveis em

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_indice/. Os dados foram conferidos com os disponíveis no volume 100 (MENEGAZ, 1980, p.18 e 21).

Quanto à distribuição, os anais eram fornecidos gratuitamente àqueles que já recebiam os volumes nas gestões anteriores e também eram enviados a estabelecimentos e associações a título de retribuir “ofertas recebidas” (1901, SILVA, p.632; 1902, p.389).

Cícero Peregrino estabeleceu a Oficina tipográfica e de encadernação na BNRJ em 1902-1903 esperando reduzir os custos e sanar a defasagem das publicações correntes, no entanto, ainda assim os atrasos continuaram. Vinte anos

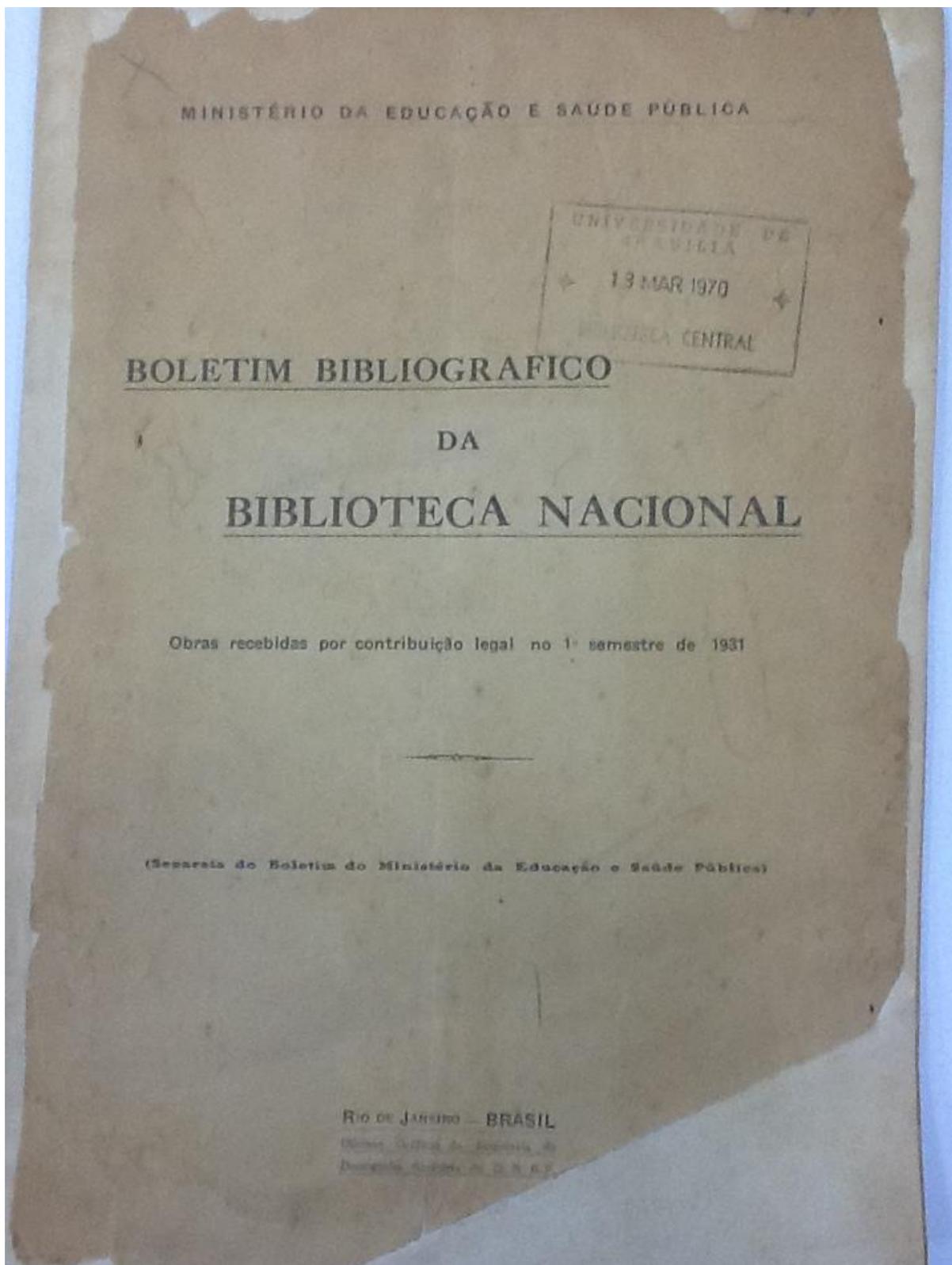
depois, o Diretor interino Mário Behring anuncia, via relatório, o prejuízo que dão ao Estado as oficinas gráficas e de encadernação da BNRJ.

Os serviços por ellas feitos á Bibliotheca custariam entregues á indústria particular, menos 75% do que actualmente custam. Se as verbas para sua manutenção fossem applicadas no pagamento directo dos serviços que ellas actualmente effectuam esses serviços augmentariam de pelo menos 300%. É o que evidencia da analyse fria da estatistica do seu custeio e da sua produção em 1923. (BEHRING, *apud* MENEGAZ, 1980, p.17)

Assim, em 9 de novembro de 1931, quando saíram os últimos volumes contemplados nesse estudo, foram extintas as oficinas gráficas e de encadernação. Com ou sem a oficina o tempo médio de atraso na publicação varia de 2 a 8 anos e é atribuído não somente aos altos custos, mas também à falta de pessoal e outros problemas que serão vistos no decorrer do texto pela óptica da ausência dos boletins que correspondem aos primeiros projetos de bibliografia nacional de iniciativa da BNRJ.

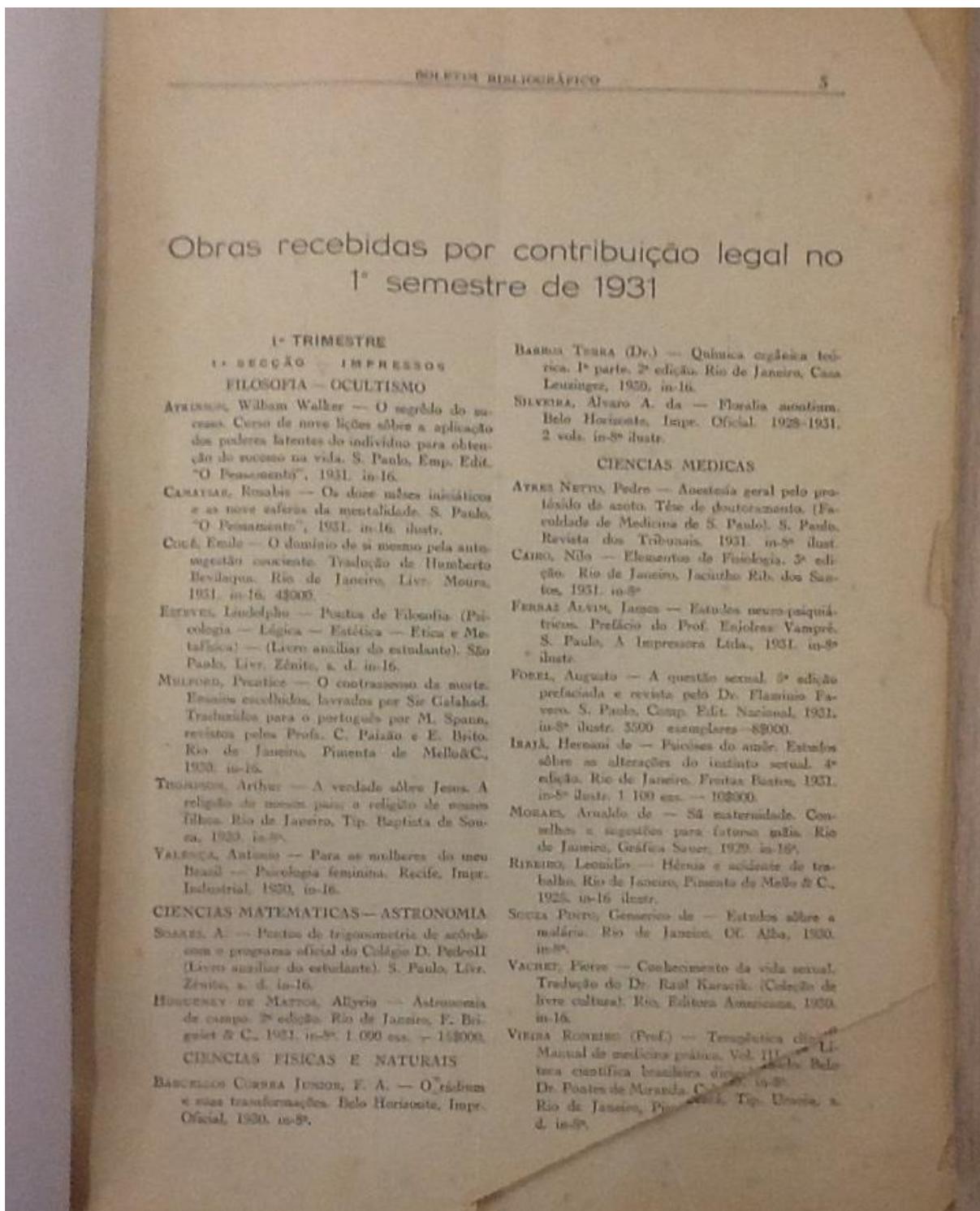
Uma observação importante é a de que a ausência de relatórios entre 1923 a 1932 corresponde ao período de gestão de Mário Marinho de Carvalho Behring (BIBLIOTECA NACIONAL, 1960, p.29) nesse período os anais foram publicados também em atraso entre 1934 e 1939, mas neles não havia relatórios. Solicitamos informações à BNRJ via formulário de pesquisa procurando descobrir se os relatórios chegaram a ser redigidos e remetidos ao ministro, sem vir a público nos anais, porém até a finalização do trabalho não obtivemos acesso aos documentos localizados e não conseguimos localizá-los no Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores disponíveis *online*. Tal informação poderia ser útil para compreender porquê o boletim novamente parou de ser publicado, retornando somente em 1931 na forma de separata e perdendo totalmente as características adotadas do IIB; sua organização de acordo com Fonseca (1972, p.2) demonstra uma possível influência norte-americana, apresentando as referências bibliográficas em ordem alfabética das matérias

Figura 6. Capa do Boletim lançado em 1921 como separata do Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública.



FONTE: Acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Figura 7. Interior do Boletim lançado em 1931, sem organização pela CDU.



FONTE: Acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a análise do primeiro 1º projeto de bibliografia nacional, do período de quase três décadas que se seguiu sem que houvesse bibliografia nacional editada pela BNRJ e do 2º projeto.

3.1. 1º Projeto

Como explanado na Introdução, não nos foi possível ter acesso a quaisquer conteúdos do primeiro projeto, sendo sua análise feita com base em informações obtidas nos trabalhos de Fonseca (1972) e Bettencourt (2014).

Para Alentejo (2011), esta bibliografia precede a fase formal¹⁶ da bibliografia brasileira.

A tabela abaixo condensa os dados da publicação.

Tabela 6. Dados referentes ao 1º projeto de Bibliografia Nacional da BNRJ.

Título	Boletim das aquisições mais importantes feitas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Período coberto	1886, 1887 e 1888
Periodicidade/ Volumes	Periodicidade: Trimestral (4 números por ano), totalizando no presente, 3 volumes. Anos I a III
Características de organização interna:	Os Assuntos eram divididos segundo as três Seções em que estava organizada a Biblioteca Nacional: Imprensa, Manuscritos, Estampas e Numismática; a seção de Imprensa utilizava o sistema de classificação de Jacques-Charles Brunet (1780-1867), de origem nas classificações francesas apresentava cinco categorias: Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia, Literatura incluindo informações técnicas, localização física, notas de edição e preços de venda; Itens numerados sequencialmente

¹⁶ Segundo Hallewell (2005) em 1880 no Rio de Janeiro havia cerca de 27 livrarias, 35 firmas impressoras e 3 Fundidoras de tipos, sendo que o período considerado também antecede o da lei de direitos autorais de 1898, de modo que havia até então a publicação ilegal de obras estrangeiras mesmo por parte de editores respeitáveis (idem, p.190). Imaginamos, a título de exemplificar como o boletim pode ser portador da memória bibliográfica da época, que o boletim testemunha a existência dessas obras ou, em caso negativo, que a BNRJ como instituição governamental não aceitaria tais obras em seu acervo considerando sua ilegalidade.

Outras características	Publicado como separata dos <i>Annaes</i> da Biblioteca Nacional
Formato das entradas:	Prenome do autor ou pelo título, sem preocupação com norma descritiva ou ordenação alfabética. O nome do autor é grafado em caixa alta e as notas tipográficas (imprenta) em negrito.
Organizador, Iniciativa de...	João Saldanha da Gama*

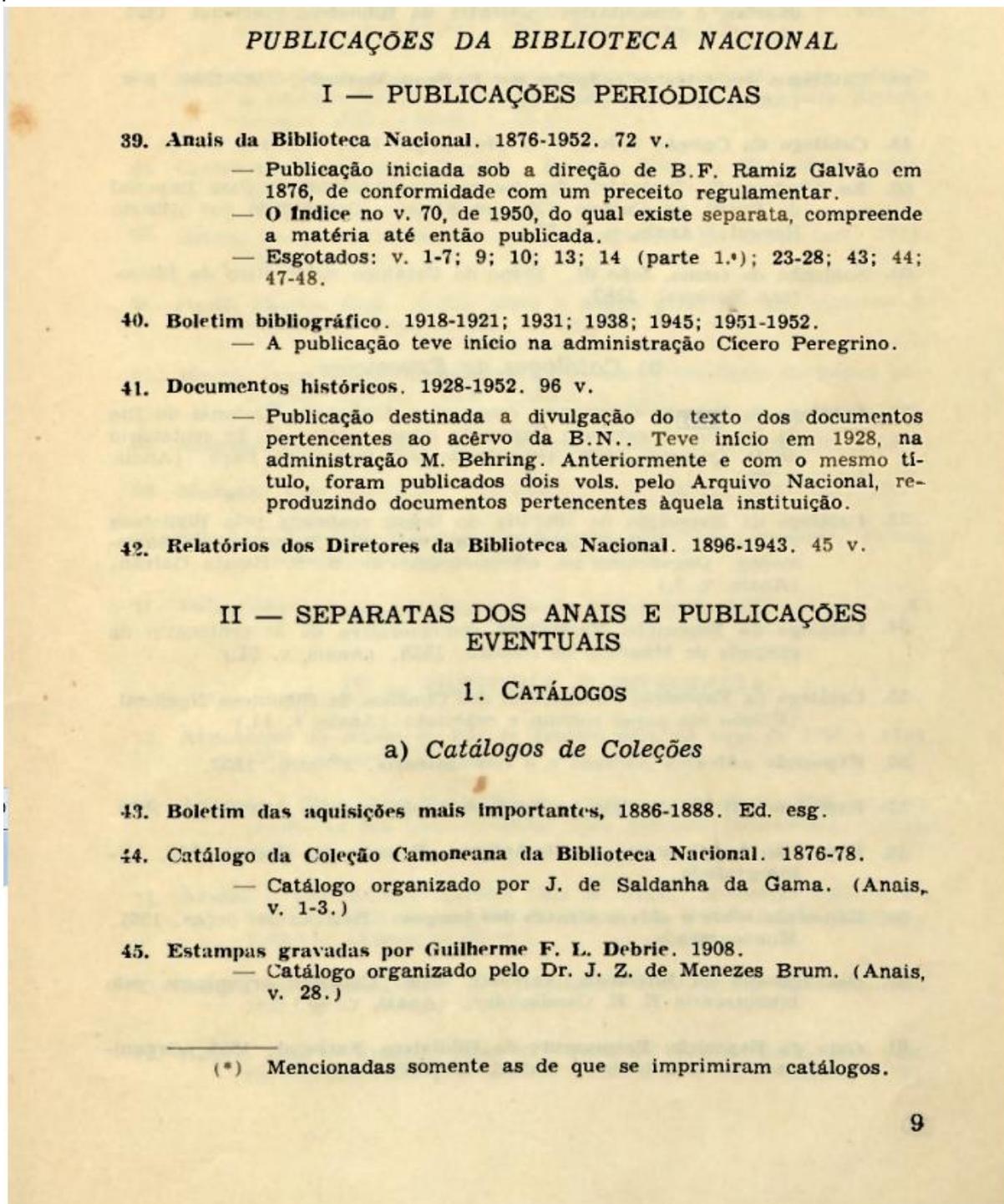
*Não conseguimos nenhuma fonte de informação que permitisse expor uma biografia do organizador que enfocasse seu papel na produção do boletim ou esclarecer quais eram seus conhecimentos acerca da disciplina Bibliografia. Nascido em 22-8-1835 e falecido em 1899 (Biblioteca Nacional (Brasil), 1960, p.26). Era bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, de acordo com Caldeira (2009, p.19) sua família estabeleceu-se na Bahia tendo influência política e boa situação financeira. Conquistou certa notoriedade como professor de ciências físicas e matemática e como fundador do Instituto Politécnico, além de ter participado de algumas sociedades e academias estrangeiras Desde a reforma feita por Ramiz Galvão, em 1876, era o chefe da Seção de Impressos, tendo, segundo a autora, sido muito próximo de Ramiz Galvão (o que teria sido determinante para o acesso ao cargo) com quem estudou junto no Colégio Pedro segundo e de quem era cunhado. Após breve interinidade, foi efetivado como "bibliotecário", por decreto de 28-10-1882, empossando-se três dias após. Ao proclamar-se a República, foi aposentado pelo Governo Provisório, por decreto em 12-12-1889.

FONTE: elaboração própria adaptado de Fonseca (1972).

Considerado um embrião do que viria a ser o início oficial da bibliografia brasileira (GRINGS, 2011, p.6), essencialmente esse projeto parece refletir a dinâmica de formação e desenvolvimento do acervo da biblioteca na época, não apresentando consistência na descrição dos registros, ainda na fronteira entre as funções de catálogo – que remete ao acervo local e sua dinâmica – e uma bibliografia corrente que torna público as publicações do presente.

Ilustramos essa afirmação com a figura abaixo onde a BNRJ, em publicação oficial, descreve o Boletim como Catálogo de Coleções, classificando-a não como publicação periódica preferindo a categoria de “Separata dos anais e publicações eventuais”.

Figura. 8. Extrato do folheto Exposição cem anos de atividades: (1853-1953) que mostra publicações periódicas da Biblioteca Nacional. O boletim é citado no item 43.



FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1957.

Quanto ao escopo da obra, não é mencionado que as aquisições sejam oriundas exclusivamente de depósito legal, pois como visto na seção anterior existiam em vigor dois decretos atuando nesse sentido (o Decreto nº433 de 03/07/1847 e o Decreto nº 1283 de 26/11/1853), assim podem estar inclusas no

escopo: doações, permutas, compras e publicações da própria BNRJ não necessariamente publicados no ano corrente, seu foco é o que há de novo entrando no acervo.

Fazemos aqui uma suposição de que nesse período da história o número de publicações devia ter crescido significativamente, pois é nesse momento que a “lista” se torna uma separata dos anais, ou seja, o momento em que se deu a percepção de que será necessária uma cisão entre divulgar o acervo e divulgar o “corrente” em publicação avulsa e periódica.

O título escolhido “Boletim das **aquisições mais importantes feitas** pela Biblioteca Nacional” também parece enfatizar que o boletim era publicado para dar visibilidade ao resultado dos processos de aquisição, como não poderia deixar de ser, este empreendimento refletia então a política de aquisição da biblioteca.

Quanto às características dessa política, a Biblioteca Nacional (2016), no histórico disponível em seu site, nos fornece uma pista ao informar que os Annaes da Bibliotheca Nacional foram a “primeira forma encontrada de levar a público os tesouros da Biblioteca, antigos e contemporâneos”. Publicados a partir de 1876, serviam para divulgar “**documentos preciosos, livros raros** e peças curiosas, além de publicar manuscritos **interessantes e trabalhos bibliográficos de merecimento**”.

O título nesta obra também apresenta um tom restritivo: este é o boletim das “**aquisições mais importantes**”. Este empreendimento bibliográfico testemunha o que estava sendo acrescentado ao acervo priorizando (julgamento de valor) a divulgação de um conjunto do total incorporado.

Do ponto de vista do depósito legal, segundo Alvez (BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL), 1918):

[...] O Boletim de 1886 não registrava a totalidade das aquisições. [...] naquela época a Bibliotheca Nacional não podia exigir que lhe remetessem quanto se dava á publicidade no paiz. Circumscrevia a sua acção ás officinas graphics da Capital. [...]

Voltando nosso olhar para o mecanismo que limitava a “acção”, ou seja, a referida lei, o decreto nº433 de 03/07/1847 tinha apenas dois artigos; o primeiro especificando a obrigação dos impressores de “remetter na Côrte á Bibliotheca Publica Nacional, e nas Provincias á Bibliotheca da Capital, hum exemplar de todos

os impressos que sahirem das respectivas Typographias” (BRASIL, 1847) e o outro revogando disposições contrárias.

Já o Decreto nº 1283 de 26/11/1853 contém instruções para a execução do primeiro dispostas em sete artigos; dos quais: o 1º também especifica que a abrangência da lei se limita às tipografias do município da Corte e que o tempo para a remissão é no mesmo dia da publicação e distribuição; o artigo 5º especifica o caráter local: para saber se uma editora tinha obrigação de envio para a biblioteca “basta que ella tenha a inscripção da cidade do Rio de Janeiro, ainda que seus autores ou proprietarios alleguem haver sido impressa fóra da Côrte ou do Imperio.”. O artigo 7º enfatiza ainda: “As presentes Instrucções são extensivas às obras que se imprimirem, lithographarem ou gravarem nas Provincias relativamente às Bibliothecas das respectivas capitaes.”¹⁷ (BRASIL, 1853).

Assim, como a ação do decreto ainda não centralizava toda captura para a Biblioteca Imperial e Pública podemos esperar que, além de já distinguir uma parte do total recebido, por lei o alcance do boletim quanto a edições correntes era limitado ao Rio de Janeiro.

Consideramos que, sem ter acesso a obra e seu conteúdo, as observações acima são o limite possível da análise do primeiro projeto.

Nas próximas linhas voltamos nosso olhar para outra publicação: os Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e os Relatórios dos diretores ali contidos como forma de procurar esclarecer o hiato de quase 30 anos que se segue entre a iniciativa do Boletim das aquisições mais importantes e o próximo projeto.

3.2. Os anos invisíveis (1889-1917)

Enquanto os anais continuaram a ser publicados o mesmo não se deu com o boletim como separata. Nossa pesquisa a partir desse ponto utiliza as informações de aquisição via depósito legal de alguns dos anos reticentes.

¹⁷ Lembrando que durante o período Império o território era subdividido em províncias mais o município neutro (Rio de Janeiro). Após a proclamação da República as províncias passam a ser chamadas de estados.

Tais indícios começam a surgir a partir do volume de 1896 nos relatórios dos diretores, quando os anais passaram a adquirir uma configuração mais estável e a incluir o relatório como último “capítulo” de cada volume.

No relatório contido nos anais do volume de 1896 (relatório do ano de 1895, oito anos após o último volume de o boletim ser publicado), o diretor José Alexandre Teixeira de Melo informa ao ministro em exercício que embora a biblioteca esteja realizando a cobrança dos exemplares que o decreto datado de 42 anos atrás lhe designa os editores se recusam a cumprir a lei, a qual o diretor deixa transparecer a opinião de que deveria ter sido revogada, mas que optaram por continuar a adotar na República:

“Não obstante o constante cuidado em que se reclamar dos editores um exemplar das obras que imprimirem nesta Capital, segundo o disposto nas Instrucções approvadas pelo Decreto n.1283 de 26 de novembro de 1853, e em se pedir as respectivos auctores as obras dadas á luz nos Estados, a collecta d’este anno de 1895 não apresenta todo o produto da imprensa, da Capital pelo menos. Não ha subterfugio de que não lancem mão muitos dos editores para se eximirem do cumprimento d’esse preceito de lei, que não foi revogada, antes adoptada pela Republica no Codigo Penal vigente de 1892, titulo XIII, cap. IX, art.386.

Alguns, entretanto, honra lhes seja feita, se desempenham d’esse dever com toda a lisura e boa vontade. Já um dos meus antecessores suggeria uma medida que obviaria a esse inconveniente. Os resultados negativos, porém, continuam, e a Bibliotheca tem-se visto na necessidade de mais tarde adquirir por compra aquillo que por effeito legal lhe era devido. (MELLO, 1896, p.478)

Perguntamo-nos aqui se essa postura das editoras que não contribuía para o depósito (chegando o diretor a chamar de “subterfugio” as justificativas dessas) não seria uma área de fronteira entre esse grupo (editoras) que compõe a nação e o não reconhecimento da BNRJ como representante da memória bibliográfica nacional, uma vez que, por mais antiga que a referida lei fosse, o esquecimento não estaria justificado se a BNRJ estava “reclamando com cuidado” o que lhe era de direito por lei.

Vemos então que embora estivesse em débito com a publicação do boletim, a biblioteca na década seguinte empreendia esforços para manter a coleção nacional corrente atualizada já que chegara ao ponto de ter que adquirir obras do ano corrente via compra. Já a divulgação dessa parte do todo “produto da imprensa” adquirida, ou pelo menos os registros bibliográficos dessas obras que conseguiram

chegar pelo efeito de depósito, no entanto, devia contar com outros meios que não o boletim.

Para fins de resumo, expomos abaixo os dados dos anos seguintes até o ano de 1900. A primeira tabela correspondente aos anos de 1894 a 1900 difere das seguintes por duas observações:

1) no relatório os recursos contínuos da época, periódicos (jornais e revistas), tinham sua estatística divulgada ao fim da seção de impressos, mas como não distingue quais são obras inéditas correntes ou continuações (no relatório chamadas por vezes de volumes), não foram inclusas na tabela. A diferença passa a ser notada nos anais de 1901 onde o diretor Cícero Peregrino faz essa distinção entre volumes encadernados e obras novas, variando levemente conforme os anos (provavelmente dependendo do responsável por fornecer as estatísticas para o relato do diretor);

2) obras doadas pelos autores que poderiam ser alvo da solicitação mencionada pelo diretor na citação longa na página anterior contavam como doações, sem menção para o caso de terem sido publicadas no ano corrente.

Tabela 7. Obras recebidas via depósito legal no período de 1894-1900 durante a gestão de José Alexandre Teixeira de Mello.

Ano	Obras*	Volumes	Folhetos	Mappas
1894	234	210	-	-
1895	178	186	109	-
1896	130	167	113	-
1897	-	-	-	-
1898	196	222	253	-
1899**	189	206	74	1
Total em 6 anos	927		549	1

* Acreditamos que o termo possa ser entendido como o conteúdo intelectual impresso na forma de livro. Tais obras pelo que compreendemos dessa divisão podem se apresentar agrupadas em um ou mais volumes.

** nesse ano há inclusão da categoria mappas nas estatísticas de depósito legal.

FONTE: Elaboração própria com base nos anais dos anos citados.

O diretor, ainda no volume correspondente ao ano de 1896, menciona que os usuários clamavam a necessidade de um catálogo impresso, porém, que um projeto desse porte se mostrava inviável pelos seguintes motivos:

CATALOGO IMPRESSO. - mais de uma vez se tem formulado queixas sobre a falta de catalogo impresso na Bibliotheca Nacional. Não é, porem cousa facil satisfazer-se este *desideratum*. Que de esforço não seria preciso para se pôr em ordem systematica o grande montão de livros que enchem as nossas estantes? De muitas das obras existentes seria preciso fazer-se nova classificação, por se haverem dispersado os respectivos bilhetes. Trabalho ingente, que demandaria grande cabedal de conhecimentos technicos, uma assidua applicação exclusiva nesse mister, que não fosse a cada passo interrompido por cuidados da administração e outros embaraços intercorrentes. Vencido o labor que um tal trabalho exigiria, seria preciso renova-lo de dez em dez annos, pelo menos, com os suplementos correspondentes ás aquisições feitas no correr d'esse tempo, em que entretanto o publico leitor não poderia ficar privado do uso d'essas novas aquisições: duplo trabalho, a que não bastaria de certo o pessoal actualmente existente. O catálogo por cartões pode ser alterado e augmentado indefinidamente todos os dias com os cartões referentes ás aquisições diarias; mas como fazer esses accrescimos num catálogo impresso, sem torna-lo imprestavel no fim de um ou dois annos? Demais, essas emendas se fariam no exemplar da Bibliotheca, mas como passal-as aos que fossem fornecidos aos particulares?

Accresce ainda que exigiria somma consideravel de dinheiro, pois já um dos nossos bibliothecarios orçou em 50 contos a sua publicação, e esta só poderia ser feita com a lentidão requerida para trabalhos d'essa natureza, já de si tão sujeitos a descuidos de revisão e inadvertencias de occasião, a que nem sempre dão remedio as errata.

[...]

Tambem seria de extrema vantagem o estabelecimento de uma pequena typographia, para impressão dos boletins da sala publica, dos cartões do catalogo movel, dos boletins de aquisições trimensaes, de circulares exigidas para o serviço, etc.[...] (MELLO, 1896, 479-481 grifos do autor).

Assim, notamos que havia queixa devido a ausência de um catálogo impresso que reunisse num mesmo local, na forma de obra impressa, o que estava contido no acervo. Fica também evidente que a dinâmica do acervo demandava a adoção de instrumentos igualmente capazes de tornarem público as aquisições feitas pela biblioteca, distinguindo-os entre o público externo e o interno para quem o suposto catálogo teria sua funcionalidade comprometida diante da defasagem das constantes atualizações necessárias. Acreditamos que as características acima discutidas realçam a importância da bibliografia nacional corrente emergir como publicação-resposta a essas demandas de um instrumento dinâmico, serializado e de alcance mais amplo que o catálogo.

Retomando ao histórico do boletim, a menção dos benefícios de uma oficina onde seria impresso o boletim foi acrescida ao fim da citação porque quando em 8

de agosto de 1903 na gestão de Cícero Peregrino inaugurou-se o local (SILVA, 1904, p.822) os anais voltaram a ser impressos ali, mas o boletim não foi restaurado.

Na década seguinte é possível observar as contribuições do próximo diretor: Cícero Peregrino da Silva. Juvêncio (2016) nos forneceu rico material para elaboração de uma biografia que expusesse a trajetória e o perfil desse que foi um dos mais atuantes diretores da BNRJ destacando que se tratava de uma figura dentre os cérebros por detrás das grandes transformações que o Rio de Janeiro e o país passavam.

Manoel Cícero Peregrino da Silva, nascido em 1866 em Recife (PE) graduou-se em Direito pela Faculdade de Recife, berço da elite intelectual do “norte” do país à época –, graduando-se em 1885. Tal Faculdade é considerada como o celeiro do pensamento político/filosófico no final do século XIX a que convencionou-se chamar de “Escola do Recife” da qual o Juvêncio (idem) aponta como origem da influência do pensamento Culturalista (donde o ser humano toma a rédea do seu destino e transforma o espaço a seu modo de acordo com seus objetivos) no futuro diretor.

Em 1889 assumiu como diretor da Biblioteca da Faculdade de Direito de Recife, que foi sua principal experiência com bibliotecas antes de assumir a BNRJ. Lá teve como realizações a catalogação de todo o seu acervo, a criação de catálogos para orientar as pesquisas voltadas para o usuário e de cunho especializado, ampliação do número de obras disponíveis para consulta e mudança de prédio. Permaneceu na direção da Biblioteca da faculdade até o início de 1900, sempre referenciado de forma elogiosa pelos que conheceram seu trabalho.

Mudou-se em 1900 para a capital tendo em vista assumir o convite para dirigir a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro feito por Eptácio Pessoa. Juvêncio (idem) aponta que na trajetória de Peregrino da Silva, tanto em Recife, quanto no Rio de Janeiro é destacável sua extensa rede de sociabilidade. O autor exemplifica: de Eptácio pessoa cuja amizade entre eles remonta ao período de Pessoa como professor da Faculdade de Direito de Recife bem como outras personalidades incluindo Ramiz Galvão. Tal rede seria ainda mais ampliada a partir do reconhecimento e enaltecimento de sua atuação na BNRJ, firmando-o nos mais altos círculos intelectuais da época embora sua atuação não tenha sido partidária ou política.

Além da administração da BNRJ, onde permaneceu no comando por vinte e quatro anos (1900-1924) - transformando-a de repositório passivo a ativo por meio de diversas ações inclusive a promoção e palestras para discussão dos assuntos considerados relevantes no momento; temas como política, literatura, relações internacionais e cultura. Cícero Peregrino teve atuação destacada em diferentes associações e institutos internacionais além de ter assumido diversos cargos públicos todos alçando os cargos mais altos como: a Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e Prefeito Interino do Distrito Federal.

Intelectual comprometido com o cumprimento da missão institucional, promoção da cultura e erudição é sempre lembrado, nos diversos estabelecimentos por onde passou, como um dos administradores mais notáveis da história do país. Similarmente a Ramiz Galvão, foi membro do IHGB dando seguimento aos objetivos do mesmo ao reunir em torno da Biblioteca a elite intelectual mais apurada criando ali um ambiente próprio para a cultura histórica que se intensificava no Brasil.

A Tabela 8 não engloba todo período de sua gestão porque se refere ao período antecedente ao projeto de lei; e a Tabela 9 seguinte expõe o período após sua promulgação.

Tabela 8. Obras recebidas via depósito legal no período de 1900-1907 durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva.

Ano	Obras	Volumes	Mapas	Folhetos	Publicações periódicas
1900	196	207	0	99	92
1901	225	263	8	135	88
1902	376	429	2	-	81
1903	396	463	1	-	218*
1904	332	399	0	-	111**
1905	268	338	0	-	***
1906	404	482	0	-	116
1907	387	482	2	-	134
Total em 8 anos	2584		13	234	840

*Nesse ano o diretor para de distinguir obras novas do total recebido, distinguindo apenas nacionais de internacionais.

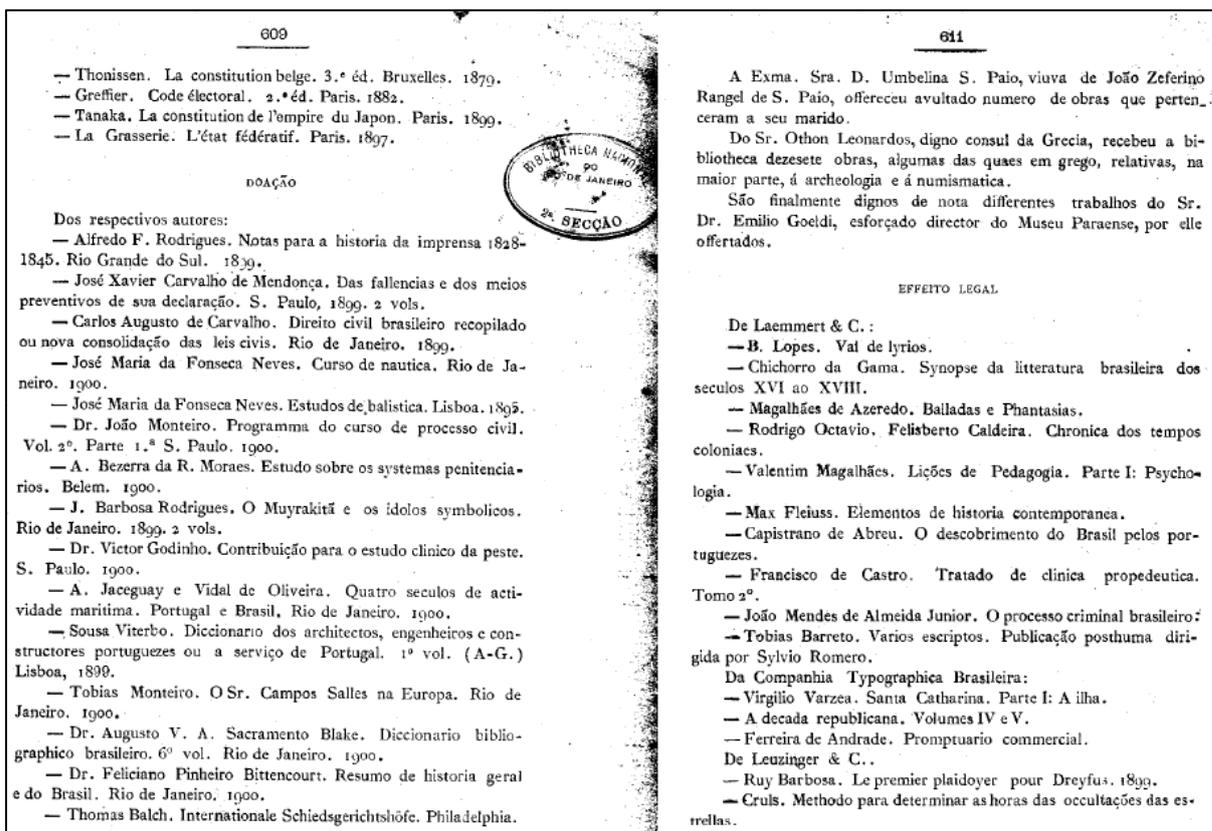
** O diretor volta a especificar que dos 234 periódicos nacionais, 111 advieram de contribuição legal

*** só há a informação: "Esão ahi incluidos os opusculos, assim como os periodicos que formaram volumes". Ali onde? Decidimos não incluir diante da incerteza do referencial.

FONTE: elaboração própria com base nos anais dos anos citados.

A essas estatísticas expostas nos relatórios Cícero Peregrino acrescenta uma lista de aquisições destacáveis prática que manterá nos próximos relatórios; as obras são descritas pelo nome (dos autores ou entidade coletivas) e o título de obras recebidas por efeito legal, suas editoras, etc. A listagem das obras adquiridas apresenta mais ou menos dados como: edição, volume, local, ano e alguns comentários ocasionais de forma variável de modo que não se pode dizer que apresentam consistência nesse aspecto, portanto não podemos dizer que são registros sistemáticos podendo os mesmos também serem de autoria dos chefes responsáveis pelas respectivas seções.

Figura 9 – Montagem de duas páginas do Relatório de Manoel Cícero Peregrino do ano de 1901 mostrando a variação da descrição bibliográfica.



FONTE: Relatório apresentado ao Sr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores pelo Director Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, 1900 (SILVA, 1901, p.609,611).

Peregrino da Silva dispõe ainda de algumas informações sobre a distribuição dos anais explicando que as pessoas que recebiam os volumes das administrações

anteriores continuaram a receber os seguintes, também eram enviados a estabelecimentos e associações a título de retribuir “ofertas recebidas”, destacando que a limitada quantidade de exemplares fazia com que fosse reduzida a aceitação de pedidos requisitando a coleção completa, sugere ainda estabelecer uma tabela de preços - que passa a figurar nos volumes seguintes - para a venda. A cobrança não abrangeria os que já recebiam a publicação gratuitamente (SILVA, 1901, p.632).

O diretor faz uma observação ao final do relatório trazendo de volta a ideia de estender o cumprimento da lei não apenas ao Distrito Federal como também às oficinas situadas nos estados, ressaltando a necessidade de “gratuidade do porte e registro no correio para todos os objectos remetidos á bibliotheca por obrigação legal, valendo o certificado do registro como uma prova de que a obrigação foi cumprida” (SILVA, 1901, p.638).

A única menção que Cícero Peregrino faz a ausência do boletim nesse ano é a de que a biblioteca naquele momento “se vê privada de organizar e publicar os seus Annaes ou em boletim à parte, como fazem outras bibliothecas, a lista tantas vezes pedida da produção literária do paiz.” Nota-se então que não há ainda uma previsão para o retorno do boletim muito embora exista demanda contínua - “tantas vezes pedida” (idem).

Embora privados do boletim não significa que um projeto bibliográfico não estivesse permeando a mente do diretor, pois o mesmo escreve como providências a incluir no novo regulamento:

[...]

Estabelecer, a cargo dos chefes de secção, aulas de bibliographia diplomatica, iconographia e numismatica e outras materias especiaes, sobre as quaes tenham de versar os concursos¹⁸.

Desenvolver o gosto pelos estudos bibliographicos, por meio de um premio annualmente conferido pela bibliotheca ao melhor trabalho sobre bibliographia nacional que lhe seja apresentado, premio que consistirá em ser esse trabalho impresso por conta do Governo.

[...] (SILVA, 1901, p.639)

¹⁸ A prática de promover concursos em nível nacional em busca de ideias sobre projetos envolvendo a nação parece ser comum nesta época como foi o caso do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a monografia de Von Martius **Como se deve escrever a história do Brasil**.

Vemos, assim, a preocupação do diretor na futura aquisição de pessoal com conhecimento técnico para produção de bibliografias, bem como necessidade de incentivar projetos e suscitar o interesse em bibliografias nacionais.

Em 27 de junho de 1904, três anos após as primeiras considerações envolvendo mudanças no DL e ainda em sua gestão, as sugestões acerca da captação de obras em outros estados e gratuidade de envio foram apresentadas como projeto de lei na Câmara dos Deputados, aprovadas e levadas ao Senado onde, relata dois anos depois, quase foi reprovado (SILVA, 1906, p.418). Acerca do projeto de lei, Peregrino da Silva comenta:

Semelhante providencia legislativa, adoptada em quasi todos os paizes, trará ainda a vantagem de habilitar a Bibliotheca a publicar um boletim bibliographico que registre o apparecimento de todas as publicações nacionaes e a organizar assim a estatistica da producção litteraria do paiz. (SILVA, 1906, p.419)

Este trecho reforça a percepção da necessidade de melhorar e abranger a captação de obras como um dos entraves do qual dependia agora a realização do boletim. Para reforçar essa hipótese, expomos o trecho abaixo onde o diretor comenta em 15 de fevereiro acerca da tão esperada transformação do projeto de lei no Decreto nº 1825 de 20 de dezembro de 1907:

Está assim attendida uma das principaes necessidades da Bibliotheca, que até agora se viu privada da maior parte das publicações que appareciam nos Estados e não podia portanto encarregar-se da organização de um boletim de bibliographia brasileira. Aguardo que sejam expedidas as providencias complementares que facilitem a remessa pelo correio, fornecendo ao mesmo tempo aos remittentes a prova de haverem cumprido o preceito legal¹⁹. (SILVA, 1908, p.340)

Naquele ano então, quase dez anos antes do próximo projeto e quase vinte anos após o primeiro, a baixa captação de obras foi apontada como o principal impedimento a realização do boletim. O mesmo argumento estaria já em via de ser sanado, com a aprovação do decreto.

A tabela 9 mostra os sensíveis resultados da lei na aquisição via depósito legal nos anos seguintes:

¹⁹ Cícero se refere à Resolução publicada em 1º de junho do mesmo ano.

Tabela 9. Obras recebidas via depósito legal no período de 1908-1911 durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva.

Anos	Obras	Volumes	Publicações periódicas	Músicas	Cartas Geográficas
1908	819	857	549	30	2
1909	1915	1959	964	292	201
1910	1301	1350	1009	45	11
1911	1609	1700	725	108	17
Total em 4 anos	5644		3247	475	231

*Mappas passa a se chamar Cartas Geográficas a partir do v.1910

FONTE: elaboração própria com base nos anais dos anos citados.

A contradição do argumento é a de que se já então os recursos humanos não eram suficientes para processar a reduzida quantidade recebida do Distrito Federal e Estados, que dirá nos anos seguintes, 1908 e 1909, quando ela quintuplica entre um intervalo e outro? Quanto a esse assunto, no relatório do ano 1910 (p.397), Peregrino reforça a imperatividade de uma nova reorganização da biblioteca, pois com a mudança de local houve um aumento de pessoal, esses, segundo ele observa, tiveram o quadro fixado em 1911 “nos limites do indispensável” (SILVA, 1913, p.421). No relatório apresentado em abril de 1913 escreveu o diretor:

A falta de pessoal não foi possível dar início ao repertório brasileiro como contribuição ao repertório universal, de que vai sendo adquirida uma coleção, nem por em execução outras providências a que se refere o art.137 do Regulamento da Bibliotheca. (SILVA, 1913, p.439)

Assim, embora atendida a necessidade anterior que consistia no obstáculo para o retorno do boletim, temos que a falta de recursos humanos com capacitação técnica para atuar em sua construção novamente impede o projeto de se concretizar. Uma observação importante é nas duas décadas de sua gestão o atraso na seção de catalogação é sempre mencionado por alto nos relatórios, bem como a necessidade de aumento do pessoal perante o crescente aumento de usuários e obras a serem tratadas configurando um padrão muito persistente na história da BNRJ que é a defasagem de recursos humanos (BRASIL, 1966).

O Regulamento de 1911, seguindo Juvêncio (2014, p.91), trazia ainda a proposta de Otlet e La Fontaine (1895), os Concursos Bibliográficos:

Art. 130. A Bibliotheca abrirá de dous em dous annos um concurso bibliographico e premiará o melhor trabalho inedito de bibliographia nacional que lhe fôr apresentado, premio que consistirá em ser por ella adquirido o manuscrito e em ser este por sua conta impresso, cabendo ao autor cincoenta exemplares (BRASIL, 1911 *apud* JUVÊNCIO, *ibidem*).

Supomos pela ausência de notícias e publicações que a proposta não gerou o resultado esperado e é curioso notar que, após se articular por meio da lei (1907) como depositária central, os concursos (1911) denotem que a biblioteca ainda estava a procura de ideias sobre como realizar uma bibliografia nacional. Dois anos depois então o diretor tomava outras providências para por em prática outra alternativa: em julho de 1913 já articulava com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores o envio de um funcionário da BNRJ ao IIB, em Bruxelas com o objetivo de aprender as técnicas empregadas na construção do Repertório Bibliográfico Universal e “dar princípio ao repertório brasileiro” (SILVA, 1913, p.687).

Sr. Ministro,

Sendo conveniente que o official Cicero de Britto Galvão, encarregado de por em ordem as fichas do repertorio bibliographico universal que tem sido fornecidas pelo Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, estude a organização do mesmo repertorio e se familiarise com o systema de classificação decimal nelle adoptado, de modo a poder organizar o repertorio brasileiro, tenho a honra de submeter á vossa aprovação a designação que fis do mesmo official para proceder áquelles estudos no referido Instituto de Bruxellas. (SILVA, 17 jul. 1913, *apud* JUVÊNCIO, 2014, p.93).

Cícero de Britto Galvão, especialista em Bibliografia, organizador das fichas recebidas do IIB, parte para Europa ficando lá no período de 6 de agosto até pelo menos 31 de dezembro de 1913 quando ainda não havia retornado ao Brasil. Será ele o responsável por organizar o próximo projeto de bibliografia nacional em 1918.

Notamos nesse momento da história uma leve mudança no discurso dos motivos para a promoção de uma bibliografia nacional, agora o projeto dá-se face à necessidade de inclusão num repertório global. Para Juvêncio (2014, p.94), ao empreender esforços para viabilizar a viagem e sua passagem pela Bélgica “houve um esforço governamental no sentido de promover o contato brasileiro com instituições estrangeiras, bem como a integração do país a um ideal internacional, na figura do Repertório Bibliográfico Universal”.

O autor (*idem*, p.16) também supõe que o momento político vivido pelo Brasil favoreceu a implementação de diversas destas ações, já que a Nação e o Estado

brasileiro buscavam se consolidar e modernizar e o contexto acadêmico/científico nacional era terreno fértil para implementação dos ideais do IIB. De modo que, para o autor, foi por meio dos intelectuais como Cícero Peregrino que a BNRJ pode caminhar para o ideal de desenvolvimento e modernização, preceitos em voga na sociedade brasileira do início do século XX.

Para Juvêncio e Rodrigues (2013), a viagem de Cícero de Britto Galvão à Europa foi uma entre diversas ações empreendidas por Peregrino da Silva com a missão de tornar a Biblioteca Nacional brasileira uma das mais modernas do mundo, sempre visitando ou enviando representantes a bibliotecas de outros países desejando acompanhar as mais modernas técnicas biblioteconômicas e/ou documentárias do seu tempo além de promover o Brasil internacionalmente. Outras ações decorridas no período de sua gestão foram, além da participação no projeto da nova lei do DL já observada: a mobilização para construção de um novo prédio para a biblioteca (1910), a criação do Serviço de Bibliographia (1911) e Documentação e a criação de um curso de Biblioteconomia na Nacional visando a formação de profissionais aptos ao trabalho na instituição e a lidar com seu acervo (SILVA, 1913) com matriz curricular baseada, segundo Castro (2000) e Sá (2013), citados por Juvêncio (2016, p.125), na *École de Chartes* de Paris.

Segundo outra citação encontrada no trabalho de Juvêncio (2014), Peregrino da Silva justifica a adesão da Biblioteca ao ideal do Instituto da seguinte maneira:

É consideravel o numero dos documentos existentes e dos que constantemente se produzem em todos os paizes adiantados. Sem uma classificação rigorosa e uniforme, essa massa de documentos graphics esparsos ficará em grande parte desconhecida dos estudiosos. [...] A inventariação e a descripção dos documentos são objecto do Repertorio Bibliographico Universal, reunião de todas as bibliographias nacionaes ou especiaes. [...]

Para chegar a taes resultados é indispensavel a cooperação internacional, que só será possivel estabelecendo-se um accordo para a adopção de methodos e planos uniformes e para a formação de grupos autonomos, ligados a um instituto central que dirija os trabalhos, distribua os serviços e organise e conserve as collecções e repertorios adoptados como typo. A União Internacional de Bibliographia e Documentação que o Governo Belga procura crear permittirá realizar com a systematisação dos esforços esse vasto plano de condensação dos conhecimentos humanos.

[...]

A documentação no sentido amplo que lhe atribue o Instituto [Internacional de Bibliografia] abrange não só os textos manuscriptos e impressos, mas tudo quanto se tem empregado como meio de realização da produção intellectual e como meio de transmissão das aquisições do homem no dominio da intelligencia. É a reunião e a coordenação de todos os documentos, conjuncto que representará a experiencia universal.

[...]

A documentação vem coordenar os elementos característicos dos materiais que a inteligência humana vai acumulando através dos séculos” (SILVA, 1910, p. 773 *apud* JUVÊNCIO, 2014, p.26).

Juvêncio e Rodrigues (*ibidem*, p.152) citando Kok (2005) dão uma visão do que ocorria na cidade na época: as transformações urbanas Rio de Janeiro com a abertura de grandes avenidas e a demolição de grande parte de seu centro antigo, considerado insalubre por sanitaristas como Oswaldo Cruz tinham como ideia urbanizar a cidade, dando-lhe o aspecto moderno e ao mesmo tempo procuravam oferecer condições sanitárias apropriadas para que se evitasse a propagação de doenças. Segundo Neves (2003, p. 40-41 *apud* JUVÊNCIO, p,90),

[...] é preciso lembrar o papel simbólico que o Rio assume como cidade-capital: reformada, iluminada, saneada e modernizada, a capital permitia aos estrangeiros que nela aportavam, aos que circulavam pelas calçadas da grande Avenida vestidos pelo último figurino parisiense e aos líderes da República acreditar que o Brasil – nela metonimizado – havia finalmente ingressado na era do progresso e da civilização. Para o país como um todo, os estados – para utilizar a fórmula de Campos Sales –, a capital modernizada antecipava um futuro que imaginavam que um dia seria o seu.

Entrementes Peregrino da Silva mobilizava esforços para que Biblioteca pudesse, enfim, conseguir um novo espaço para sua sede, afinal, “o momento era propício. Remodelava-se a cidade” (SILVA, 1911, p. 394). Para os autores, o “monumental palácio” da Biblioteca deveria ser honrado e para isso era necessário buscar preencher as novas estantes, tornando imperativo fazer funcionar a nova lei. Após a mudança do prédio em 1910 as três seções que existiram outrora: 1ª Seção: Impressos; 2ª Seção: Manuscritos; 3ª Seção: Estampas e Numismática a BNRJ passou a contar com quatro seções: 1ª Seção, Impressos; 2ª Seção, Manuscritos; 3ª Seção, Estampas e Cartas Geográficas; 4ª Seção, Moedas e Medalhas.

A próxima tabela que dá continuidade as outras foi confeccionada em formato diferente para abranger a variedade de recursos informacionais que passaram a ser recebidos por força do DL.

Tabela 10. Obras recebidas via depósito legal no período de 1912-1917 durante a gestão de 3 diretores diferentes.

								Total
Ano	1912	1913	1914	1915	1916**	1917	1918 vi	6 anos
Obras	656	1854	893	1176	429	1052	1917	6060
Volumes	675	1937	1148	1197	470	385	1052	
Publicações periódicas	1122	942	722	732***	748v	534	385	4800
Música	7	370	69	-	117	47	534	610
Folhetos vii					17	767	47	784
Manuscritos	3*	-	-	-	-	-	767	3
Estampas	270	97	599	5960iv	88	151	-	1801
Cartas geográficas	23	20	82	35	7	3	151	170
Atlas	5	6	8	21	2	-	3	42
Ilustrações	1	-	-		19	109	109	129
Rótulos	17	-	-	57	-	14	14	88
Moedas e Medalhas	5	15	-	-	-	-	-	20

* Há a observação de que são “cópias fotográficas”

** gestão Aurélio Lopez de Souza

*** não é possível distinguir quanto desse total de nacionais entrou por depósito: “Aos totaes referidos é preciso accrescentar o dos periodicos encontrados durante o anno. Nesse ponto as collecções augmentaram de 1015 publicações, sendo 732 nacionaes e 23 estrangeiras.”

iv provavelmente por erro de digitação o número deve ser 596

v especifica que são da Capital e dos Estados, não utiliza a palavra DL

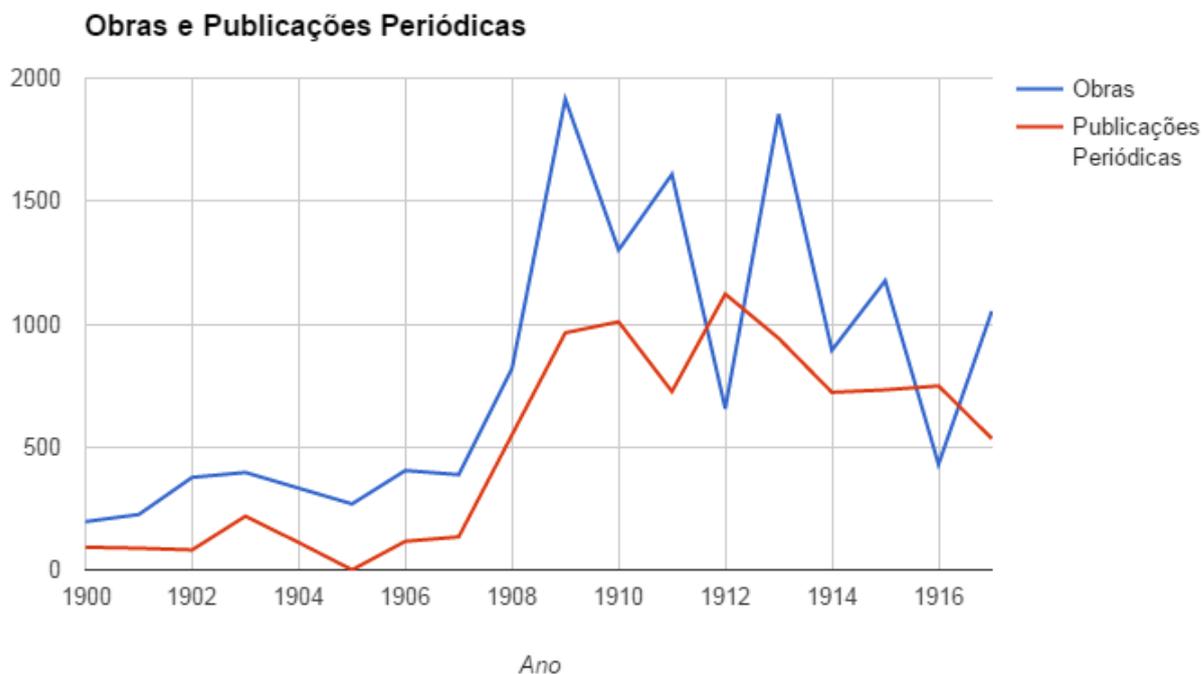
vi .gestão Basílio de Magalhães

vii Folhetos que não apareciam nas estatísticas desde 1901 voltam a ser inclusos

FONTE: elaboração própria com base nos anais dos anos citados.

Assim, expondo todos os anos na forma de gráfico é possível observar os efeitos da lei até o ano que antecede a publicação do 2º projeto de Bibliografia Nacional, no que tange a livros e publicações periódicas.

Figura 10: Gráfico ilustrando a dinâmica do depósito legal entre 1907 e 1917



FONTE: elaboração própria com base nos anais dos anos citados

Observamos que após anos de notável acréscimo após a promulgação da lei em 1907, em 1912 a quantidade de obras recebidas cai para aproximadamente um quarto em relação ao ano anterior. Tal decréscimo provoca a reação de Cícero que no ano seguinte encarrega o funcionário Alfredo Mariano de Oliveira de policiar as oficinas gráficas e casas editoras (SILVA, 1914, p.687).

“No intuito de promover a observância do decreto legislativo n.1.825 de 20 de Dezembro de 1907 e das instruções de 1º de Junho de 1908, em virtude dos quaes deve ser remetido a esta Bibliotheca um exemplar de cada trabalho graphico executado não só no Distrito Federal, mas também nos Estados, solicitei e obtive auctorização para encarregar o sub-bibliothecario Alfredo Mariano de Oliveira de percorrer as capitaes dos Estados e algumas das outras cidades mais importantes do paiz para reclamar dos administradores das officinas graphicas e casas editoras o cumprimento do disposto no decreto e instruções a que me referi, recolher um exemplar das obras que ainda não houvessem sido remetidas á Bibliotheca, obter informações a respeito das que não pudessem ser encontradas e conseguir das repartições postaes fosse facilitada a remessa do que arrecadasse e do que viesse a publicar-se. No desempenho dessa commissão esteve seis mezes o referido funcionario, a quem a portaria de 16 de Abril dei instruções no sentido de: “1º organizar a relação das officinas graphicas e casas editoras existentes em cada Estado, com indicação dos respectivos administradores; 2º, tornar conhecida d’esses administradores a obrigação em que se acham de remetter á Bibliotheca Nacional um exemplar de cada trabalho graphico que executarem ou fizerem executar, comprehendidas as publicações musicaes e as periodicas, e reclamar a effectividade da

disposição legal que a isso os obriga, obtendo um exemplar das publicações que ainda não tiverem sido enviadas; 3.º, colher informações relativamente às obras que por esgotadas não puderem ser retidas; 4.º, entender-se com os chefes das repartições postaes para que facilitem a remessa das publicações devidas á Bibliotheca; 5.º, obter vistas das cidades e outros logares, bem como retratos de pessoas notaveis existentes ou fallecidas, medalhas referentes a factos ocorridos nos Estados e manuscriptos historicos e litterarios; 6.º, solicitar das auctoridades competentes as leis estaduaes e municipaes, annaes das assembléias provinciaes e dos congressos estaduaes, fallas e relatorios, necessarios á Bibliotheca, assim como as armas e distinctivos dos Estados com as respectivas côres; 7.º, acceitar os bons officios daquellas pessoas que, residentes nas principaes cidades, se prestarem a promover o cumprimento da lei relativa á contribuição em favor da Bibliotheca Nacional, informando-a a respeito das publicações que se forem fazendo e auxiliando-a na obtenção de um exemplar de cada uma dellas."

Cícero Peregrino busca assim, estabelecer uma tentativa de tornar a captura mais efetiva, uma vez que apenas a lei não produziu ao longo do tempo o efeito esperado. Observamos que no ano seguinte à missão de Alfredo Mariano de Oliveira houve aumento significativo na captação de obras, mostrando que quando a BNRJ agia, as editoras respondiam.

Quanto à abrangência da captura, de acordo com a referida lei, os materiais que interessavam ao depósito legal de acordo com os três primeiros parágrafos incluíam: livros, folhetos, revista e jornais, obras musicais, mapas, plantas, planos e estampas, selos, medalhas e outras espécies numismáticas quando cunhadas por conta do governo e considera como obras diferentes as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer ordem.

O objetivo das tabelas consistiu em resumir o seguinte: O último boletim foi publicado em 1888, não houve informação nos anais durante esse intervalo de 6 anos de modo que as tabelas mostram os anos e entre 1894 e 1917 (quando finalmente sai o 2º projeto de bibliografia) cobrindo um total de 23 anos dos quais desde 1908, se considerar que só entrou em vigor no final dezembro de 1907 observamos a dinâmica da nova lei que garantia a gratuidade de porte.

Nos 23 anos de hiato (passíveis de observação via anais e relatórios) em que não houve Bibliografia Nacional editada pela BNRJ deixaram de ganhar visibilidade através dessa publicação os registros de pelo menos 15.215 de obras, 1567 folhetos, 414 mapas, 8887 publicações periódicas, 1085 músicas, 3 manuscritos, 1801 estampas, 42 atlas, 129 ilustrações, 88 rótulos e 20 itens de numismática (moedas e medalhas) recebidos pela BNRJ por efeito do depósito legal.

Assim, a análise nos mostrou que durante o primeiro projeto de bibliografia nacional do Brasil o depósito legal capturava obras para o acervo, mas seu inventário corrente ficava aquém, deixando ao encargo de outros meios a missão de torna-los públicos. Como consequência, há a captação da memória documental corrente, tratamento e uso local, mas não há divulgação desses registros a nível nacional.

Os principais motivos para a ausência dessa memória bibliográfica via discurso dos dirigentes foram: falta de contribuição dos editores, falta de prerrogativa legal que amparasse a captura em nível nacional, descumprimento da lei, falta de pessoal especializado para efetuar o trabalho bibliográfico e problemas de ordem prática como alto custo dos empreendimentos, ausência de oficina tipográfica própria e mudança no prédio. A tabela 11. sintetiza os discursos oficiais obtidos sobre os anos contemplados:

Tabela 11. Justificativas para ausência ou atraso do boletim

Ano	Justificativa	Porta-voz da BNRJ
1901	Não há justificativa, apenas é mencionado que a biblioteca se vê privada de realizar o empreendimento.	Diretor Cícero Peregrino
1906	Falta de amparo legal para que o boletim funcionasse como estatística da produção literária.	Diretor Cícero Peregrino
1907	Por causa da defasagem na lei, a biblioteca se via privada da maior parte das publicações que apareciam nos Estados	Diretor Cícero Peregrino
1909-1910	Mudança para o novo prédio; seguida da reorganização de todos os serviços	Diretor Basílio de Magalhães
1913	Falta de pessoal	Diretor Cícero Peregrino
1918 (em referência ao regulamento modificado no ano de 1911)	Impossibilidade de cumprir a sem que se procedesse a uma reforma no Regulamento da biblioteca, pois no mesmo até então não constava a obrigação de um registro público e regular das obras entradas por contribuição legal.	Diretor Basílio de Magalhães
1918	Epidemia na cidade e problemas técnicos e ainda por motivos da deficiência da pressão por parte do gás de que se servem os linotipos.	Diretor Basílio de Magalhães

FONTE: Elaboração própria com base nos relatórios dos anos analisados

No relatório do ano de 1920 assinado em 11 de abril de 1921 é relatada a morte de Cícero Britto (SILVA, 1921-1922, p.129): “Falleceram os officiaes Cicero de

Brito Galvão, cuja perda foi bastante sensível, e Bernardo de Souza Franco Guahyba, um dos mais antigos servidores da Bibliotheca.”. Segundo Juvêncio (2014, p.96), a interrupção do boletim muito provavelmente deveu-se a esse fato. Sobre sua substituição “Para se encarregar da organização do "Boletim Bibliographico" foi designado o amanuense Emmanuel Eduardo Gaudie Ley²⁰”, auxiliar promovido, segundo o diretor, por merecimento. (*op. cit*, p.130).

Pontuamos uma observação sobre a citação anterior de que “sem uma classificação rigorosa e uniforme, essa massa de documentos graphics esparsos ficará em grande parte desconhecida dos estudiosos.” (SILVA, 1910, p. 773 *apud* JUVÊNCIO, 2014, p.26). Cícero Britto fora o oficial que recebera treinamento diretamente do IIB, além de já acumular experiência na produção das fichas no padrão estabelecido pelo Instituto, se considerarmos que o conhecimento para lidar com a CDU tinha nele seu principal perito sua perda poderia ter prejudicado de forma profunda todo andamento na manutenção do boletim bem como na própria continuidade desse sistema de classificação na biblioteca.

A prática de divulgar somente as aquisições “mais importantes” se manteve no decorrer dos anos através dos anais, com as curtas menções conferidas pelos diretores e, embora não constituam por si só uma bibliografia, podem ser consideradas memórias da produção bibliográfica, destacadas e atribuídas de valor pelo olhar do relator.

Para Marcelle Beaudiquez (1992, p.119, tradução nossa)

[...] uma Bibliografia Nacional não importando sua preparação e conteúdo não é si memória nacional. alerta que não devemos confundir *merchandise* com seu registro inventarial. Os documentos e as informações que eles contém respondem pela memória individual ou planetária. O inventário desses documentos não substitui os documentos em si, mas toda lista bibliográfica testemunha sua existência para o presente e principalmente para o futuro em caso do desaparecimento desses. No entanto o ato de preservar por si cria somente um tipo de memória desordenada que, se preserva para nossos descendentes o prazer de fazer descobertas, é incompatível com a massa de documentos a ser preservada. Essa massa de documentos requer uma memória organizada que proveja um censo, um inventário para eles, graças ao qual possam ser utilizados com proveito pelo público.

²⁰ Emmanuel Eduardo Gaudie Ley (1892-1953). Não conseguimos nenhuma fonte de informações para dispor uma biografia dele, salvo que seu nome assina uma obra editada pela BNRJ intitulada: Gonzagueana da Bibliotheca Nacional.

A autora (*ibidem*), por fim, alerta: devemos apontar que memória cultural não é patrimônio nacional “tudo é memória, mas nem tudo é patrimônio. Memória é um *affdavit*²¹ da memória cultural sem julgamento de valor. O tempo traz esse julgamento”. Todo inventário é, então, testemunha de um fragmento de memória “[...] de modo que, no papel que o controle bibliográfico universal reservou para ela como espelho do depósito legal, não deve haver seleção”.

Se a memória é uma tensão entre o lembrar e o esquecer (HUYSEEN, 2000) podemos assistir a esse movimento referido por Ana Kelly Lameira em sua pesquisa que analisa a trajetória do DL :

O que queremos apontar é que o esquecimento precisa ser social e não institucional. Quando o esquecimento é social, ou seja, quando a sociedade escolhe o que vai lembrar e o que vai esquecer (por exemplo, escolhendo o que vai ou não ler) podemos olhar a sociedade por meio desses movimentos que ela mesma executa. De outra forma, quando o esquecimento é institucional como, por exemplo, quando a FBN não consegue disponibilizar para a escolha da sociedade todas as obras publicadas no país, não podemos observar os movimentos de escolha da sociedade sobre suas lembranças e esquecimentos. (LAMEIRA, 2015, p.28).

Este trabalho nos permitiu refletir que o papel da BNRJ no esquecimento institucional referido pela autora também deve levar em considerando os esforços que vinham sendo empreendidos no período e as limitações do próprio contexto.

Dando prosseguimento a análise, foi possível constatar, num nível estatístico, que centenas de obras permaneciam invisíveis a cada fim do ano corrente. No entanto, não existem parâmetros para confirmar ou refutar se o aumento é consequência do depósito legal ou se faz parte do crescimento contínuo que a aquisição já vinha experimentando de forma crescente nos anos anteriores ao depósito; afinal, a explosão bibliográfica já estava em curso em nível mundial. O aumento, no entanto, foi notável chegando a triplicar no ano seguinte mostrando a força do aparato estatal em artificialmente mobilizar os diversos entes que compõe a nação a reforçar a representação de Nacional da BNRJ.

Ao nos voltarmos para os anais contendo a visão parcial dos diretores do que merecia destaque diante do todo (monumentos), tornou-se ainda mais claro que uma obra como a bibliografia nacional corrente teria conservado um perfil distinto

²¹ Não sabemos como traduzir. Trata-se de uma declaração voluntária feita sob juramento e por escrito, na presença de uma pessoa legalmente autorizada, na esfera jurídica; esse instituto não é aceito no Brasil, sendo usado no direito anglo americano.

dessa captura, cristalizando o contemporâneo da época e salvaguardando as demais obras que representam outros grupos não contemplados pelo destaque dos diretores. Como critica Canclini

Consagram-se certos patrimônios como superiores porque estes foram gerados pelos grupos dominantes ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessários para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor. (CANCLINI, 1993, p.97)

Fica uma sensação de perda e necessidade de memória / história, pois queremos saber e não há um instrumento que medie essa necessidade de saber e o que estava sendo produzido.

Como Beaudiquez (1991, p.119) observa: “embora o inventário desses documentos não substituam os próprios documentos, são testemunhos de sua existência para o presente e para o futuro”.

3.3.2º projeto

Embora esta frente pretendesse focar no segundo projeto, não foram encontrados muitos discursos presentes nas próprias bibliografias, tampouco nos relatórios, sendo boa parte uma referência retrospectiva aos esforços que culminaram com a publicação do novo projeto.

Fonseca (1972, p.10) nomeia o próximo projeto “fase gloriosa de nossa bibliografia corrente” e atribui tal fase à direção de Manuel Cícero Peregrino da Silva. No trecho abaixo, destaca a importância do Boletim e do papel desempenhado pelo diretor em sua criação:

O Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro dos anos de 1918 a 1921 é o que resta do Serviço de Bibliografia e Documentação criado por iniciativa de Manuel Cícero Peregrino da Silva: uma publicação da qual podemos dizer [...] que honra a biblioteconomia brasileira da época. Organizado por Cícero de Brito Galvão, ele tem arranjo sistemático de acordo com a CDU e de cada número existem duas edições, sendo uma impressa de um só lado, para que as referências bibliográficas pudessem ser recortadas e montadas nas fichas do repertório Bibliográfico Universal. (FONSECA, 1973, p. 41)

Tabela 12. Dados referentes ao 2º projeto de Bibliografia Nacional da BNRJ.

Título	Boletim Bibliographico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Período coberto	1918, 1919, 1920 e 1921
Periodicidade	- De 1918 a 1919 publicaram-se quatro números por ano, com paginação contínua. - Em 1920 saíram acumulados os números 1/2 e 3/4. - No ano IV, correspondente a 1921 mas publicados somente em 1927, saíram apenas, também acumulados, os números 1/2.
Volumes	Total de volumes: 4
Características de organização interna:	Classificação decimal do IIB (CDU) e local (onde os itens se encontravam no acervo naquela época), Índice remissivo alfabético
Outras características	Inclui registros de diversos tipos de materiais como mapas, partituras, manuscritos, gravuras, moedas e medalhas.
Formato das entradas:	Por sobrenome do autor, impressas em páginas ímpares para serem recortadas e coladas em fichas padronizadas internacionalmente
Organizador, Iniciativa de...	Cícero de Brito Galvão*

*Não encontramos mais informações sobre Cícero de Brito Galvão que acrescentassem algo ao que já foi mencionado esparsamente na seção anterior.

FONTE: elaboração própria adaptado de Fonseca (1972) e a partir da própria obra.

Basílio de Magalhães (1919-1920, p. 292-293 *apud* JUVÊNCIO 2014, p.95), diretor interino da BNRJ e autor do relatório institucional referente ao ano de 1918, comenta acerca da ausência de um boletim já observada na seção anterior:

Devo fazer menção especial do "Boletim Bibliographico", porque, embora para a sua organização definitiva houvesse eu apenas contribuído com ligeiros retoques, veio elle a lume sob a minha administração interina, e o reputo de um dos mais consideraveis melhoramentos ultimamente introduzidos nesta Bibliotheca.

Era uma obrigação estatuida pelo Decreto n. 1.825 de 20 de dezembro de 1907, e pelo Regulamento da Bibliotheca Nacional, de 11 de Junho de 1911. Não tinha sido, porém, cumprida, o que dava aso a reclamações procedentes e curiosas, qual a de certo editor estabelecido na Bahia, o qual, toda vez remettia á Bibliotheca nacional cada exemplar das obras que estampava, dizia e interrogava: - "Eu estou cumprindo o dever a que força a lei. Quando é, entretanto, que a Bibliotheca se dispõe a cumprir o seu?".

[...]

Assim, novamente não foram explicados os motivos do não cumprimento da lei no que tange ao contra-dom da BNRJ para com a sociedade de dar visibilidade nacional ao patrimônio de quem agora é depositária majoritária. O trecho também

expõe que o posicionamento de outro grupo que compõe essa sociedade e que eram diretamente atingidos pela lei: os editores também cobrando que a BNRJ cumpra sua parte.

Ainda com relação ao texto de Magalhães citado anteriormente, explica o atraso por motivos do que ocorria na cidade e internamente à instituição.

[...] Tendo-se resolvido que a publicação fosse trimestral, os numeros I e II saíram dos prelos com regularidade; mas, em consequencia da epidemia que alteou esta Capital no mezes de outubro e novembro e ainda por motivos da deficiencia da pressão por parte do gaz de que se servem os nossos linotypos, ficaram bastante atrasados os numeros III e IV, os quaes, formando um tomo unico, serão distribuidos em começo do corrente anno. (*Ibidem*).

Magalhães escreve no Prefácio do primeiro volume de 1918 relatando a contribuição de Manuel Cícero Peregrino da Silva para a lei e explica que, embora a lei ordenasse à BNRJ a publicação de um Boletim regular no qual constassem as principais aquisições efetuadas por força da lei:

Não era possível, porém, dar-se cumprimento a semelhante ordems em que préviamente se procedesse a uma refórma no Regulamento da Bibliotheca Nacional, do qual não constava, até áquella data, a obrigação de um registro publico e regular das obras entradas por contribuição legal.

[...]

No regulamento approvedo pelo Directo n. 8.835 de 11 de junho de 1911, é que apparecem, nos artigos 9.º (n. 27), 10 (n. 8) e 68, as determinações imprescindiveis á viabilidade e exquibibilidade daquella promessa da lei.

[...]

Motivos ponderosos, que seria fatidioso enumerar – mas entre os quaes occupa a primeira linha a mudança da Bibliotheca para o seu actual palacio da Avenida Rio-Branco, seguida da reorganização que soffreram todos os seus serviços, sem ter sido nunca prejudicada a consulta publica, – não permittiram ao Director Geral effectivo, Sr. Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, apesar de seus constantes esforços em tal sentido, a satisfação da estréa do Boletim Bibliographico. Quando, por certo, se lhe propiciava ensejo para realizar a sua feliz iniciativa, foi chamado a dirigir a Instrucção Publica do Districto Federal. Substituindo-o na direcção da Bibliotheca o Sr. Aureliano Lopes de Sousa, a quem se deve, portanto, o começo da execução daquelle desideratum, já transformado em injunção legal. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1918)

Quanto à nacionalidade das obras a serem capturadas, o decreto referido na citação longa também especifica no Art. 3º “São equiparadas ás obras nacionaes para o effeito da contribuição e o da apprehensão, as provenientes da estrangeiro que trouxerem indicação de editor ou vendedor domiciliado no Brazil.” (BRASIL,

1907). Assim, o local de impressão não é definitivo sobre a validade da lei em territórios estrangeiros, desde que a origem fosse uma editora sediada no Brasil.

Basílio conclui dizendo que o Boletim segue as recomendações do Instituto Nacional de Bibliografia (IIB) em Bruxelas incluindo “alguma paginas de doutrina ou critica, elaboradas por funcionarios do quadro da Bibliotheca Nacional”. O funcionário eleito para contribuir no primeiro volume é Constancio Alvez, diretor da seção de Impressos que explica nas linhas seguintes as diferenças do Boletim atual para a primeira tentativa realizada quase 30 anos atrás:

[...] O Boletim de 1886 não registrava a totalidade das aquisições. O de agora não exclue nenhuma. [...] naquela epoca a Bibliotheca Nacional não podia exigir que lhe remetessem quanto se dava á publicidade no paiz. Circumsrevia a sua acção ás officinas graphicas da Capital. Hoje, porém, pelo Decreto n. 1.825, de 20 de Dezembro de 1907, tem direito de receber de todos os editores do Brasil um exemplar de cada obra que publicarem. Essa circumstancia dá ao Boletim hoje iniciado a possibilidade de ser, o que o outro não foi, o registro completo da actividade intellectual do Brasil, e de proporcionar a quantos estudam um instrumento de trabalho como nunca possuimos e cuja utilidade é desnecessario apontar. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1918)

O trecho acima destaca as desejáveis implicações que o cumprimento da lei traria no que tange ao aumento da captação de obras no território geográfico deixando explícito que o Boletim anterior era composto essencialmente por obras de editoras localizadas na capital. Também subentende-se que nesse momento da há uma potencial simultaneidade entre o processamento técnico das novas aquisições e sua divulgação, pois o boletim “não exclue nenhuma” nova aquisição e que teria possibilidade de ser “o registro completo da actividade intellectual do Brasil”. A BNRJ estaria então, nesse momento, preparada para realização desse projeto.

Em seguida, ele descreve todas as funcionalidades que estão concentradas no mesmo projeto: o boletim realiza a demanda de outrora por um catálogo móvel, insere o Brasil no projeto universal do IIB de cooperação internacional e divulgação da produção nacional, fomenta sua posição como centro referencial de informações bibliográficas e serve de base para a produção de conhecimento a um público amplo (a nação) em seus mais variados grupos componentes, ou seja, atingiu um nível universalizante.

O seu arranjo material facilita a organização de um catálogo móvel, submettido a rigorosa classificação, sem outro trabalho a não ser o de colar em fichas as informações bibliographicas.

A collocação dessas fichas, na ordem a que devem obedecer, já se acha indicada por numeros, de acordo com o systema decimal. Além desses números, que situam cada publicação no Repertorio Bibliographico organizado pelo Instituto de Bruxellas, outro numero lhe designa o logar nas colleções da nossa Bibliotheca, simplificando assim consideravelmente, a beneficio do publico, o serviço da consulta nesse estabelecimento.

Às informações que os catalogos prestam juntam com o Boletim outras a respeito dos preços das obras e numero de exemplares da edição, com vantagem para vendedores e compradores e os leitores em geral, sejam quaes forem a direcção e os limites da curiosidade, o motivo de suas pesquisas e a natureza dos seus estudos.

Aos que se especializam nas indagações puramente bibliographicas por interesse commercial, por paixão de colleccionador, por gosto de erudito, – este Boletim offerece, na amplitude de seu catalogo, o que em outras fontes não se encontraria.

(BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1918)

No trecho abaixo o autor destaca que a instituição percebia o crescente volume de publicações e destaca a dificuldade da realização do trabalho bibliográfico feito de forma isolada, não cooperativa.

[...] Á proporção que se multiplicam os livros, diminuem as possibilidades de trabalhadores isolados effectuarem grandes catalogos bibliográficos

[...] A especialização que se manifesta pelos livros e revistas leva as suas exigencias á bibliuographia que os classifica. Um assumpto muito limitado é só o que essa situação consente a um bibliographo que intente trabalhos individuaes.

(BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1918)

Consta também no volume 1 na seção intitulada Advertência as seguintes explicações quanto a abrangência e tipos de materiais:

A presente lista das obras impressas e manuscriptas, gravuras, cartas geographicas, moedas e medalhas, **entradas na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, em virtude da lei, compra, permuta ou doação**, é publicada sob a dupla fórmula de catalogo alphabetico por autor e de catalogos systematico.

Cada título de obra é acompanhado: 1.º) no alto, á esquerda, do index alphabetico por autor; 2.º) no alto, á direita, do index systematico, de accôrdo com a classificação decimal adoptada no Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas; 3.º) á margem direita da indicação do logar que a obra occupa no deposito de livros da Bibliotheca.

As iniciaes M e RI, que precedem em algumas noticias o index decimal, informam pertencerem ao Catalogo de Musicographia ou ao Repertorio Iconographico.

As letras C., S. P., C. L., D. e P. N., que se encontram na parte inferior e a á extrema direita de cada noticia bibliographicas, significam respectivamente: **Compra, Serviço de Permutações, Contribuição Legal, Doação e Permuta Nacional.**

Pedimos ao srs. editores e impressores o obsequio de nos indicarem por escripto o preço de venda avulsa das obras remttidas em observancia ao decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907, e bem assim desconto concedido aos revendedores.(BIBLIOTECA NACIONAL, 1918. grifo nosso).

O segundo parágrafo destina-se a fornecer instruções essenciais para o uso da bibliografia por parte dos seus diversos usuários, posto a complexidade desse novo instrumento. Finaliza ilustrando que, como se trata de um instrumento que condensa inúmeras informações referenciais, que dependem de **princípios que regem a execução de um trabalho bibliográfico consistente e confiável**, nos permitem compreender, em parte, porquê foi somente nesse momento, quase três décadas depois do primeiro projeto, que a bibliografia veio à luz.

Do modo como compreendemos hoje, ela precedia do amparo legal para captar a memória bibliográfica nacional, de um local adequado para recepção, guarda e preservação desses materiais, de um instrumento de organização poderoso como a CDU aliado a toda uma estrutura para execução do serviço, pessoas com conhecimento técnico para finalmente emergir. Curiosamente, as duas lacunas coincidem com a perda de seus organizadores: João Saldanha da Gama, aposentado em 1899 e Cícero de Brito Galvão, falecido em 1920, o funcionário que recebera treinamento no IIB, o que para nós pode ser indicativo do peso que a falta de pessoal com capacidade técnica teve na perenidade dos projetos, pois a confiabilidade e consistência do trabalho bibliográfico depende do domínio e aplicação de tais técnicas.

A próxima citação e também a última do nosso *corpus* expressa a possível contribuição do segundo projeto pela construção de uma memória nacional ao mencionar que o boletim pode servir como ponto de contato (HALBWACHS, 2004) em prol de uma “unidade nacional” ao aproximar indivíduos que se desconhecem e da comunidade imaginada “patricios que se ignoram” (ANDERSON, 2008). Uma comunidade que, reunida por laços afetivos, caminha com propósitos similares para o futuro (RENAN, 1947 *apud* FIORIN, 2010).

O Boletim Bibliographico, embora registre todas as aquisições da Bibliotheca Nacional, – será, principalmente, um repertorio geral de bibliographia brasileira, é, nesse proposito, sem sair do seu programma restricto de fonte de informações, **contribuirá para que o Brasil seja mais conhecido por extranhos e brasileiros, trabalhará pela unidade nacional, pela aproximação de trabalhadores patricios, que mutuamente se ignoram, dando-lhes possibilidades de se procurarem,**

de se conhecerem, de se ajudarem, de conviverem espiritualmente, de poderem colaborar na realização de obras valiosas e de altos idéias.
[...] (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1918) grifo nosso.

Contrariando as expectativas, após o volume que cobriu o ano de 1921 novamente a publicação entrou em hiato.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma conseqüente aos efeitos de ser depositária, a bibliografia nacional centraliza num só documento os registros dessa captura num período.

A pergunta de Fonseca (1984, p.152) “De que fontes dispomos para identificação de livros, teses e periódicos impressos no Brasil, tanto quanto de estudos brasileiros realizados no país e no estrangeiro?” com devidas ressalvas e acrescida do fator temporalidade (mensal, trimestral, anual, etc) deveria ter como resposta a bibliografia nacional, mas nos parece que as Bibliografias Nacionais geradas não surgem como resposta automática a essa pergunta na mente dos brasileiros.

As bibliografias nacionais, no Brasil República analisado, são um produto nacional (geográfica, linguística e originalmente) de valor simbólico para os intelectuais e elite letrada e culta da época. Aos demais integrantes do estado soberano, mas de fora desse círculo, não representam fonte de conhecimento sobre a cultura da nação, pois o que era considerado nação tem o sentido observado por Lomnitz (2001, p.46) revisando a teoria de Anderson: nação é uma comunidade concebida como uma camaradagem profunda apenas entre os cidadãos plenos, estes são os intermediadores entre a representação do Estado e os cidadãos parciais ou embrionários.

Por conseguinte, as bibliografias não são identitárias no sentido de proporcionar sentimento de vínculo entre os cidadãos embrionários fora desse círculo de intelectualidade, de letrados, os escravos recém-libertos e uma grande parcela do povo livre, porém analfabeto, etc.

Individualmente, para aqueles que se veem representados no nacional exposto, ainda que não se sintam representados no produto bibliografia nacional, estes podem reportar ao seu conteúdo para, através dos registros ali contidos que remetem à coleção física existente na biblioteca, se sentirem ligado à determinadas obras a que remetem os registros, bem como às coletividades por detrás desses discursos enquadrados e impressos. Na memória de Halbwachs esse processo de crer, por exemplo, que a obra de um autor pode representar a identidade nacional como um todo seria possível, pois para o autor, um indivíduo é capaz de cristalizar a

memória social e, portanto, poderia representar toda sociedade. É o relacionamento que acontece com as obras destacadas através dos anais e relatórios diretores.

No entanto, o poder de representação das bibliografias nacionais como vimos jaz no seu uso para ilustrar a identidade cultural bibliográfica de um período, contudo, essa identidade não agrega muitos grupos que compõe a nação, uma vez que há muitos pontos cegos na captura do que é produzido e efetivamente depositado no acervo. Tais obras permanecem como memórias não hegemônicas, são memórias que possuem outras dimensões estudadas por Portelli (2001) e Pollak (1989; 1992).

Fonseca (1972, p.1) diz que a importância evidente da bibliografia nacional é que “referenciando a produção bibliográfica de uma nação, ela se constitui num registro da própria cultura nacional”. Já Noronha e Ferreira (2000, p. 191 *apud* ALENTEJO, 2014, p.79) dizem que as bibliografias consistem em estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

As citações acima ilustram a possibilidade da bibliografia influenciar o modo como a nação lidará com o desenvolvimento de determinadas áreas do conhecimento quando as mesmas, graças a um diagnóstico percebido através de uma Bibliografia Nacional uma vez que ela também serve como instrumento científico e age como uma narrativa das ciências.

Se pensarmos numa autopercepção em nível nacional, também a bibliografia nacional tem um potencial capaz de levar a uma alteração na identidade nacional, na medida em que influencia nas dinâmicas sociais que afetam o imaginário coletivo sobre a nação. Ou como diz Kohler (1977, p. 188) “Uma bibliografia nacional geral pobre dá ideia de uma produção intelectual também pobre, já que aquela reflete o estado da cultura do povo que representa.”.

Essa percepção se dá pela alteridade, ou seja, pela diferença: a nação no presente volta seu olhar para o que foi (passado) e determina sobre si mesma (realiza um enquadramento sobre este passado): somos uma nação com cultura pobre e a partir daí com um “olhar futuro”, procura meios para modificar-se.

A imagem estigmatizada de uma cultura “pobre” em relação a outro país ou de orgulho sobre a “riqueza” cultural em determinado tema ou área pode elevar ou reduzir o grau de coesão das pessoas ao pensar em si como parte da nação, influenciando para maior ou menor adesão emocional. Em resumo, não depende de ser ou não ser bibliografia nacional, mas sim de ser um artefato, dispositivo, que atua na identidade do sujeito e, por expansão, na de uma coletividade, as identidades sociais e dentro dessas, no qual se encontram as identidades nacionais, a nacional.

Esse potencial, contudo, jamais poderá ter qualquer chance de efeito se os registros não estiverem acessíveis, assim, as técnicas e instrumentos auxiliares que envolvem a presença de índices, classificações e outras técnicas de navegação, interpretação e associação aos registros constituem-se essenciais para que a bibliografia alcance suas funções junto ao usuário.

A Bibliografia Nacional pode contribuir para coesão ao fornecer um meio de manter o *continuum* de um tipo de memória no qual a totalidade de seus registros organizados sistematicamente formam um conjunto ilustrativo da produção intelectual daquele presente. Torna-se ponto de referência sobre determinado aspecto da cultura que pode visto pela nação tanto como de identidade como de alteridade.

Por ser corrente permite que o elemento da temporalidade da memória se manifeste: localização entre o que foi a partir do que é e do como poderá ser. Como a memória é presente, construída continuamente, então essa percepção do presente pode modificar a memória nacional. Na prática podemos exemplificar que o Estado pode responder, através de políticas públicas e outras formas de intervenção e investimento, de modo a modificar o desenvolvimento de sua própria infraestrutura, que por fim afetará toda cadeia de produção de patrimônio intelectual, do qual será gerada uma nova representação de nação o que configuraria uma nova identidade.

Outra forma de explorar essa visão é a de que ao reunir os produtos culturais da literatura, bibliográficos, e dispô-los num mesmo local, as listas, a bibliografia se caracteriza também por dar uma noção do todo, agindo como ponto de contato para que as partes se localizem em relação a um todo. Uma comunidade imaginada.

Finalizando, acreditamos, diante do todo exposto, que as bibliografias tem sim relação com a construção da noção de nação. Essa relação pode ocorrer de

diversas formas quer como narrativa da produção científica e bibliográfica de um período ou como representação (em infinitos extratos) que influencia e altera a concepção de nós mesmos. A ausência de uma Bibliografia Nacional na BNRJ não significou o fim dessa relação, pois a Bibliografia enquanto ciência com função de organização dessa produção evoluiu seguindo seu próprio caminho e seu principal produto; as bibliografias foram se infiltrando e se reafirmando como instrumento de acesso e disseminação de informações para atender as diversas necessidades de uma nação que, igualmente, permanece em constante transformação. A ausência, no entanto, resultou na sua desvalorização e no esquecimento no imaginário coletivo enquanto instrumento de referência para acesso à cultura nacional bibliográfica.

4.1. Sugestões para trabalhos futuros

A primeira sugestão é a de continuidade a esse trabalho. O próximo período coincide com a década de 30 de suma importância para as discussões sobre identidade nacional oficial. Já os outros projetos até o século XXI são terreno fértil para explorar as transformações que ampliaram as discussões sobre memória e identidade em todos os âmbitos.

No começo da pesquisa travamos contato com o trabalho de Linder (1959) e Greer (1967) no qual analisam as bibliografias nacionais de seus respectivos países e outros de forma mais aprofundada. Era nossa intenção seguir os passos dos autores, especialmente de Linder do qual extraímos uma parte da metodologia, porém por questões de tempo e acesso físico aos projetos bibliografias nacionais não foi possível realizar trabalho similar. Nessa proposta inicial de projeto, havia um interesse na dissertação de mestrado de Ivanilda Rolim (1976): A criação intelectual e artística no Brasil: uma análise da bibliografia nacional corrente, durante o período de 1951-1962, particularmente por ter sido orientada pelo professor Edson Nery da Fonseca, no entanto, nossas tentativas de obtê-la foram incompatíveis em prazo via COMUT e financeiramente. Imaginamos que essa obra e a metodologia aplicada segundo o título deixa sugerir seria bastante relevante para demonstrar a proposta no período.

Até quase o final do prazo estipulado, havia certo desejo de seguir esse caminho de analisar as obras em seu conjunto, dentro de uma área do conhecimento, no entanto, tendo como alternativa de fonte de informação somente os Livros de registro de entrada de obras por contribuição legal disponíveis no Arquivo Histórico da BNRJ, chegamos a conclusão de que não seria viável. Ainda considerando o aproveitamento dessas fontes, os livros de registro, os anais mostraram que diversas obras foram recebidas pelo depósito legal e permaneceram invisíveis pela ausência da bibliografia nacional que não foram recuperadas por nenhuma bibliografia retrospectiva. Acreditamos ser possível trabalhar também nessa vertente, embora a recuperação desses anos seja responsabilidade da BNRJ.

Com relação ao depósito legal em virtude da nova lei nosso orientador sugeriu procurar saber como se portou a adesão de editoras nesse período; já que algumas existiam, mas não cumpriam, outras cumpriam de forma paliativa, seria possível então, por meio desse movimento, visualizar os efeitos da lei.

5. REFERÊNCIAS

Esta seção está dividida em duas, a primeira com todas as referências utilizadas na análise documental e a segunda as referências utilizadas na revisão de literatura.

Relatórios de dirigentes, anais e outros conteúdos, conteúdos do interior das bibliografias (prefácios, apresentações, etc)

BEHING, Mario. A Bibliotheca Nacional em 1922. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 45, p.425-478, 1931. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_045_1923.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MAGALHÃES, Basílio de. A Bibliotheca em 1917. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 40, p. 355-375, 1923. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_040_1918.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca em 1918. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 41-42, p. 273-303, 1925. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_041-042_1919_20.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Prefácio. Boletim bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan./mar. 1918.

MENEGAZ, Ronaldo. Esboço histórico dos Anais. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 100, p. 13-22, 1980.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Antonio Gonçalves Ferreira: 1897. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 18, p. 454-472, 1897. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_018_1896.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 19, p. 244-267, 1897. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_019_1897.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, p. 287-314, 1899. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_020_1898.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Relatório apresentado ao sr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa: 1898. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 21, p. 255-299, 1900. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_021_1899.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Relatório apresentado ao sr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa: 1899. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 22, p. 243-289, 1900. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_022_1900.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Relatório apresentado ao sr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa: 1900. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 23, p. 591-639, 1904. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_023_1901.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Relatório apresentado ao sr. Dr. Sabino Barroso Junior: 1901. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 24, p. 361-391, 1904. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_024_1902.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Relatório apresentado ao sr. Dr. José Joaquim Seabra: 1902. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 25, p. 455-472, 1904. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_025_1903.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1903. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 26, p. 485-524, 1905. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_026_1904.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1904. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 27, p. 381-420, 1906. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_027_1905.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1905. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 28, p. 313-366, 1908. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_028_1906.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1906. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 29, p. 293-[317], 1909. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_029_1907.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1907. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 30, p. 321-343, 1912. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_030_1908.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1908. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 31, p. 659-678, 1913. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_031_1909.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1909. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 32, p. 751-769, 1914. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_032_1910.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1910. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 33, p. 369-397, 1915. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_033_1911.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1911. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 34, p. 649-684, 1914. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_034_1912.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1912. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 35, p. 421-442, 1916. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_035_1913.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. *A Bibliotheca Nacional em 1913. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 36, p. 669-689, 1916. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_036_1914.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1914. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 37, p. 671-689, 1918. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_037_1915.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca em 1919. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 41-42, p. 306-331, 1925. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_041-042_1919_20.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1920. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 43-44, p. [229-275], 1931. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_043-044_1921-1922.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SOUZA, Aurélio Lopes de. A Bibliotheca Nacional em 1915. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 38, p. 351-372, 1920. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_038_1916.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1916. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, p. 657-681, 1921. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_039_1917.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1921. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 43, p.249-275, 1931. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_043-044_1921-1922.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Revisão de literatura

ALENTEJO, Eduardo. **Bibliografia**. [2011]. Apostila de aula.

_____. Bibliografia: caminhos da história contada e da história vivida. *Informação e Informação*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 20-62, maio./ago. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23124/pdf_58> Acesso em: 10 set. 2015.

ALVES, Marília Amaral Mendes, MENEGAZ, Ronaldo. Depósito legal; esperança ou realidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 1987.

ALMEIDA, Orlando de. A biblioteca depositária no Brasil: idéias e reflexões. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 18, n.1, p.15-20, jan/jun. 1989.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. In: BARRETO et al (org.). Encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Numem, 2010. p. 1 - 11.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um Polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. *Informação e Informação*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118-142, maio./ago. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/23127/pdf_62>. Acesso em: 10 set. 2015

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BEAUDIQUEZ, Marcelle. National Bibliography as witness of national memory. *IFLA jornal*, v.18, n.2, p.119-123, 1992.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. 216 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Exposição cem anos de atividades: (1853-1953)**. Rio de Janeiro, 1953. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1282507.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. **Guia da Biblioteca Nacional: sesquicentenário - 1810-1960.** Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg621953.pdf> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Histórico.** 2016. Disponível em: <<http://www.bn.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

_____. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. v. 73, 1954, 351 p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1954_00073.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues Bernardino; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011

BRASIL. Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907. **Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1825-20-dezembro-1907-582573-publicacaooriginal-105367-pl.html>>. Acesso em: 13 maio. 2016.

_____. Decreto nº 433, de 3 de Julho de 1847. **Obriga os impressores a remetter na Côrte á Bibliotheca Publica Nacional, e nas Provincias á Bibliotheca da Capital, hum exemplar de todos os impressos que sahirem das respectivas Typographias.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-433-3-julho-1847-560144-publicacaooriginal-82761-pl.html>>. Acesso em: 17 mar 2016.

_____. Decreto nº 1283, de 26 de novembro de 1853. **Approva e manda observar as Instrucções para a execução do Decreto n. 433 de 3 de Julho de 1847.**

Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=66133&norma=82050>>. Acesso em: 17 mar 2016.

_____. **Projeto de Resolução n.º199, de 1966:** aprova as conclusões da Comissão parlamentar de Inquérito para investigar as atuais condições em que se encontra a Biblioteca Nacional e se está atendendo às finalidades que inspiraram sua criação: (da CPI criada pela Resolução nº200-66). In: Diário do Congresso Nacional, seção I, suplemento ao n.32, Brasília, 08 abr. 1967.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. Construindo as identidades nacionais. In: _____. **Reconstruindo a idéia de nação: do nacionalismo ao patriotismo constitucional.** 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Direito, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2004.

BREUILLY, John (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism.** United Kingdom: Oxford University Press, 2013.

BRITISH LIBRARY. **British National Bibliography (BNB)**. Disponível em: <<http://www.bl.uk/reshelp/atyourdesk/docsupply/productsservices/bnb/>>. Acesso em: 21 maio 2016.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. 112 p. Disponível em: <https://www.bn.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/biblioteca-nacional-nos-tempos-ramiz-galvao-1870-1882//ana_paula_caldeira.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CALDEIRA, Paulo da Terra; CARVALHO, Maria de Lourdes Borges de. O problema editorial da bibliografia corrente. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.13, n.3/4, p.210-216, jul./dez. 1980.

_____. Bibliografia retrospectiva: um instrumento para a análise do desenvolvimento científico e cultural do Brasil. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.1, n. 9, p. 50-68, 1980.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. 94 p.

_____.; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **A. Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos, 1997. 110 p.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.23, p.94-115, 1994.

CARVALHO, Ulisses Wehby de. **Guia Tecla SAP: falsos cognatos**. 2013. Disponível em: <<http://www.teclasap.com.br/comprehensive/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CARVALHO, Claunísio Amorim. **O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto**. 2013a. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326, 2009. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/identidade-social-e-identidade.html>>. Acesso em: 28 mar 2016

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. *Revista Primeiros Estudos*, São Paulo, v.3, n. 4, p. 101-111, mar. 2013.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo , entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós - Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DOURADO, Flávia. **Memória cultural: o vínculo entre passado, presente e futuro**. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>> Acesso em: 25 maio 2016,

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, jan./jun. 2009

EGAN, Margaret. Elizabet.; SHERA, Jesse Hauk. Prolegomena to bibliographic control. *Journal of Cataloging and Classification*, v. 5, n. 2, p. 17-19, 1949.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

_____. Bibliografia Brasileira Corrente: evolução e estado atual do problema. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 9-14, 1972.

_____. Estudos brasileiros e sua inventariação bibliográfica. *Revista do serviço público*, v. 107, n. 3, p. 11-20, set./dez. 1972a.

_____. Bibliografia Estatística e Bibliometria: uma reivindicação de prioridades. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

_____. Bibliografias brasileiras gerais comentadas por Edson Nery da Fonseca. *Ciência & Trópico*, v. 12, n. 1, p. 151-166, jan./jun. 1984.

FONSECA, Yuri Ikeda. O reconhecimento histórico dos direitos do autor e sua proteção internacional. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 93, out. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10579>. Acesso em 27 jul 2016.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, C. et al. **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.27-43.

FRESSATO, Soleni Biscouto. **Cultura popular**: reflexões sobre um conceito complexo. 2009. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.org/culturapopular/artigos/culturapopular.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRINGS, Luciana. **Catálogo na Biblioteca Nacional do Brasil**: do catálogo de fichas ao Consórcio Eletrônico de Bibliotecas. 2011. Disponível em: <<http://www.bn.gov.br/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-23-F-Grings.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GRINGS, Luciana; PACHECO, Stela. A Biblioteca Nacional e o Controle Bibliográfico Nacional: situação atual e perspectivas. *InCID*, v. 1, n. 2, p. 77-88, jul./dez. 2010.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. **[Museologia, Patrimônio, Memória]**. 1º semestre de 2015. Notas de aula.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. **[Correção da banca]**. 1º semestre de 2016. Notas sobre a apresentação.

GONZALES, José Antonio Moreiro. La Bibliografía como precedente de la Documentación Científica: su evolución conceptual. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação*, v.22, n 3/4, p. 42-67, jul./dez. 1989.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande,RS, v.3, n. 3, p. 27-46, 2012

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-27, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: (sua história)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 809 p.

_____. The Development of National Bibliography in Brazil. *Libri*, [s.l.], v. 23, n. 4, p.291-297, out. 2009.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IFLA. **Guidelines for the National Bibliographic Agency and the National Bibliography**. Paris: Unesco, 1979. 76 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000486/048658eo.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____. **The final recommendations of the ICNBS**. 1998. 4p. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/bibliography/publications/fina.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015. Report.

_____. **What is a national bibliography?** 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/7753>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. *Informação e Informação*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 184-204, maio./ago. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23130/pdf_65> Acesso em:10 set. 2015

_____. A internacionalização da Biblioteca Nacional: identificação das ações nos relatórios institucionais (1905-1915). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.18, n.3, p.149-159, jul./set. 2013. Disponível em: acesso em: 25 maio 2016.

_____. A Bibliografia Nacional Brasileira: Histórico, reflexões e inflexões No prelo.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O Mundaneum no Brasil: o serviço de bibliographia e documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede**

de informações científicas. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

_____. Símbolos e representações a biblioteca do Nacional. *InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 165-182, ago. 2016.

_____. **Manoel Cícero Peregrino Da Silva e a Documentação no Brasil: gênese e ideais**. . 2016b. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016a. No prelo.

KOHLER, Relinda. Bibliografia Nacional: uma co-responsabilidade da classe bibliotecária. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 185-195, set. 1977.

LAMEIRA, Ana Kelly Alves. **Lei de depósito legal**: análise de uma trajetória (1907 a 2010). 2015. 78 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LARSEN, Knud. **National bibliographical services**: their creation and operation. Paris: Unesco, 1953, 142 p.

LAWRENCE, Paul. Nationalism and historical writing. In: BREUILLY, John (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 525-541.

LELLIS, Vera Lúcia Maia. Controle da produção editorial brasileira. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.17, n.2, p.205-218.jl./dez.1989

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos avançados*. v.22, n.62, jan./abr. 2008

LINDER, Leroy Harold. **The rise of current complete national Bibliography**. New York: The Scarecrow Press, Inc., 1959. 290 p.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: UNESP. 2003 159 p.

MAGALHÃES, Sara Alencar. **Rede da memória virtual brasileira**: reflexão sobre os lugares de memória no ambiente virtual. 2014. 104 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MALCLÈS, Louise-Nöelle. **La bibliografía**. Buenos Aires: Eudeba, 1960. 71 p. (Colección Cuardenos ; 27).

MONTEIRO, Cristiane dos Santos. **Sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados**. 2003. 172 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

MURRA, Katherine Oliver. Notes on the development of the concept of current complete national bibliography. In: UNESCO; LIBRARY OF CONGRESS.

Bibliographical services: their present state and possibilities of improvement. Washington: Unesco, 1950. p. 1-42. Appendix

NAUMIS PEÑA, Catalina. Registro bibliográfico y referencia bibliográfica: una revisión conceptual. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. Colombia, v. 31, n. 1, p. 227-245, jan./jun. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez, 1993.

PINTO, Mônica Rizzo Soares. **Preservação de publicações eletrônicas: a questão do depósito legal**. Rio de Janeiro, 2011. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2011.

PINTO, Maria Cristina Bello Ferreira. Catálogos & bibliografias: evolução histórica do trabalho de controle bibliográfico. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.143-158, set. 1987.

PIRES, Samuel de Paiva. **Breves notas sobre os conceitos de nação, nacionalismo e estado**. 2009. Disponível em: <<http://estadosentido.blogs.sapo.pt/980309.html>>. Acesso em: 28 maio 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 247-264, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

RIBEIRO, Mariana Santos. IHGB: lócus tradicional de construção da memória nacional. In: _____. **Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p.95-190

RIOS, Fábio; “Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. *Revista Intratextos*, v. 5, n.1, p. 1-22. 2013.

REAL, Edson Alexandre Santos. O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009). *Temporalidades*, v.5, n.1, p.29-40. jan./abr. 2013.

REYES GÓMEZ, Fermín de los. **Manual de bibliografía**. Madrid: Castalia Instrumenta, 2010. 313 p.

ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras um tema a ser estudado. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.2, n.1, p.1-14, jan./jun. 1974.

ROLIM, Ivanilda Fernandes Costa. **A criação intelectual e artística no Brasil**: uma análise da bibliografia nacional corrente, durante o período de 1951-1962. 1976. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Rio de Janeiro, 1976.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 38, p.1-16, out. 1998.

SENRA, Iara Andrade. **A identidade nacional e a questão racial em Oliveira Vianna**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social, Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2011.

SHERA, Jesse Hauk. Bibliographic management. In: BRENI, Vito Joseph. (Ed.). **Essays on bibliography**. Metuchen: Scarecrow, 1975. p. 167-175.

SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, v.37, n.165, p.1093-1126, 2003.

SOUSA, Bertone de Oliveira. A Memória como Elemento de Construção de uma Identidade Cultural. In: **I Congresso nacional de história da Universidade Federal de Goiás** – Campus Jataí, 2008, Jataí. Uma corte europeia nos trópicos. Goiânia: Funape, 2008. p. 1 - 10. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc\(10\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc(10).pdf)>. Acesso em: 02 jun.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 3, p.67-86, set./dez. 2010.

_____. Biblioteca pública, memória e discursos identitários: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 5, n.1, p. 1-23, 2013.

UNESCO; LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographical services**: their present state and possibilities of improvement. Washington: Unesco, 1950. 67 p.

VEINGARTNER, Aline. **Influência europeia no Brasil dos séculos XIX e XX**. 2014. Disponível em: <<http://alineveingartner.blogspot.com.br/2014/02/influencia-europeia-no-brasil-dos.html>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

WIKIPÉDIA. **Convenção da União de Berna**. 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Convenção_da_União_de_Berna>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ŽUMER, Maja (Ed.). **Guidelines for National Bibliographies in the Electronic Age**. Paris: IFLA, 2008. 105 p.

Outras

ABREU, Regina. 1996. **A Fabricação do Imortal**: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco. 225 p.

HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.8, n.15, p.77-96, jan./jun. 2011.

APÊNDICE – LEGISLAÇÃO DO DEPÓSITO LEGAL

INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO DECRETO N. 433 DE 3 DE JULHO DE 1847.

Art. 1º Todos os impressos que saírem das typographias do municipio da Côrte serão remetidos á Bibliotheca Publica Nacional no dia de sua publicação e distribuição.

Art. 2º Não se verificando a remessa no dia designado, o Bibliothecario a exigirá do impressor, o qual será obrigado a fazel-a dentro de 24 horas, sob as penas do art. 128 do Codigo Criminal.

Art. 3º As obras de musica, os mappas e as estampas que forem publicadas no município da Côrte nas officinas typographicas, nas de lithographia ou de gravura estão compreendidas debaixo da denominação de impressos de que se serve o Decreto n. 433 de 3 de Julho de 1847, e como taes são-lhes applicaveis as disposições dos artigos antecedentes.

Art. 4º As mencionadas disposições abrangem tambem as reimpressões e as novas edições, tenham sido ou não depositadas na Bibliotheca Publica Nacional as primeiras impressões ou edições.

Art. 5º Para verificar-se a obrigação de deposito de qualquer obra na mesma Bibliotheca, basta que ella tenha a inscripção da cidade do Rio de Janeiro, ainda que seus autores ou proprietarios alleguem haver sido impressa fóra da Côrte ou do Imperio.

Art. 6º Findo o prazo do art. 2º o Bibliothecario dará immediatamente parte ao Promotor Publico da desobediencia occorrida, afim de tornar-se effectiva a punição alli declarada pelos meios marcados na lei.

Art. 7º As presentes Instrucções são extensivas ás obras que se imprimirem, lithographarem ou gravarem nas Provincias relativamente ás Bibliothecas das respectivas capitaes.

Palacio do Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1853. - Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N. 1283 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 1853

Approva e manda observar as Instrucções para a execução do Decreto n. 433 de 3 de Julho de 1847.

Hei por bem Approvar, e Mando que se observem as Instrucções para a execução do Decreto n. 433

de 3 de Julho de 1847, que com este baixam, assignadas por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1853, 32º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO Nº 433 - DE 3 DE JULHO DE 1847

Obriga os impressores a remetter na Côrte á Bibliotheca Publica Nacional, e nas Provincias á Bibliotheca da Capital, hum exemplar de todos os impressos que sahirem das respectivas Typographias.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1º Ficão os impressores obrigados a remetter na Côrte á Bibliotheca Publica Nacional, e nas Provincias á Bibliotheca da Capital, hum exemplar de todos os impressos que sahirem das respectivas Typographias.

Art. 2º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Manoel Alves Branco, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Julho de mil oitocentos quarenta e sete, vigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

Decreto nº 1.825, de 20 de Dezembro de 1907

Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil;
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. Os administradores de officinas de typographia, lithographia, photographia ou gravura, situadas no Districto Federal e nos Estados, são obrigados a remeter a, Bibliotheca Nacional do rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem.

§ 1º Estão comprehendidos na disposição legal não só livros, revistas e jornaes, mas tambem obras musicaes, mappas, plantas, planos e estampas.

§ 2º Applicar-se-ha a mesma disposição aos sellos, medalhas e outras especies numismaticas, quando cunhadas por conta do Governo. § 3ª Consideram-se como obras differentes as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer ordem.

§ 4º Quando nos objetos não estiver declarada a sua significação o seu preço de renda e o

numero de exemplares de que a edição constar, todas essas indicações os deverão acompanhar por ocasião de sua remessa.

§ 5º No Distrito Federal a remessa de effectuar-se no dia em que a obra for publicada ou entregue a quem a mandou executar, e nos Estados até cinco dias depois da publicação ou entrega, devendo neste prazo ser levados ao Correio os exemplares a tal fim destinados.

Art. 2º. Na capo de inobservancia das disposições do artigo precedente; incorrerão os administradores das o officinas na pena de multa de 50\$000 a 100\$000, ficando os editores das obras não remetidas obrigados, logo que termine o prazo do art. 1º, § 5º, a effectuar a remessa em um segundo prazo, igual ao primeiro, sob pena de apprehensão do exemplar ou exemplares devidos. Ao procurador seccional do logar communicará, o director da Bibliotheca Nacional a infracção occorrida, afim de tornar-se effectiva perante a Justiça, federal a sancção aqui estabelecida.

Art. 3º. São equiparadas ás obras nacionaes para o effeito da contribuição e o da apprehensão, as provenientes da estrangeiro que trouxerem indicação de editor ou vendedor domiciliado no Brazil.

Art. 4º. Os objectos remettidos á Bibliotheca Nacional, em observancia a esta lei, transitarão pelos Correios da Republica com isenção de franquia e gratuidade de registro. devendo o remetente declarar o titulo da obra, os nomes do editor e do autor ou o pseudonymo deste, o logar e a data da edição.

Paragrapho unico . O remetente poderá exigir do Correio que nos certificados declaro, depois de verificar o titulo do impresso, os nomes do editor e do autor ou o pseudonymo deste, o logar e a data da edição.

Art. 5º. A Bibliotheca Nacional publicará regularmente um boletim bibliographico que terá, por fim principal registrar as aquisições effectuadas em virtude desta lei.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

Affonso Augusto Moreira Penna.
Augusto Tavares de Lyra.

Este texto não substitui o original publicado na Coleção de Leis do Brasil de 1907

Publicação:

- Coleção de Leis do Brasil - 1907 , Página 158 Vol. 1 (Publicação Original)